

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**  
**DANIELY DO ROSÁRIO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO PEDAGOGO DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
PARANAGUÁ-PR**

**CURITIBA**  
**2022**

**DANIELY DO ROSÁRIO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO PEDAGOGO DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
PARANAGUÁ-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, Práticas Pedagógicas – Elementos Articuladores, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Arlete Rosa

Coorientador: Prof. Dr.<sup>o</sup>. Gerson Luiz Buczenko

**CURITIBA**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte  
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"  
Universidade Tuiuti do Paraná

R789 Rosário, Daniely do.

Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá-PR / Daniely do Rosário; orientadora Prof.<sup>ª</sup> Dra. Maria Arlete Rosa; Coorientador Prof. Dr. Gerson Luiz Buczenko.  
145f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2023

1. Educação ambiental. 2. Educação infantil. 3. Políticas educacionais. 4. Pedagogo. I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 363.70071

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

**TERMO DE APROVAÇÃO**

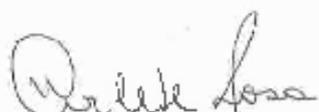
**Daniely do Rosário**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO PEDAGOGO DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ-PR**

Essa dissertação foi julgada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

**Curitiba, 19 de dezembro de 2022.**

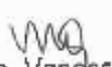
  
Prof. Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação  
Universidade Tuiuti do Paraná

  
Orientadora Prof.ª Dra. Marla Arlete Rosa  
Universidade Tuiuti do Paraná  
Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação

  
Coorientador, Prof. Dr. Gerson Luiz Buczenko  
Centro Universitário Internacional

Membros da Banca:

  
Prof.ª. Dra. Maria Antônia de Souza  
Universidade Tuiuti do Paraná

  
Prof.ª. Dra. Vanessa Andreoli  
Universidade Federal do Estado do Paraná

*Dedico esta dissertação às minhas filhas que tanto amo e in  
memoriam do meu sobrinho Gustavo do Rosário Lima e meus  
avós Avelino Cordeiro e Celestina de Jesus Cordeiro.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me amparar em todos os momentos da minha vida, me dando força, fé e sabedoria para saber lidar com todas as tristezas, graças, desafios e oportunidades.

Às minhas filhas Giulia e Giuvanna, pelo apoio durante as longas horas de estudo e compreensão durante os períodos em que estive ausente, obrigada pela ajuda, incentivo e por todo amor que nos envolve, vocês são a minha inspiração para ser sempre melhor!

À minha mãe Terezinha, por me mostrar em gestos, atos e ações como é ser mãe, isso me motivou e me motiva a continuar!

Às minhas tias Vilma, Ivone e Marlene, por todo cuidado e amor que recebi ao longo desses anos.

À minha diretora Cláudia que me incentivou e apoiou para o ingresso no mestrado.

À minha Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Arlete Rosa, ao Coorientador Prof. Dr. Gerson Luiz Buczenko pela orientação ao longo de todo mestrado.

À toda equipe da Universidade Tuiuti do Paraná pela ajuda e carinho que recebi nos momentos de angústia, meus sinceros agradecimentos.

Aos pedagogos e aos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá que participaram desta pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo trata da Educação Ambiental na Educação Infantil, tendo como objeto de pesquisa a Educação Ambiental na prática pedagógica e como sujeitos de pesquisa os pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino de Paranaguá/Pr, localizados em diferentes regiões: ilha, área rural, área industrial/ portuária, área de manguezal. O problema de pesquisa é: como constituiu-se a Educação Ambiental a prática dos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino de Paranaguá? Os objetivos são: geral - compreender a Educação Ambiental e suas aproximações com a Educação Infantil no contexto das práticas pedagógicas do pedagogo dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá. Os autores de referência neste estudo foram: Loureiro, Layrargues, Lima, Kramer, Oliveira e Souza, sendo para a Educação Ambiental; Loureiro (2001; 2013); Layrargues (2014), Lima (2011), para a Educação Infantil e para a prática pedagógica; Kramer (2005), Souza (2016) e Oliveira (2010 e 2012). A pesquisa de abordagem qualitativa de cunho documental e de campo empírico. Utilizou-se os documentos oficiais e dos Centros Municipais de Educação Infantil pesquisados e documentos sobre a educação ambiental e a educação infantil. Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com pedagogos dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil. Para análise do conteúdo dos relatos com as pedagogas adotamos a interpretação na perspectiva de Severino (2010). Os resultados de pesquisa apontam para a falta da prática pedagógica ambiental crítica e emancipatória nos CMEI's analisados devido à falta de formação para embasar as políticas educacionais que englobam a educação ambiental na educação infantil.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Educação Infantil. Políticas Educacionais. Pedagogo.

## ABSTRACT

The present study deals with Environmental Education in Early Childhood Education, having as research object Environmental Education in pedagogical practice and as research subjects the pedagogues of the Municipal Center for Early Childhood Education of the teaching network of Paranaguá/PR, located in different regions: Ilha, rural area, industrial/port area, mangrove area. The research problem is: how does Environmental Education constitute the practice of educators from the Municipal Centers of Early Childhood Education in the Paranaguá teaching network? The objectives are: general - to understand Environmental Education and its approaches to Early Childhood Education in the context of the pedagogical practices of the pedagogue at the Municipal Centers for Early Childhood Education in Paranaguá. The reference authors in this study were: Loureiro, Layrargues, Lima, Kramer, Oliveira e Souza, being for Environmental Education; Loureiro (2001; 2013); Layrargues (2014), Lima (2011), for Early Childhood Education and for pedagogical practice; Kramer (2005), Souza (2016) and Oliveira (2010 and 2012). Research with a qualitative approach of a documental nature and empirical field. The official documents and those from the Municipal Centers of Early Childhood Education surveyed and documents on environmental education and early childhood education were used. Four semi-structured interviews were carried out with educators from the four Municipal Centers for Early Childhood Education. To analyze the content of the reports with the pedagogues, we adopted the interpretation from the perspective of Severino (2010). The research results point to the lack of critical and emancipatory environmental pedagogical practice in the CMEI's analyzed due to the lack of training to support educational policies that include environmental education in early childhood education.

Keywords: Environmental Education. Child education. Educational Policies. Pedagogue.

## LISTA DE SIGLAS

APA-Área de Proteção Ambiental  
APMF- Associação de Pais, Mestres e Funcionários  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEI - Centro de Educação Infantil  
CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil  
CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
COMED - Conselho Municipal de Educação  
CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação  
COVID- Corona Vírus Disease  
DCNEA- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental  
DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil  
EA - Educação Ambiental  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
NRE- Núcleo Regional de Educação  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais  
PD- Plano Diretor  
PDDI- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado  
PEEA - Política Estadual de Educação Infantil  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNEA - Política Nacional da Educação Ambiental  
PNMA-Política Nacional do Meio Ambiente  
PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPP-Projeto Político-pedagógico

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental  
RAA- Relatório de Avaliação Ambiental  
RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação infantil  
RME - Rede Municipal de Ensino  
RMEP - Rede Municipal de Ensino de Paranaguá  
SEED - Secretaria Estadual de Educação  
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SEMEDI - Secretaria Municipal de Educação de Ensino Integral  
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SNIS- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico  
TLCE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza  
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação  
UNESCO-Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná  
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Mapa do Município de Paranaguá .....	53
Figura 2 - Mapa das Bacias Hidrográficas.....	55
Figura 3 - Mapa dos Bairros de Paranaguá.....	58
Figura 4 - Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Edite AmatuZZi de Pinho – área rural.....	70
Figura 5 - Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Navegantes – área da Ilha dos Valadares.....	73
Figura 6 - Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocio – área de manguezal.....	76
Figura 7 - Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Milena Bonfim – área urbana/portuária .....	80

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisa do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná. ....	19
Quadro 2 - Rios de Paranaguá.....	56
Quadro 3 - Bairros de Paranaguá .....	59
Quadro 4 - Ilhas de Paranaguá .....	60
Quadro 5 - Colônias de Paranaguá.....	60
Quadro 6 - Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá .....	62
Quadro 7 - Espaço Físico Dos Centros Municipais De Educação Infantil .....	67
Quadro 8 - Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Edite Amatzuzi de Pinho .....	71
Quadro 9 - Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora de Navegantes.....	74
Quadro 10 - Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocio.....	77
Quadro 11 - Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Milena Bonfim .....	81
Quadro 12 - Conhecimento de documentos ou materiais pedagógicos sobre educação ambiental os pedagogos afirmaram que:.....	83
Quadro 13 - A Educação Ambiental para os Pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá .....	84
Quadro 14 - Conhecimentos dos pedagogos sobre a Política de Educação Ambiental .....	85
Quadro 15 - Compreensão de prática pedagógica pelos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil .....	93
Quadro 16 - Incentivo à Educação Ambiental o Centros Municipais de Educação Infantil.....	94
Quadro 17 - Educação Ambiental para os pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil no período de pandemia Covid-19.....	96
Quadro 18 - Relação com à comunidade para os pedagogos dos centros Municipais de Educação Infantil.....	104

Quadro 19 - Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelas pedagogas dos Centros Municipais de Educação Infantil.....	105
Quadro 20 - Projeto sobre o meio ambiente desenvolvidos pelos Centros Municipais de Educação Infantil.....	107
Quadro 21 - Atividades de sustentabilidade desenvolvidas nos Centro Municipais de Educação Infantil.....	107

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico da Coleta, lixo e resíduos.....	51
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 OS PEDAGOGOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ</b> .....	24
2.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PEDAGOGOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL ..	26
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
2.3 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
2.3.1 Trajetória da Educação Ambiental com ênfase no Município de Paranaguá ...	35
2.4 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	35
2.4.1 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil .....	40
2.4.2 Educação Ambiental no Contexto da Educação Infantil .....	45
<b>3 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ</b> .....	47
3.1 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ .....	48
3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ	61
<b>4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DOS PEDAGOGOS DOS CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ</b> .....	66
4.1 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....	67
4.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil “Edite Amatuzzi de Pinho” – Área Rural de Alexandra .....	69
4.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Navegantes – Área da Ilha dos Valadares.....	72
4.1.3 Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocio – Área de Manguezal .....	75
4.1.4 Centro Municipal de Educação Infantil Milena Bonfim – Área Urbana/Portuária .....	78
4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PEDAGOGOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ.....	82
4.2.1 Eixos do Espaço Físico .....	86
4.2.2 Eixo da Gestão Escolar .....	91
4.2.3 Eixos da Organização Curricular.....	99

4.2.4 Eixo da Comunidade .....	103
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca refletir a Educação Ambiental na modalidade da Educação Infantil. O objeto da pesquisa é a Educação Ambiental na Educação Infantil e os sujeitos são os pedagogos<sup>1</sup> dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede de ensino de Paranaguá, localizados em diferentes bairros do Município e caracterizam-se por realidades socioambientais em áreas industrial, de manguezal, portuária e de ilha, possuem uma diversidade em termos de localização geográfica, condição que possibilita uma análise também sobre a influência socioambiental do entorno de cada CMEI, na realidade educacional em estudo. Geograficamente os CMEI's possuem características próprias, condição que valida o presente estudo, pela contribuição para o meio acadêmico, para as instituições escolares, e para a pesquisadora, enquanto profissional da Educação Municipal em Paranaguá.

Assim, analisa-se o trabalho do pedagogo da Educação Infantil e como se dá a sua prática em relação a Educação Ambiental, no contexto em que os Centros Municipais de Educação Infantil estão localizados nos eixos das condições do espaço físico conforme caracterizado nos mapas que serão apresentados, da gestão escolar conforme relatado nas entrevistas, da organização curricular e das relações com a comunidade de seu entorno, conforme visto nos documentos das instituições.

A problemática da educação ambiental escolar evidencia-se como uma das principais pautas contemporâneas, de necessária discussão e é imprescindível seu estudo notadamente na educação básica. Apresenta melhores oportunidades se realizada no campo da educação infantil, tendo em vista que é a primeira etapa da educação básica do ensino escolar brasileiro.

É nessa etapa que as crianças se encontram em constante construção do conhecimento, sejam eles sociais, afetivos, e cognitivos, de modo que a criança que está inserida no meio escolar tem a oportunidade de conviver e adquirir novos saberes socioambientais.

Nesse sentido, busca-se compreender os elementos articuladores da Educação Ambiental na modalidade da Educação Infantil considerando que a

<sup>1</sup> Conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, utilizaremos a palavra pedagogo para preservar os entrevistados.

criança faz parte da sociedade e a infância, como etapa importante no processo de formação humana, é determinante para forjar tais saberes para as futuras gerações comprometidas com a sustentabilidade.

Assim, a educação ambiental contribui para proporcionar a criança desde a infância uma visão do contexto socioambiental. Conforme vemos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), a educação infantil foi instituída como a primeira etapa da educação básica, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança.

A partir de 1980 ampliou-se o debate e as mobilizações populares em torno da democracia e da garantia de direitos dos cidadãos brasileiros, dentre eles está a educação das crianças pequenas. Nesse contexto, a Constituição Federal (1988) e em seguida a LDB de 1996 incorporaram concepções baseadas na ideia de cidadania e direitos, contemplando a indicação da Educação Infantil como um desses direitos.

Em 1999, temos a Lei Federal nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental consolidando a ideia de que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Em 2012 houve avanços importantes na Educação Ambiental para o sistema de ensino brasileiro, com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

É no contexto problematizado acima em que está inserido o problema de pesquisa que é expresso pela pergunta: Como se constitui a Educação Ambiental na prática dos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá? Investiga-se a presença de elementos da Educação Ambiental na prática do pedagogo na modalidade da Educação Infantil.

O objetivo geral da investigação visa, compreender a Educação Ambiental e suas aproximações com à Educação Infantil no contexto das práticas pedagógicas do pedagogo dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá.

Os objetivos específicos são: conhecer o pedagogo em suas atividades e os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; identificar a Educação Ambiental na prática pedagógica do pedagogo dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; descrever as atividades de Educação Ambiental nos eixos do espaço físico, da gestão escolar, da organização curricular e das relações com a comunidade nos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; indicar os limites e possibilidades para a Educação Ambiental considerando a perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil em Paranaguá.

Os aspectos de relevância para a justificativa deste estudo estão relacionados ao interesse pessoal e profissional; acadêmico e de originalidade; educacional socioambiental entre outros.

Em relação ao aspecto de interesse pessoal e profissional que justifica a relevância para este estudo, primeiramente, registro minha angústia em ver como “nós” seres humanos estamos tratando o meio em que vivemos e mesmo de modo leigo, sempre vi a necessidade de cuidar do meio ambiente e proteger o planeta.

Em 2020 surgiu a possibilidade de dar continuidade à minha formação com o ingresso no Mestrado em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e de imediato fui incentivada pelas minhas filhas Giulia e Giovanna, bem como tive o apoio da minha Diretora Cláudia do CMEI “Nossa Senhora de Guadalupe”.

A minha história com Educação vem de longa data uma vez que sou formada em pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá-PR (UNESPAR), cursei uma Especialização em Coordenação pedagógica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 2010 fui aprovada no primeiro concurso público da Prefeitura Municipal de Paranaguá e iniciei minha carreira como professora pedagoga e coordenadora na Escola Municipal Tiradentes situada no bairro da Alexandra. A referida escola me trouxe muito aprendizado e à época a escola possuía uma pequena horta e lá começou meu carinho pelas crianças e o início da curiosidade em aprender sobre educação ambiental. Somado a isso, as formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) são diversas e ajudam muito em minha prática, porém ainda há temas que não são tão abordados como, por exemplo, a educação ambiental, tema principal dessa pesquisa.

Ao longo desses anos atuei tanto em escolas quanto em CMEI's e, atualmente, estou trabalhando no CMEI "Nossa Senhora de Guadalupe", situado na Vila Santa Rosa, que está localizado em uma área onde a comunidade é muito carente, atendendo-se em média 60 crianças em período integral. Com a pandemia, devido a *COVID-19*, notou-se que as famílias e comunidade estão sofrendo para se adaptar ao ensino remoto mesmo com a adaptação curricular proporcionada pela Gestão Educacional do Município de Paranaguá.

Ainda, acredito que o estudo é extremamente imprescindível para todos e na minha condição como pedagoga estou em constantes atividades de formação, seja na escola, na Secretária Municipal de Educação e, agora, no Mestrado. Para cursar o Mestrado em Educação pela UTP tive que pedir autorização para minha Diretora, depois para a Secretaria de Educação Municipal e confesso que não foi muito fácil. Como sou pedagoga não tenho a hora-atividade como os docentes e teria que trabalhar no período noturno para totalizar as 40 horas pelas quais recebo o devido salário, com isso percebi que não há um incentivo ao estudo e a formação que não seja ofertada pela SEMEDI. Depois que me tornei mestranda, busco incentivar meus colegas pedagogos pois sei que vai me ajudar a elevar meu nível de conhecimento, proporcionado também uma elevação de nível na área profissional.

Destaco ainda que é a realização de um sonho que se a une vários fatores como: conhecimento; valorização profissional; o sonho de que a Educação Ambiental seja inserida no cotidiano das crianças. Para isso, precisamos que haja mais estudos sobre o tema e mais formações continuadas para os pedagogos para que estes, por sua vez, possam dar formações de qualidade para os docentes, propondo debates e atividades, motivando a todos a conceber a educação ambiental como algo integral, inerente ao ato de educar e presente em todos os momentos da Educação Infantil.

Dessa forma, considero a pesquisa, ora encetada, como uma oportunidade de aprofundar minha compreensão sobre o objeto de estudo, a educação ambiental, visto que considero uma responsabilidade de todos, em preservar o meio ambiente e zelar pelo consumo consciente e racional diante dos dilemas que a sociedade atual se encontra.

O aspecto de interesse acadêmico e de originalidade que justificam a

relevância para realizar esta pesquisa teve como base de consulta meu objeto de estudo, a prática pedagógica em Educação Ambiental do pedagogo que trabalha na modalidade da Educação Infantil.

O levantamento foi realizado no banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Observamos avanços nas pesquisas relacionadas a educação ambiental e educação infantil, porém ficou evidente uma insuficiência de estudos com o objeto de pesquisa em educação ambiental na atuação do pedagogo. Fato que demonstra a originalidade da presente pesquisa, assim como a significativa contribuição de seus resultados para somar conhecimentos acadêmicos à temática.

Ainda, registramos neste levantamento bibliográfico e exploratório um número reduzido de pesquisas relacionadas a Educação Ambiental na modalidade da Educação Infantil. O número de estudo é menor ainda, quando se consulta sobre a formação da educação ambiental na prática do pedagogo, sujeito do presente trabalho. Destacamos que, exatamente é o pedagogo que necessita desta formação, tendo em vista suas atribuições na gestão pedagógica da escola em dar orientações, capacitações e garantir os debates com docentes. Tais atividades contribuem para a formação do coletivo escolar que se reflete no processo de ensino aprendizagem visando a qualidade do ensino com significados ampliados da realidade socioambiental para todos os envolvidos.

Destacamos a produção acadêmica realizada pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), no qual há uma ênfase na pesquisa em Educação Ambiental. Ao se localizar essa produção acadêmica do respectivo programa (QUADRO 1), constata-se resultados expressivos e de um alinhamento com a pesquisa aqui apresentada.

Quadro 1: Pesquisa do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná.

Nº	Título	Autor	Ano	Tese/Dissertação	Instituição
01	Educação ambiental na prática pedagógica dos professores de um	Tania Emilene Sieradzki Tavares	2016	Dissertação	UTP

	centro municipal de educação infantil de Curitiba				
02	Educação ambiental: a prática do pedagogo em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba	Elis Natalina Kusma	2017	Dissertação	UTP
03	Educação ambiental e educação do campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental	Gerson Luiz Buczenko	2017	Tese	UTP

Fonte: TEDE – UTP (2021).

Conforme o quadro acima consideramos a relevância da pesquisa realizada pela autora no Município de Paranaguá em parceria com a Instituição Tuiuti, vamos dar destaque a duas Dissertações e uma Tese localizadas na pesquisa realizada em Bancos de Teses e Dissertações, principalmente por conta da proximidade com a pesquisa que ora se realiza, sendo a primeira elaborada pela professora Tania Emilene Sieradzki Tavares, realizada em 2016, com o tema: “Educação ambiental na prática pedagógica dos professores de um centro municipal de educação infantil de Curitiba”. O estudo de Tavares (2016) foi realizado em Curitiba e a autora colocou como problema de pesquisa: “Como se constitui a educação ambiental nas práticas pedagógicas dos professores de um CMEI da Rede Municipal de Ensino de Curitiba?”.

Ao final do resumo em sua pesquisa a autora constatou que:

A educação ambiental ampliou-se nas políticas educacionais e está presente nas Diretrizes Curriculares para Educação Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2006); a educação ambiental não está contemplada na proposta pedagógica do CMEI pesquisado e nos planejamentos dos professores; são necessárias formações aos professores da educação infantil para realização da prática pedagógica em educação ambiental em uma concepção crítica. (TAVARES, 2016, p. 03)

O segundo trabalho em destaque é a Dissertação da Professora Elis Natalina Kusma, realizada em 2017, com o tema: “Educação ambiental: a prática do pedagogo em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba”. O estudo de Kusma (2017) foi realizado em Curitiba no qual a autora tem como indagação de pesquisa “Como se constitui a prática do pedagogo no enfoque da Educação Ambiental, nas escolas do Ensino Fundamental, do Núcleo Regional de Educação, da Cidade Industrial de Curitiba (NRE-CIC), da Rede Municipal de Ensino de Curitiba?”.

O estudo aponta que a:

Educação Ambiental está presente em um número reduzido de Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas pesquisadas e constatou-se como desafios para se trabalhar com a Educação Ambiental nas escolas pesquisadas a necessária formação continuada dos pedagogos na perspectiva da Educação Ambiental, tendo em vista a atribuição deles na gestão pedagógica da escola e a infraestrutura adequada para concretizar as práticas escolares de Educação Ambiental. (KUSMA, 2017, p. 3)

O terceiro trabalho em destaque é a tese de Buczenko (2017) com título “Educação ambiental e educação do campo: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental”. O estudo de Buczenko (2017) foi realizado em municípios da Região Metropolitana de Curitiba e o problema de pesquisa foi enunciado da seguinte forma:

tomando como referência a aproximação teórica entre a concepção de educação ambiental crítica e a concepção de educação do campo, que tendência de educação ambiental é verificada no trabalho do coordenador pedagógico de escola pública municipal, localizada em APA? (BUCZENKO, 2017, p. 09)

Conforme a pergunta norteadora, o autor verificou que:

Prevalecem as macrotendências conservadora e pragmática quando da abordagem da educação ambiental na escola. Dessa forma, confirma-se a tese inicialmente proposta de que a educação ambiental, no trabalho do coordenador pedagógico das escolas localizadas no campo, em APA de manancial nos municípios de Piraquara e São José dos Pinhais, distancia-se de tendências críticas e emancipatórias. (BUCZENKO, 2017, p. 3)

Ao final este autor constata que na realidade que foi investigada, não se configurou uma articulação entre educação do campo e educação ambiental, apesar dos discursos pedagógicos e dos documentos nacionais se referirem à presença da concepção educacional crítica nas duas temáticas – ambiental e do/no campo.

Assim, verifica-se a proximidade com os trabalhos já realizados com a pesquisa que se apresenta com um olhar para a realidade dos CMEI's localizados no município de Paranaguá/PR. Os quatro CMEI's selecionados para a coleta de dados do campo de pesquisa da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, com o intuito de se delimitar a pesquisa, possuem uma diversidade em termos de localização geográfica, condição que possibilita uma análise também sobre a influência socioambiental do entorno de cada CMEI, na realidade educacional em estudo.

O primeiro CMEI é o Edite Amatuzzi de Pinho, situado numa zona rural do bairro de Alexandra; o segundo é o CMEI Nossa Senhora do Rocio situado na área urbana, embora tenha sido construído em cima de uma área de manguezal; o terceiro é o CMEI Nossa Senhora dos Navegantes situado na ilha dos Valadares; o quarto CMEI Milena Bonfim está situado em área portuária com expressiva quantidade de indústrias instaladas. Geograficamente os CMEI's possuem características próprias, condição que valida o presente estudo, pela contribuição para o meio acadêmico, para as instituições escolares, e para a pesquisadora, enquanto profissional da Educação Municipal em Paranaguá.

A Rede Municipal de Ensino de Paranaguá possui 26 CMEI's municipais e 23 particulares incluindo os filantrópicos os quais estão localizados em diferentes bairros da cidade.

Importante salientar que para a realização desse estudo, nos locais previamente selecionados, houve o contato com as gestoras e por meio destas, com os pedagogos, os quais concordaram prontamente em fazer parte desse estudo.

Para o aprofundamento teórico utilizou-se a pesquisa bibliográfica por meio de Livros, Teses, Dissertações e Artigos publicados em periódicos. A pesquisa documental se deu por meio de solicitação à Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá para o acesso aos documentos oficiais sobre os CMEI's selecionados para análise, bem como os documentos sobre a educação ambiental e a educação infantil do município. Assim, a coleta de dados iniciais de uma forma geral se deu por meio dos documentos oficiais e documentos utilizados pelos CMEI's - Matriz Curricular da Educação Infantil (2020), Currículo da Educação Infantil de Paranaguá (2017), Projeto Político Pedagógico (2021), Caderno pedagógico (2021), planejamento semanal, diário, sequência didática.

Partindo do pressuposto de que o presente estudo visa compreender como acontece a Educação Ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá, tendo como *lócus* de pesquisa os quatro CMEI's selecionados representantes de quatro diferentes realidades socioambientais em que estão localizados neste município, elencamos a organização do texto aqui apresentado.

O primeiro capítulo traz os principais conceitos e abordagens sobre a educação ambiental e a perspectiva crítica e emancipatória com aproximações da Educação Infantil, com o suporte de autores como Loureiro (2001; 2013) Layrargues (2014), Lima (2011), entre outros.

O segundo capítulo se dedica à abordagem da Educação infantil, seus principais conceitos, práticas pedagógicas e aproximações possíveis da Educação Ambiental com o suporte em autores como Kramer (2005), Souza (2016) e Oliveira (2010 e 2012), entre outros.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia de pesquisa e às entrevistas realizadas de forma semiestruturada com os quatro Pedagogos dos CMEI's selecionados no município de Paranaguá.

No quarto capítulo se explicita a análise dos resultados com base na análise de conteúdo de Severino (2010), buscando-se destacar as categorias que emergem das entrevistas e suas relações com a Educação Ambiental e o alinhamento delas com os eixos do currículo, espaço físico, gestão democrática e comunidade.

Entre os instrumentos de coleta de dados selecionados está a entrevista semiestruturada, que pode ser descrita inicialmente, como um procedimento metodológico cujo ponto de partida são premissas básicas, isto é, os questionamentos com menor grau de complexidade, que estão pautados em teorias e hipóteses. A partir deste primeiro momento, o desenvolvimento da pesquisa apresenta como sujeito ativo o entrevistado, visto que, com base nas premissas iniciais, este, por meio de um viés pessoal e de modo espontâneo, possibilita a ampliação dos questionamentos em espécie, em razão da elaboração de novas hipóteses, de forma que, com a expansão do objeto em ênfase, proposto primeiramente pelo pesquisador, há a participação do entrevistado como elemento ímpar da formação da pesquisa (MINAYO, 2009).

Importante destacar que os CMEI's de Paranaguá possuem duas classes de profissionais que atuam em sala de aula com nomenclaturas diferentes, mas as mesmas obrigações, sendo estes monitores e docentes, para facilitar o entendimento nesse estudo vamos tratar esses profissionais como docentes.

Assim, como já apresentado os CMEI's selecionados estão localizados em pontos diversos do município de Paranaguá, os quais serão salientados conforme a comunidade onde está inserido, desta forma será possível analisar a atuação dos pedagogos nestes CMEI's no que se refere a sua prática pedagógica no enfoque da educação ambiental.

## **2 OS PEDAGOGOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ**

Neste subtítulo do estudo trataremos, ainda, do objetivo específico que busca conhecer o pedagogo em suas atividades e os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá. Aqui apresentaremos o perfil dos pedagogos e seu entendimento sobre a Educação Ambiental e seu conhecimento sobre documentos que tratam da Educação Ambiental do município, estado e em âmbito nacional.

Os pedagogos que trabalham nos Centros Municipais de Educação Infantil como sujeitos da presente pesquisa, ao serem entrevistados forneceram dados, conforme roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A), a qual trouxe informações que auxiliaram para a caracterização do perfil do sujeito desta pesquisa.

Para tanto, os pedagogos pesquisados concordaram e assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE).

Assim, foram obtidos dados sobre o perfil dos pedagogos pesquisados a seguir sistematizados. Quanto a faixa etária os pedagogos estão na idade entre 34 e 57 anos. Em relação ao local de moradia todos residem em regiões da cidade de Paranaguá, em que a distância entre suas residências e os centros municipais de educação infantil varia de 2 a 39 quilômetros.

A forma de locomoção até o local de trabalho, de forma prioritária é por meio de transporte utilizando-se de automóvel, sendo que oito professores fazem o trajeto de carro próprio ou compartilhado e, apenas dois fazem caminhada a pé no trajeto até a instituição de ensino em que trabalham.

O tempo de atuação como pedagogos dos entrevistados na RMEP varia de 03 a 10 anos trabalhando com a educação infantil com destaque para um pedagogo que trabalhou por 7 anos no ensino fundamental antes de se vincular a modalidade de ensino da educação infantil.

Com relação à carga horária de trabalho semanal, os pedagogos pesquisados ingressaram esta rede municipal de ensino por concurso para a totalidade de 40 horas de trabalho semanal, em que desenvolvem atividades em sala de aula nestas instituições de ensino ou em atividades de formações. Os pedagogos da RMEP não possuem hora-atividade. Com relação à formação no ensino médio, um fez ensino normal e três fizeram magistério e quanto a formação inicial todos possuem pedagogia e pós-graduação, dentre eles apenas um iniciou o curso de mestrado.

Quanto à formação em pedagogia, foi perguntado se tiveram a disciplina de educação ambiental e todos disseram que não, o mesmo ocorreu quando questionados se tiveram a disciplina de educação infantil, todos disseram que não tiveram.

Com relação à formação continuada ofertada pela RMEP, a questão abordou a formação sobre educação ambiental e no relato todos afirmaram que não conheciam concepções sobre educação ambiental. Sendo que três pedagogos pesquisados afirmaram que nunca teve formação para os docentes sobre esse tema. Apenas o pedagogo P3 afirmou que teve incentivo para a criação da horta escolar.

Constatou-se que a RMEP realiza a formação continuada no decorrer de todo o ano letivo, e que a educação ambiental deveria ser abordada com maior empenho já que é um tema que faz parte da formação dos pedagogos do ensino fundamental a partir do primeiro ano. Assim registra-se na formação continuada dos pedagogos da educação infantil nesta rede municipal de ensino formas de interação com conteúdos da temática relacionada à Educação Ambiental, seja pela participação em cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, palestras entre outros.

Nesse contexto reforçamos que a formação continuada dos docentes não pode estar desconectada da realidade a qual o CMEI está inserido, para que haja uma maior interação com as crianças, pois é por meio delas e das práticas ao entorno que virão as transformações e inúmeras vertentes para a sustentabilidade da realidade local que se reflete no planeta, hoje e no futuro essas crianças serão as multiplicadoras de boas práticas favoráveis ao nosso meio ambiente.

## 2.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PEDAGOGOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A prática pedagógica dos pedagogos da Educação Infantil, é um desafio constante devido a potencialidade da função, concordamos que: “toda prática pedagógica é educativa, mas nem toda prática educativa é, necessariamente, pedagógica”. Franco (2016) acrescenta que:

Assim uma aula ou um encontro educativo torna-se à uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. (FRANCO, 2016, p. 536).

Os desafios encontrados na prática pedagógica do pedagogo é por sua vez, compreender e analisar o processo político pedagógico na condução da dinâmica da instituição. Definir o papel do pedagogo no dia-a-dia do espaço do CMEI constitui-se a premissa de sua ação. Deste modo, é um encontro com a práxis, no qual se pode delinear o desafio de ser pedagogo na educação infantil, “ter um lugar e pessoas para educar crianças é necessidade histórica”, conforme

menciona Souza (2016, p. 58).

Toda a prática social é educativa, conserva ou transforma relações e está orientada a um fim, ao processo de aprendizagem. “Para uma prática ser pedagógica ou educacional ela necessita de intencionalidade, sujeitos, relações e conteúdos pensados, planejados, definidos de modo consciente. A prática pedagógica pode servir para conservar relações ou para transformá-las”. (SOUZA, 2016, p. 48).

Assim, os profissionais que nela trabalham, precisam estar conscientes de que as crianças devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo através do trabalho docente o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos. Para tanto, torna-se necessária a presença de um pedagogo consciente de seu papel, da importância, de sua formação continuada e da formação da equipe docente, além de manter a parceria entre pais, alunos, professores e direção.

Sendo de suma importância para a prática dos pedagogos a parcimônia nas resoluções contextuais que inquietam docentes, crianças e comunidade; garantindo o espaço do diálogo como método, com a finalidade de fazer o trabalho acontecer de forma democrática e coesa, num conjunto de ações estratégicas.

Dessa forma a construção do conhecimento acontece com a união entre os pedagogos, direção escolar e educadores. A ideia que muitos têm do pedagogo é aquela ainda pautada em valores puramente burocráticos: um profissional que existe para solucionar pequenos problemas que surgem na instituição e que nem sempre está pronto para atender a todas as demandas e necessidades, sejam elas das crianças ou da comunidade escolar.

O pedagogo tem um papel importante no CMEI, que é de acompanhar o planejamento e execução das atividades pedagógicas, que precisa ter conhecimento teórico capaz de identificar as necessidades das crianças e dos docentes, tendo que se manter sempre atualizado, buscando também a sua formação continuada.

Assim, muitos formadores encontram na reflexão da ação, momentos riquíssimos para a formação. Isso acontece à medida que docentes e pedagogos agem conjuntamente observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, requerendo momentos individuais e coletivos entre os membros do grupo, a fim de atingir os objetivos desejados.

A função do pedagogo deve ser entendida no processo das ações políticas desenvolvidas no âmbito da escola de educação infantil, respeitando as diretrizes da Política Educacional Nacional e a legislação em vigor, como elemento articulador, organizador, mediador e dinamizador do trabalho pedagógico. Também são atitudes pertinentes ao trabalho do pedagogo, a organização de momentos de estudos para e com os educadores com os quais trabalha, a fim de que os docentes aperfeiçoem suas habilidades, buscando novos conhecimentos, repensando suas práticas e buscando novas metodologias para seu trabalho diário.

O pedagogo é peça fundamental no espaço escolar, pois busca integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação do docente e a sua, desenvolvendo habilidades para lidar com as diferenças com o objetivo de ajudar efetivamente na construção de uma educação de qualidade.

A educação, ao longo de toda sua trajetória vem criando condições para o educando se desenvolver e vemos principalmente na educação infantil, onde se inicia a construção da identidade e da autonomia das crianças, que cada vez mais estas ações pedagógicas se destacam.

Neste contexto a ação do pedagogo é fundamental, na orientação de uma proposta pedagógica que contribua diretamente na prática do educador, buscando orientá-los na construção de ações efetivas para o melhor desempenho de seu papel, no dia-a-dia com as crianças.

O pedagogo deve compreender a essência do trabalho dos educadores que estão no CMEI, o que representa um desafio para todos os envolvidos nesse processo. Sua prática tende a ser mais eficaz se ele tiver clareza conceitual e teórica sobre a função da organização em que está inserido. A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais.

À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania.

Espera-se, pois, que o pedagogo conheça plenamente o seu espaço de trabalho, compartilhe ideias e conhecimentos, construa o seu papel na escola,

tornando-se assim, a ligação fundamental, traçando o seu caminho transformador, formador e articulador. Por outro lado, não se pode esquecer que essa articulação não é função apenas do pedagogo.

É preciso que haja um bom convívio e cumplicidade entre os membros da equipe que compõe a direção do CMEI e que, de fato, essa ligação não tenha falhas ou emendas; que cada um exerça sua função pensando no resultado em equipe e na conquista em conjunto e, acima de tudo, na melhoria da qualidade do ensino.

Apesar das várias funções atribuídas a estes profissionais, cabe ao pedagogo estabelecer metas e linhas de ação adequadas para alcançar os objetivos estabelecidos pelo CMEI. Ao pedagogo cabe acompanhar continuamente o trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação através de atendimentos individuais e coletivos, organizando junto com a direção as reuniões pedagógicas para planejamento, organização e avaliação do trabalho pedagógico junto com o corpo docente.

Deve articular junto à direção o processo de elaboração e implementação do projeto político pedagógico, envolvendo o coletivo da escola, avaliando e redimensionando o processo quando necessário.

Para Souza (2016, p. 49), “a prática pedagógica como trabalho humano está orientada a um fim – transmissão, apropriação e problematização de conhecimentos”. Uma vez considerado os sujeitos envolvidos no processo do trabalho pedagógico e da vida no CMEI é oportuno enfatizar que as transformações sociais serão objeto de olhares sistematizados, sobretudo na formação continuada de docentes. Percebe-se então uma necessidade de uma nova concepção e olhar sobre a educação mediada pela ação reflexão-ação no desenvolvimento do trabalho pedagógico e na sua problematização, enquanto objeto de discussão no espaço coletivo, onde também se aprende a ensinar e se ensina a aprender.

Quanto mais se busca o conhecimento mais fica evidente que temos muito a aprender. Assim a identidade do pedagogo vai se constituindo à medida que o conhecimento é consolidado em nós sujeitos, e isso só é possível através da constante busca que por sua vez exige uma ruptura com o velho afim de que o novo encontre espaço na práxis do pedagogo.

## 2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 1996 um marco muito importante veio com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que constituiu a Educação Infantil como dever dos municípios e estabeleceu subfaixas: creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Desse modo Rodrigues e Saheb (2018b) afirmam que,

[...] quando a criança entra no berçário, por volta dos seis meses, o contato com a natureza já pode e deve ser iniciado, levando-a para o ambiente externo ou até mesmo trazendo elementos naturais para dentro da sala e deixando que ela os manipule. Desse modo, iniciam-se a exploração e o encantamento citados pelas DCNEI, como também se estimula sua curiosidade, para que, ao longo da EI, possam se desenvolver outros aspectos do trabalho com a EA. (RODRIGUES; SAHEB, 2018b, p. 581)

Assim sendo, tem-se por uma consistente progressão das garantias dadas aos infantes em razão da classificação da educação infantil como um primeiro momento da Educação Básica, consistindo em prerrogativa que tem por fim oportunizar circunstâncias apropriadas para o desenvolvimento das crianças.

Conforme afirmam Rodrigues e Saheb:

[...] é necessário que, na Educação Infantil e em todos os outros níveis escolares, haja uma ótica que inclua a Educação Ambiental, pois o ser humano, conhecendo as ciências naturais, integrando-se na natureza e na humanidade e reconhecendo-se como parte da sociedade, inicia a constituição da sua condição humana. (RODRIGUES; SAHEB, 2015, p. 186).

Partindo desse pressuposto essa dissertação procura analisar os conceitos e abordagens da Educação Ambiental e da Educação Infantil na Prática do Pedagogo e contribui para contextualizar a educação ambiental e a educação infantil.

## 2.3 ABORDAGENS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A humanidade tem usado a natureza para manter sua existência de maneiras

e intensidades diferentes por um longo tempo, e seu uso crescente afeta o meio ambiente e as pessoas. Fato que caracteriza uma relação antropocêntrica, em que o homem exerce o poder e domínio sobre o uso dos bens da natureza. Tal relação no atual modelo de sociedade capitalista é marcada por interesses econômicos e de mercado. Assim, a educação ambiental é uma estratégia para problematizar essa relação, sendo vista como um grande desafio. Tem sido discutida de diferentes formas e diversificada em termos de interesses, valores e objetivos. As ações e a produção teórica têm se expandido significativamente, buscando responder aos atuais problemas socioambientais e oportunizando reflexões sobre a práxis social, incluindo as práticas pedagógicas em educação ambiental.

A educação ambiental é caracterizada por compreensões teóricas da educação e se limita a duas grandes áreas, a visão conservadora ou reformista. Já uma abordagem crítica busca questionar e estabelece uma crítica a esta relação de superexploração dos bens da natureza para atender unicamente aos interesses econômicos, gerando degradação e destruição do meio ambiente.

Assim, a concepção conservadora para Lima (2011) tem como objeto a natureza, seus recursos e impactos, se caracterizando por dois campos sendo eles: o primeiro campo uma concepção conservadora e o segundo campo uma concepção emancipatória. Essa concepção nos mostra a ligação social entre o ser humano (sujeito) e natureza (objeto), interligando o ser humano ao meio ambiente.

Para Lima educação ambiental conservadora se caracteriza por:

Uma concepção reducionista, fragmentada e unilateral da questão ambiental; uma compreensão naturalista e conservacionista da crise ambiental; uma tendência a sobre valorizar as respostas tecnológicas diante dos desafios ambientais; uma leitura individualista e comportamentalista da educação e dos problemas ambientais; uma abordagem despolitizada da temática ambiental; uma baixa incorporação de princípios e práticas interdisciplinares; uma perspectiva crítica limitada e inexistente; uma ênfase nos problemas relacionados ao consumo em relação aos ligados à produção; uma separação entre as dimensões sociais e naturais da problemática ambiental; uma responsabilização dos impactos ambientais a um homem genérico, descontextualizado e econômica e politicamente. (LIMA, 2011, p.133-134)

A tendência emancipatória é caracterizada por Lima (2011) ao apresentar:

Uma compreensão complexa e multidimensional da questão ambiental; uma defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidade humanas e não-humanas; uma atitude crítica diante dos desafios da crise civilizatória;

uma politização e publicização da problemática socioambiental; uma associação dos argumentos técnico-científicos à orientação ética do conhecimento, de seus meios e fins, e não sua negação; um entendimento da democracia como pré-requisito fundamental para a construção de uma sustentabilidade plural; uma convicção de que o exercício da participação social e a defesa da cidadania são práticas indispensáveis à democracia e à emancipação socioambiental; um cuidado em estimular o diálogo e a complementaridade entre as ciências e entre as múltiplas dimensões da realidade entre si, atendendo-se para não tratar separadamente as ciências sociais e naturais, os processos de produção e consumo, os instrumentos técnicos dos princípios ético-políticos, a percepção dos efeitos e das causas dos problemas ambientais e os interesses privados (individuais) dos interesses públicos (coletivos) entre outras possíveis; uma vocação transformadora dos valores e das práticas contrários ao bem-estar público. (LIMA, 2011, p.135-136)

Desse modo vemos a importância das duas concepções da educação ambiental segundo Lima, para “distingui-las entre si e escolher, conscientemente os caminhos de mudança ou de conservação [...] adequados ao estado atual de nossas sociedades e das relações que ela mantém com o ambiente que a sustenta” (LIMA, 2011, p.125). Este conceito “define-se no compromisso com a transformação da ordem social atual, com a renovação pluralista da sociedade e da sua relação com o meio ambiente” (LIMA, 2011, p. 132). A relação social entre o ser humano e a natureza, incluindo o ser humano e o meio ambiente, tem como foco a qualidade de vida e a transformação social.

Em Layrargues vemos a educação ambiental a partir de três macrotendências sendo elas: Conservacionista, pragmática e crítica:

Macrotendência Conservacionista: ao se reduzir a complexidade do fenômeno socioambiental, essa macrotendência se aproxima de uma prática educativa conservadora, com limitado potencial de somar-se às forças que lutam pela transformação social para um projeto societário alternativo; Macrotendência Pragmática: incentiva uma prática do agir dissociada a do refletir, imediatismo para resolver a crise da educação ambiental, busca ações factíveis que tragam resultados concretos e dispensa a reflexão sobre as relações causais dos problemas ambientais; Macrotendência Crítica: abrange as correntes da educação ambiental popular, emancipatória, transformadora e no processo de gestão ambiental [...] é a única das macrotendências que declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica. (LAYRARGUES, 2012, p. 408).

As macrotendências apresentadas pelo autor nos mostram a educação ambiental em uma perspectiva crítica sendo:

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento, nos educandos, de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos ambientais. (LAYRARGUES, 2002, p.189).

Portanto para que ocorra uma mudança significativa precisamos de estratégias pedagógicas aliadas a políticas públicas promovendo a igualdade e a participação de toda sociedade de forma consciente, pois segundo Layargues (2012, p.408) “[...] por politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da questão ambiental e sustentabilidade...”.

Em Loureiro (2013), vemos a educação ambiental numa perspectiva crítica ou emancipatória como em Layargues e o autor a define como:

Práxis social que favorece a interdependência entre o “eu e o outro” em relações sociais na natureza, estabelecendo processos dialógicos com a finalidade de emancipar as pessoas e transformar a realidade por meio de processo reflexivo. (LOUREIRO, 2013, p. 16)

O autor defende que a educação ambiental precisa ser “transformadora”, para que englobe indivíduos e grupos, em prol de uma sociedade sustentável, com base nos autores percebemos que a educação ambiental crítica deveria ser aplicada pelos seres humanos de forma que as atitudes sejam pensadas de forma ampla contemplando o hoje e o amanhã.

Conforme a abordagem de Lima (2011), Layrargues (2014) e Loureiro (2013) a educação ambiental é uma prática social coletiva, a qual precisa ser vista a partir de uma concepção crítica, emancipatória e transformadora, para isso, é necessário que ela seja proporcionada a todos de modo que ocorra uma transformação social e cultural, em parceria com as ações políticas públicas e educativas as quais valorizem os indivíduos de forma ampla e global.

A autora argumenta que:

Os problemas ambientais ameaçam não apenas o futuro físico do planeta, mas, em igual intensidade, questionam o futuro dos valores de nossa sociedade e apontam para a necessidade de uma profunda reorientação nos modos socialmente construídos de conhecer e de se relacionar com a natureza. (CARVALHO,1998, p.17).

A educação ambiental está em constante processo para solucionar ou

amenizar os problemas socioambientais, os quais atingem a todos, por isso vemos a importância da educação ambiental em todos os níveis educacionais.

Conforme Jacobi afirma:

Cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de uma sociedade crescentemente não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais. Num contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do ecossistema, a problemática envolveu um conjunto de fatores do universo educativo em todos os níveis. (JACOBI, 2005, p. 240)

Para isso são necessárias políticas públicas que levem as propostas da educação ambiental ao contexto educativo escolar. Desse modo vemos a necessidade da educação ambiental estar presente em todos os níveis de ensino, sempre aplicada com intencionalidade cabendo ao docente procurar uma prática pedagógica que contemple tal nível de ensino, seja através da formação continuada, planejamento coletivo e junto com a participação da comunidade.

Pelas abordagens apresentadas, a educação ambiental se baseia na busca de soluções para prevenir o agravamento dos problemas socioambientais. Para Lima (2011), esses problemas tornaram-se mais evidentes a partir das décadas de 1960 e 1970 e afetaram todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, embora de maneiras diferentes.

Nesse sentido, a educação ambiental é necessária em todos os níveis e contextos sociais, conforme afirma Lima:

Por volta dos anos 90, em nível nacional, tem início o processo de maioridade da chamada “educação ambiental” (EA), conquistando o reconhecimento público e difundindo-se numa multiplicidade de reflexões e ações promovidas por organismos internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, comunidade científica, entidades empresariais e religiosas. Transita-se, assim, de um cenário no qual o campo da EA, ainda incipiente, carente de definições teóricas e metodológicas, de posições e apoio político, de experiências e quadros especializados, para um novo cenário excessivamente farto de iniciativas, experiências, associações, definições teóricas, concepções pedagógicas e político ideológicas, ainda que carente de consensos sobre seu objeto, fundamentos e objetivos. (LIMA,2011, p.123).

A educação ambiental nos dias atuais é algo realmente importante para a sobrevivência do mundo, ao longo dos anos a natureza e o planeta Terra foram mal

tratados por nós e hoje pagamos um alto preço pelo descaso.

A relação entre o ser humano e a natureza hoje é para que possamos sobreviver e para isso precisamos mudar nossos modos de agir, dando mais do que recebemos para igualizar o prejuízo causado por anos.

Para que a educação ambiental seja algo real no ensino básico precisamos que o docente tenha conhecimento das políticas educacionais que fundamentam a educação ambiental e desenvolvam práticas pedagógicas lúdicas e dinâmicas que envolvam a criança de forma significativa para que estas repassem o aprendizado.

Layrargues (2009) comenta que:

Essa prática visa a mudança de valores, atitudes e comportamentos para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos. Uma relação em que agora a natureza não seja mais compreendida como um “recurso natural” passível de apropriação a qualquer custo para usufruto humano. (LAYRARGUES, 2009, p. 25-26).

Por isso, a educação ambiental é necessária e urgente, pensando não mais nos benefícios da natureza para o ser humano, mas na relação do ser humano com a natureza nas relações sociais e na necessidade dos limites que ela oferece.

### 2.3.1 Educação Ambiental com ênfase no Município de Paranaguá

O debate das questões ambientais teve um grande progresso a partir da década de 1970. Um dos grandes marcos de tal evolução foi a realização da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo, sendo a educação ambiental parte de tal pauta.

Prosseguindo com tais discussões, em 1977 ocorreu a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, com a colaboração entre a Unesco e o recém-formado Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Em tal oportunidade, firmou-se diretrizes a respeito da Educação Ambiental.

Especificamente no tocante ao Brasil, para além da adoção das mencionadas diretivas, a década de 70 também foi palco de grande desenvolvimento da matéria, ante a constituição da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973. Já

em 1981 foi editada e sancionada a Política Nacional do Meio Ambiente, importante marco legislativo a respeito do desenvolvimento e preservação ambiental, que constou em seu texto, a relevância do ensino da Educação Ambiental, visando a incorporação da comunidade, com a posterior promulgação da Constituição Federal, de 1988, que positivou a imprescindibilidade da Educação Ambiental como forma de politização de questões relativas ao meio ambiente, como observado no art. 225, VI, da referida norma.

Seguindo, em 1991 foi instituída comissão multiministerial objetivando a organização da RIO 92, conferência de máxima relevância no que tange a questões relativas ao meio ambiente, e em que, constou a Educação Ambiental como um meio do regime ambiental. Em tal contexto, e em conjunto com o MEC, foi elaborada a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, que, dentre outros pontos, declarou ser a Educação ambiental mecanismo essencial para possibilitar a conscientização a respeito da necessidade da sustentabilidade com forma de preservação do meio ambiente, constando nesta ressalvas a respeito da desídia na propagação de conhecimentos e engajamento do Poder Público para a implementação das questões já constantes no âmbito legislativo, principalmente, no que tange a Educação Ambiental, tendo em vista que, os conteúdos desenvolvidos em todos os níveis de ensino não correspondiam as demandas da nação.

Prosseguindo, houve instituição, em 1993, da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), bem como, com a criação da Divisão de Educação Ambiental do IBAMA, que apresentam, dentro das atribuições foram pensadas com a finalidade de oficializar as diretrizes do SISNAMA, isto é, o Sistema Nacional do Meio Ambiente, no que diz respeito à educação.

Já em 1994, foi instituído o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a criação, por parte do IBAMA de núcleos relativos a Educação Ambiental em todas as superintendências de nível estadual da autarquia, vascularizando as medidas e operações relativas a tal matéria, estimulando tais órgãos comissões multinacionais a respeito da Educação Ambiental, na esfera estadual.

Neste aspecto, importantes ressaltar que a Coordenação de Educação do MEC em conjunto do MMA/IBAMA foram responsáveis pela execução do PRONEA,

com atos direcionados ao sistema de ensino a gestão ambiental, dentro de outras medidas.

Em 1997 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tratam-se de subsídio para auxiliar a criação de projeto educativo no ambiente escolar, com a integração de conteúdos relevantes, embora não abordados até o momento, com o meio ambiente, ressaltando-se a importância de uma gestão democrática, com a inclusão da comunidade no ensino de tais matérias.

Posteriormente, em 1999, foi editada a Política Nacional do Meio Ambiente (PNEA), cujo texto legal, a Lei nº 9.795 do mesmo ano, instituiu a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA.

Quanto a esfera Estadual, insta salientar a sanção da Lei Estadual nº 17.505, de 2013, que criou a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), devidamente aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, que institui as Normas Estaduais de Educação Ambiental para o Sistema de Ensino do Estado do Paraná, bem como, a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, que tem por objetivo a incorporação de questões ambientais a educação formal, inclusive no que tange a educação infantil.

A nível Municipal em 2002 o Município de Paranaguá instituiu a Lei 2.260/2002, a qual abrange uma política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente, estabelecendo também em seu artigo IX que a educação ambiental deverá estar disponível a todos os níveis de ensino.

Assegurado assim na:

I - Na Rede Municipal de Ensino, em todas as áreas do conhecimento e no decorrer de todo processo educativo em conformidade com os currículos e programa se laborados pela Secretaria Municipal de Educação, e articulação com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Urbanos; (PARANAGUÁ, 2002).

A parceria entre as instituições de ensino e as outras secretarias fortalecem as articulações para que seja realizado projetos e ações de proteção ambiental. Em 2009 foi estabelecida uma normativa sobre a educação infantil, através da Lei Municipal 2.759/2007, onde diz que o projeto político pedagógico da Educação

Infantil pode ser flexível respeitando sua origem e a comunidade onde vive.

Visto que:

I-Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;  
 II-ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis;  
 III- flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividadesrespeitandoasdiferençasquantoàatividadeeconômica dessas populações;  
 IV-Valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;  
 V- Prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade. (PARANAGUÁ, 2009).

A Lei 3.468 de 2015, que dispõem do plano de educação diz para:

Fortalecer parcerias entre as secretarias de Educação; Cultura; Desenvolvimento Social; Esporte e Lazer; Planejamento Urbano e Meio Ambiente e Trabalho e Juventude, voltadas à oferta de atividades artísticas, culturais ,esportivas e ambientais para atender no contraturno escolar, prioritariamente estudantes que residem em comunidades de baixo poder aquisitivo ou crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em espaços educativos destinados para essa finalidade (PARANAGUÁ, 2015).

A Educação Ambiental introduzida na Educação Infantil, de acordo com seus princípios, pode gerar mudanças de pensamentos e transformação de valores que serão de grande importância para promover uma nova postura diante do meio em que vivemos, sabendo que é na Educação Infantil que ocorre o desenvolvimento moral e intelectual da criança perante a sua vida social, ambiental e cultural.

## 2.4 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Europa, a revolução industrial subjugou toda a classe trabalhadora ao regime de fábricas e máquinas, possibilitando a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho, mudando a forma como a família cuidava e educava seus filhos. Foi criada uma oferta de emprego para mulheres, mas o risco de abuso infantil aumentou à medida que mais mulheres solteiras, pobres e despreparadas

eram atendidas. Assim, Oliveira (2010) confirma que a educação infantil foi ofertada de acordo com a classe social da criança, quando diz que:

historicamente [...] uma concepção mais assistencialista ou mais educativa para o atendimento realizado em creches e pré-escolas tem dependido da classe social das crianças por elas atendidas. Assim, enquanto os filhos das camadas médias e dominantes eram vistos como necessitando um atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, às crianças mais pobres era proposto um cuidado mais voltado para a satisfação de necessidades de guarda, higiene e alimentação. (OLIVEIRA, 2010, p. 16)

Enquanto Oliveira (1992) fala que a educação infantil é oferecida de acordo com a classe social da criança, ele afirma que, historicamente, uma compreensão mais útil ou educativa do cuidado dispensado em creches tem dependido da classe social das crianças que as frequentam.

Assim, as crianças das classes média e dominante eram vistas como carentes de cuidados que estimulassem seu desenvolvimento emocional e cognitivo, enquanto as crianças mais pobres recebiam cuidados voltados para o atendimento de suas necessidades de cuidado, higiene e nutrição. A pré-escola e a educação, surgidas da necessidade de atendimento às crianças e suas famílias no Brasil, eram realizadas de forma hierárquica, onde os mais novos sempre tinham que obedecer aos mais velhos.

De acordo com Oliveira (1992):

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir, as forças dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos, também creches e escolas maternas para os filhos das operárias. O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

Com o avanço da industrialização e o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelos serviços de creches. Em contrapartida, houve grande avanço nos direitos da criança pequena, pois a educação infantil foi reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, além

de ser um direito da criança, embora não obrigatória, e com o objetivo de proporcionar condições adequadas. para a melhoria do bem-estar da criança, como seu desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a expansão de sua experiência.

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) considera-se a criança:

Um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL,1998, p.21).

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou os documentos de “subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil” em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, e esses documentos contribuíram significativamente para o estabelecimento de diretrizes e normas.

#### 2.4.1 Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil

Os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças na educação infantil, a mudança das instituições assistencialistas.

Nesse sentido, surge o reconhecimento da necessidade de se promover a educação infantil, considerando a criança como parte da sociedade e a infância como uma etapa importante no processo de formação humana. Dez anos depois, a lei n. 5692/71 reafirmou a tendência presente na LDB de 1961 de encarar a educação infantil como prerrogativa das mães trabalhadoras, limitando-se a definir vagamente esses sistemas de ensino para que os menores de sete anos recebam uma educação adequada, incentivando as empresas a instalarem creches ou estabelecimentos equivalentes.

A Constituição Federal (1988) e em seguida a LDB de 1996 incorporaram concepções baseadas na ideia de cidadania e direitos, contemplando a indicação da Educação Infantil como um desses direitos.

Algumas conquistas no estatuto social da Educação Infantil merecem ser enfatizadas nesse contexto. Uma delas refere-se à definição, na LDB.9394/96, de que tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e cultura (BRASIL,1996)

No que tange à Educação Infantil insta salientar me um primeiro momento que os conceitos que dizem respeito as garantias concedidas, isto é, que a educação se de forma lúdica, com interação e brincadeiras, em um afastamento da mecanização do ensino.

Após, o encarregado pela elaboração do método de ensino é parte essencial para assegurar tais direitos por meio da utilização de práticas pedagógicas voltadas aos saberes e experiências próprias desta idade, em observâncias as diretrizes emitidas pela BBNC.

Cabe destacar ainda, a despeito do eixo das interações e brincadeiras, que a BNCC ressalta a necessidade de entender a criança como um indivíduo autônomo, não somente no aspecto físico, mas com emoções e pensamentos próprios, ressaltando a relevância da convivência e participação da criança.

Quanto a essa meta, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001) define que será ampliada a oferta de cursos de nível superior, com conteúdo específico para a Educação Infantil, bem como a implementação de programas de formação em serviço.

Segundo o previsto na Lei nº 13.005/2014, que sanciona o Plano Nacional de Educação, o PNE, tendo a educação infantil como uma das questões mais importantes, ressalvada a necessidade universalização, até 2016, da pré-escola, voltada aos alunos entre 4 e 5 anos, bem como, aumentar o oferecimento de vagas em crédito, visando a inclusão dos alunos de até 3 anos neste ambiente, até 2023, momento de final de vigência do mencionado PNE.

Conforme visto em Saheb e Rodrigues (2016) de início destacou-se a importância do estudo sob o aspecto da inserção da educação ambiental no currículo da escola brasileira, questão reafirmada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de junho de 2012, ressaltando-se ainda o aspecto relativa à qualidade das práticas e do currículo na educação infantil, tendo em vista a alteração na Lei de Diretrizes e Base da Educação no Brasil, no tocante ao ensino obrigatório a partir dos quatro anos de idade.

Entendeu-se assim pela evolução gradual da educação ambiental na educação, em especial no tocante a educação básica, contudo, se destacou que muitas vezes a educação ambiental é reduzida a práticas de separação de lixo e economia de água, sem o aspecto crítico sendo necessário, portanto, que as escolas ou CMEI's propiciem novas formas de se visualizar a educação ambiental.

Sendo necessário,

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciais na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. (BRASIL, 2017, p.36).

Posteriormente, a Lei nº 13.257/2016 foi aprovada, trazendo um norte no tocante as políticas públicas para a primeira fase da infância, sendo chamado de Marco Legal da Primeira Infância justamente por definir tais princípios, estabelecendo ainda diversos programas e serviços relativos ao fomento do desenvolvimento integral do indivíduo, isto é, da gestação até os 6 anos de idade, fase que a mencionada norma trata como primazia para a criação de programas de ensino, além de formação aos colaboradores de educação.

Apenas em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi reestruturada, passando a educação infantil a possuir cinco aspectos de experiências, com a nomenclatura de: 1º O eu, o outro e o nós, 2º Corpo, gestos e movimentos, 3º Traços, sons, cores e formas, 4º Escuta, fala, pensamento e imaginação, 5º Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, de modo que, cada aspecto apresenta peculiaridades e propósitos próprios, que possibilitam

a participação da criança nas fases da educação.

Ressalva-se ainda que a BNCC estabelece os direitos da aprendizagem e definem um método de planejamento do currículo, direcionado às práticas pedagógicas voltadas a alunos na primeira infância, devendo ser este observado por todos os pais, destacando a relevância da Educação Infantil como a primeira fase da Educação Básica, sendo este ainda censor de qualidade da aprendizagem, ante o direito da criança à educação.

Conforme visto em (BRASIL, 2017) registra que as:

creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto da sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata das educação dos bebês e crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 32).

Pode-se dizer que o Brasil está escrevendo uma nova história para Educação Infantil e o docente tem muito a contribuir para que as crianças sejam respeitadas e as leis possam alicerçar os avanços desejados.

Ressalta-se também que o texto legal da BNCC torna mandatória a preparação dos currículos acadêmicos com fins de observar uma fundação com direitos e finalidades gerais para o país, não se esquecendo a respeito das particularidades de cada local.

Conforme o Art. 3º da Resolução nº 02/2017 – CNE/CP:

No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.  
Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no §1º do art. 36 da LDB, a expressão “competências e habilidades” devem ser considerada como equivalente a expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação. (BRASIL, 2017).

Tendo em vista as práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram o aprendizado na Educação Infantil.

Direitos de aprendizagem:

**Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

**Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

**Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

**Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

**Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

**Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2018).

Esta ideia de que o indivíduo em sua fase inicial é um sujeito de direitos que questiona e já apresenta senso crítico, bem como, constrói conhecimentos a partir do contato pessoal e com os elementos físicos, ressaltando novamente a necessidade de que as práticas pedagógicas apresentem propósito desde a Educação Infantil.

Como afirma Back (2021) que a,

intencionalidade supõe planejamento e adequação no arranjo do espaço e do ambiente que os educandos passarão a usufruir. As práticas pedagógicas na instituição escolar devem ser organizadas e reorganizadas na perspectiva de formação humana integral, valorizando e respeitando a criança enquanto sujeito histórico e social, com vistas ao desenvolvimento e aprendizagem que a auxiliará no aprimoramento da autonomia e independência. (BACK, 2021, p. 36)

Este propósito é relativo à intencionalidade, pelo profissional, de propor ações que possibilitem aos educandos conhecer a si mesmo e ao outro, desenvolvendo relações interpessoais, bem como, ao aspecto físico a cultura, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras e nas experimentações.

Ressalta-se ainda que uma porção importante do papel do profissional da educação é compreender e organizar as interações próprias do aluno, assegurando as que a pluralidade seja observada como ponto importante o desenvolvimento da criança.

Posto isto, o planejamento da educação infantil, no Município de Paranaguá, acata ao Referencial Curricular do estado do Paraná, no que diz respeito aos princípios, direitos e orientações.

O sistema municipal de ensino está organizado com a legislação específica, tendo como órgão executivo a Secretaria Municipal de Educação e como órgão colegiado deliberativo o Conselho Municipal de Educação.

Conforme vimos a Base Curricular Comum Nacional é um documento criado para orientar a educação no Brasil, da educação infantil ao ensino médio. Não se trata, no entanto, de um modelo curricular pré-definido, podendo ser adaptado, com regulamentação específica, mas de um guia de orientação que estabelece os objetivos de aprendizagem correspondentes a cada etapa da escola, atendendo também às particularidades de cada local. Esse modelo menos rígido permite não apenas ajustes às diversidades sociais e regionais, mas também a reformulação do currículo diante dos desafios impostos pela pandemia *COVID-19*.

#### 2.4.2 Educação Ambiental no Contexto da Educação Infantil

Nesse momento vamos apresentar a articulação entre a educação ambiental e a educação infantil em seus aspectos teóricos e das políticas públicas educacionais, tendo a prática pedagógica dos pedagogos como elemento articulador nesta pesquisa.

Consideramos que a Educação Ambiental, concebida em uma perspectiva democrática e participativa em uma proposta pedagógica, é uma forma de fortalecer

ou mudar os princípios e comportamentos, diante do desafio de propor uma educação pública de qualidade.

De acordo com Jacobi (2006),

educação, nas suas diversas possibilidades, abre um estimulante espaço para um repensar de práticas sociais, com base numa adequada compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável. (JACOBI, 2006, p. 530).

Portanto, é importante que o docente seja capaz de planejar situações e implementar procedimentos pedagógicos em educação ambiental no contexto da educação infantil, para que o conhecimento seja construído desde a infância.

A Educação Ambiental, afirmam Rodrigues e Andreoli (2006) que:

Não deve ser implementada como disciplina ou componente curricular específico, desta maneira, a interdisciplinaridade seria uma alternativa para trabalhar com essa temática. (RODRIGUES; ANDREOLI, 2006, p. 134)

Refletir sobre a educação ambiental na primeira infância requer que os pedagogos repensem suas práticas nesta fase em que a criança dá seus primeiros passos na relação ensino e aprendizagem. Estamos cada vez mais testemunhando a revelação de problemas ambientais. Construir os conceitos de educação ambiental na educação infantil, buscando o respeito ao meio ambiente e contribuindo para a formação de uma sociedade sustentável só será possível por meio de um grande diálogo e da construção cotidiana entre docentes e crianças.

Segundo Carvalho (1998)

Organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Com isso, pretende superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento em direção à compreensão da complexidade e da interdependência dos fenômenos da natureza e da vida. [...] Na prática educativa, a adoção de uma proposta interdisciplinar implica uma profunda mudança nos modos de ensinar e aprender, bem como na organização formal das instituições de ensino. (CARVALHO, 1998, p. 9).

Para realizar as práticas pedagógicas em educação ambiental e atender as faixas etária de todas as crianças, o conhecimento precisa ser compartilhado por

todos os envolvidos para que não apenas entendam o processo de ensino aprendizagem, mas que sejam ativos em sua prática docente, buscando novos saberes e conhecimentos.

Conforme visto em Buczenko (2017):

o pedagogo é o organizador do trabalho pedagógico na escola, além das funções que podem se somar à sua atividade. Para isso, torna-se uma necessidade a especialização nas questões que envolvem conhecimento de políticas educacionais, currículo, aprendizagem, inclusão, gestão, o coletivo da escola, entre outras tantas tarefas que caracterizam o trabalho pedagógico. (BUCZENKO, 2017, p.64).

A prática pedagógica sobre educação ambiental, principalmente para a educação infantil, é um desafio que precisa de estudo e dedicação, pois a prática do mesmo só é vista após o ensino fundamental, para mudar tal prática os pedagogos precisam se tornar formadores. Para que exista a prática precisa existir a intencionalidade, conforme reafirma a autora Back (2022, p. 21) “que a vivência em espaços naturais e artificiais, contribuem para a formação da identidade e das capacidades individuais das crianças”.

Desse modo, vemos a importância de aliar a teoria com a prática conforme citado pelas autoras através das vivências realizadas com práticas intencionais, que contribuem para a formação da identidade das crianças conforme o meio em que está socializando.

### **3 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

Este item objetiva contextualizar os locais da pesquisa, situando o município de Paranaguá. O Litoral do Paraná divide-se em sete municípios: Guaraqueçaba, Morretes, Antonina, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá. A cidade de Paranaguá tem relevante importância em diversos aspectos, é a vila mais antiga do estado e uma das mais antigas vilas brasileiras.

Seu porto, Dom Pedro II, é um dos mais importantes e grandiosos portos nacionais, a cidade também é conhecida pelo folclore, danças e comidas típicas. Com relação aos aspectos geográficos e climáticos, Paranaguá está situada na

planície litorânea a 5 metros acima do nível do mar. Encontra-se a 91 Km da capital do estado (Curitiba) e é separada do primeiro planalto pela Serra do Mar, possui uma área de 458.410 km<sup>2</sup>.

A faixa costeira de 200 km entre os municípios de Iguape em São Paulo e Paranaguá no Paraná é conhecida como lagamar. Em 1991, a UNESCO fez da Mata Atlântica desses dois estados a primeira Reserva da Biosfera Brasileira, o Complexo Estuarinho-Lagunar de Iguape-Paranaguá, hoje um dos principais santuários ambientais do mundo.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2020), a área do município compreende uma extensão territorial de 808,959 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 154.936 habitantes com dados estimados em 28 de agosto de 2019, a densidade demográfica (IPARDES 2019): 191,53 hab./ km<sup>2</sup>, números de distritos administrativos (IBGE 2019): São 02, nome dos distritos administrativos (IBGE 2019): Paranaguá e Alexandra, comarca a que pertence (IBGE 2019): Paranaguá.

### 3.1 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

O município de Paranaguá é considerado o berço da civilização paranaense, por ser o mais velho do estado do Paraná, desenvolveu-se às margens do Rio Itiberê. Em 1648 foi fundada a Villa de Nossa Senhora do Rosário de Parnaguá ou Paranaguá conforme relato de Santos (1850). A vila conseguiu o título de cidade somente em 05 de fevereiro de 1842, através da Carta Lei Provincial nº 5.

Um dos primeiros pioneiros a fixar moradia em Paranaguá na Ilha da Cotinga foi Domingos Peneda, natural de São Paulo, os demais pioneiros ocuparam a região pela margem esquerdada do Rio Taguaré, atual Rio Itiberê, habitado até então pelos povos indígenas Carijós, instalando-se e escravizando os indígenas.

Em 1º de outubro de 1853, foi criada a Capitania dos Portos do Paraná, pelo Decreto nº 1.241, iniciando suas atividades em 13 de fevereiro de 1854, mas somente em 17 de março de 1935 foi inaugurado o Porto de Paranaguá, Dom Pedro II. Em 13 de novembro de 1973 o porto recebeu a instalação do “Corredor de Exportação”, dando ao Paraná o título de melhor porto exportador de grãos da

América Latina.

A cidade é conhecida por ser histórica, seus casarões localizados às margens do Rio Itiberê etodocentrohistóricoretratamoiníciodacolônizãonoestadodoParaná. A beleza turística fica por conta das ilhas, rios e paisagens da Mata Atlântica.

Com grandes variedades de espécies, Paranaguá situa-se numa das áreas mais ricas em biodiversidade do Brasil. Algumas das espécies da flora encontradas no município são: guarupu, caxeta, jacatirapoaçu, palmito, canela-preta.

Os manguezais do município de Paranaguá são característicos de todo litoral paranaense, são encontrados em toda extensão da baía, e sua vegetação serve como matéria-prima para o artesanato e para o cultivo marinho como ostra e caranguejo.

O abastecimento de água em Paranaguá está sob responsabilidade da empresa Paranaguá Saneamento, ela cuida de toda área urbana e ilha do Mel, e no Distrito de Alexandra sob a responsabilidade da CAGEPAR e nas comunidades pesqueiras (colônias insulares) sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Pesca.

A concessão do serviço de coleta e tratamento de esgoto é da empresa Paranaguá Saneamento por meio de processo licitatório. De acordo com o SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico do ano de 2008, o volume total de esgoto coletado no município é de 4.353 m<sup>3</sup>/ano sendo que 850 m<sup>3</sup>/ano é tratado.

Ainda conforme o SNIS de 2008, a extensão total da rede de esgoto é de 332 Km e abrange 16.538 economias ativas e 13.449 ligações ativas. Contudo, dados referentes à esgotamento sanitário não possuem maior, em geral, o Estado do Paraná se encontra na melhor categoria de índice de tratamento de esgoto se comparado aos demais estados da Região sul. De acordo com o SNIS (2008) o índice de atendimento total de esgoto no Paraná é de 40% a 70%.

Outro problema em Paranaguá está relacionado a coleta de lixo, a pouco tempo o lixão ainda estava ativo, os lixões são vazadouros a céu aberto, que não possuíam nenhum tratamento após a coleta do lixo sendo estes de residências, indústrias ou hospitais, apresentando a população uma falsa solução, gerando a contaminação do meio ambiente através da contaminação da água, ar, solo, lençóis

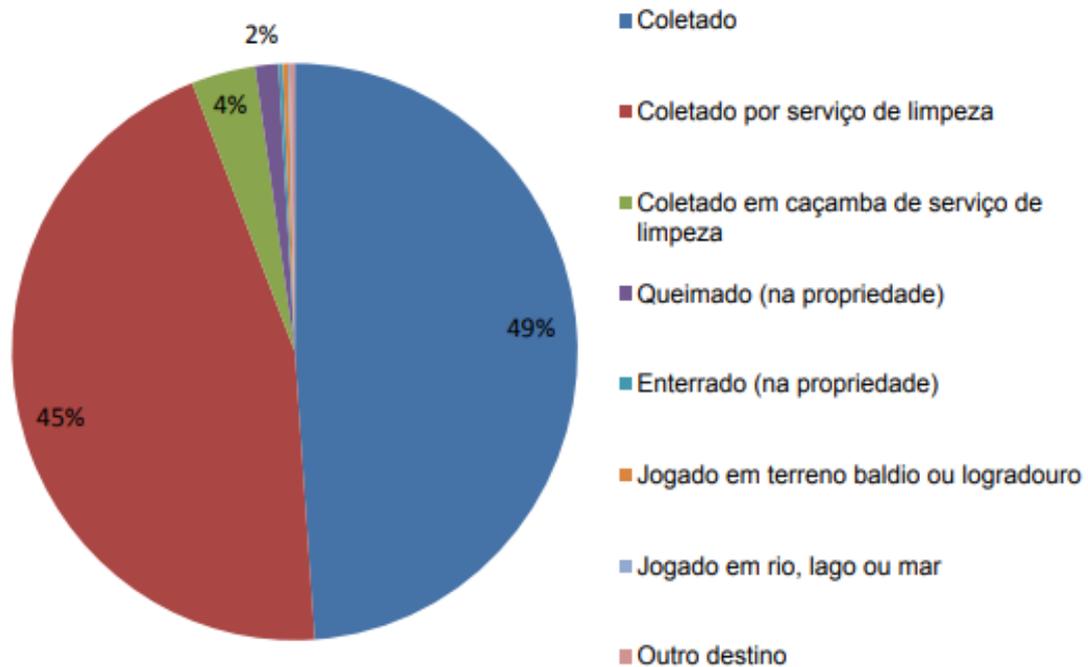
freáticos e atraindo diversas doenças e parasitas. A situação desses locais ainda piora quando pensamos nas pessoas que coletam as matérias-primas para sobreviverem.

Os aterros controlados são lugares onde o lixo é disposto de forma controlado e os resíduos recebem uma cobertura de solos, mas não recebem impermeabilização e nem sistema de dispersão de gases e chorume, para diminuir a montanha de lixo nesses aterros ocorre a incineração dos resíduos sólidos o que ocasionava a liberação de substâncias tóxicas.

Os aterros sanitários recebem lixo residencial e industrial, mas o solo possui tratamento de impermeabilização, nivelamento da terra e selagem da base com a argila, mantas de PVC e um sistema de drenagem para o chorume ocorrendo o tratamento do mesmo o qual é devolvido para o meio ambiente sem risco.

A vida útil de um aterro sanitário é em torno de 20 anos, porém o aterro sanitário de Paranaguá foi inaugurado em 2017 pela empresa Complexo Industrial Eco Tecnológico (CIETec), localizado em Alexandra, e já está sofrendo com a grande demanda pois possui uma capacidade para receber cinquenta toneladas por dia e recebe cinco vezes mais lixo do que é permitido e tolerado atingindo sua capacidade máxima em outubro de 2022 conforme o Jornal JB Litoral (2022).

Gráfico 1: Gráfico da Coleta, lixo e resíduos



Fonte: IBGE, 2000.

A coleta de resíduos é responsável pela redução dos níveis de poluição urbana e rural. Os resíduos são resultados da sobra de atividades da comunidade em geral, sejam industriais, domésticas, hospitalares, comerciais ou agrícolas. Estes podem ser ainda resultantes das atividades da área de serviços, assim como de uma simples atividade pública, como a varrição. O município desenvolve projetos de coleta seletiva tanto na sede municipal como nos distritos e nas Ilhas. De acordo com dados oficiais do IBGE (2000) do total de 34.530 domicílios, mais de 90% são atendidos pelo serviço de coleta convencional, 2% queimam ou enterram seus resíduos e os demais dispõem os resíduos de forma irregular em terrenos baldios, logradouros, rios ou no mar.

Porém, quando se analisamos todo o processo histórico da evolução da qualidade de vida da população parnanguara, nota-se que isto ocorre quando as políticas interferem não somente na questão da saúde pública, mas num conjunto de ações que vão desde projetos sociais até controle e planejamento da urbanização e de ocupações no meio ambiente.

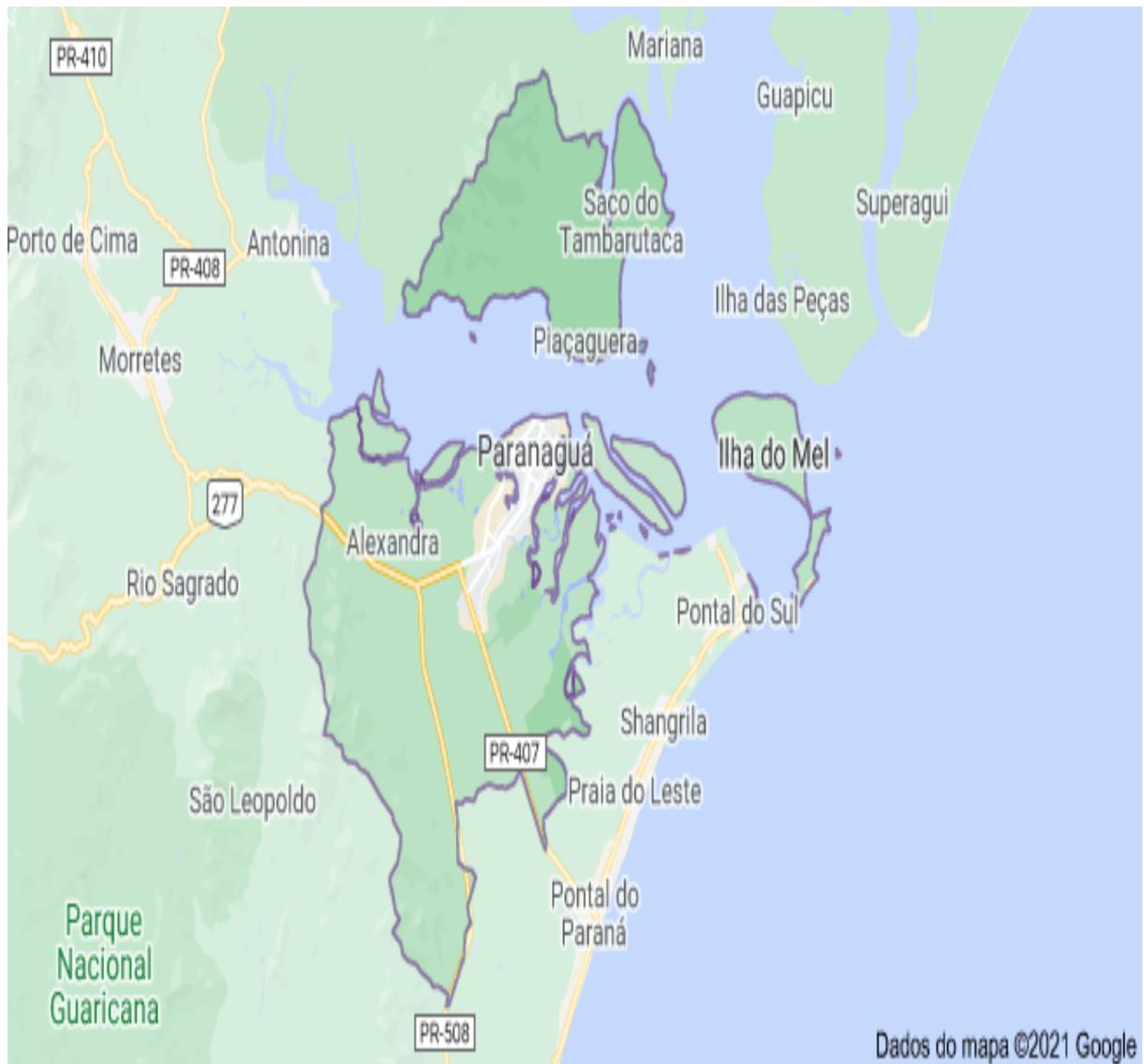
O município de Paranaguá possui uma urbanização recente, com um grande

crescimento populacional na área urbana, principalmente a partir da década de 90, concomitante ao crescimento populacional de um modo geral do município. É neste contexto, acompanhado pelo processo de urbanização desenfreado brasileiro que a favelização na cidade se torna inevitável, já que o êxodo rural proporcionou a exclusão da camada populacional que não se enquadrou no mercado de trabalho na área urbana.

A ocupação desordenada e sem planejamento desses aglomerados resultam em inúmeros impactos ambientais e na saúde pública além de oferecer enormes riscos à vida desta população. Os baixos índices de renda, alfabetismo e em certas regiões a alta taxa de densidade demográfica são fatores que influenciam na vulnerabilidade dessa população, que acaba por escolher lugares periféricos e em áreas de preservação permanente e próximo a redes hidrográficas para construir suas casas. Tais regiões acumulam, além destas, altas taxas de agravos de saúde como doenças relacionadas à falta de saneamento, principalmente devido à falta de manejo adequado dos resíduos e problema de drenagem urbana.

A deposição irregular de resíduos sólidos é intensa em tais áreas e proporciona a obstrução da rede de drenagem além de contrair vetores que possibilitam a proliferação de doenças que colocam em risco a saúde pública principalmente da camada social excluída. Conforme informações do Relatório de Avaliação Ambiental – RAA elaborado em julho de 2009, como parte do Programa de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo, a situação fundiária no município de Paranaguá é considerada o maior desafio da administração municipal. A Prefeitura Municipal de Paranaguá estima que as áreas irregulares concentrem quase metade da população urbana, o equivalente a aproximadamente 60 mil habitantes, e ocupam uma extensão de 7 Km<sup>2</sup>, atingindo 26% da área urbana.

Figura 1: Mapa do Município de Paranaguá



Fonte: GOOGLE, 2021

Paranaguá possui a beleza arquitetônica do centro histórico a qual se contrasta com a realidade da periferia sendo destacada logo na entrada da cidade.

Aérea periférica mostra a dificuldade da população que ali vive e a diferença entre a “arquitetura” da periferia e a arquitetura do centro histórico.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, o abastecimento de água estava acessível a 89,8% dos domicílios particulares e permanentes e 81,6% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado, dados do IBGE 2010 Esgotamento sanitário adequado 81%, mas a população reclama que não existe tal

porcentagem e também não existe um censo atual o qual nos permita tal comparação. Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 3,2% da população está em extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (10,1% da população na extrema pobreza na área rural, contra 3% na área urbana).

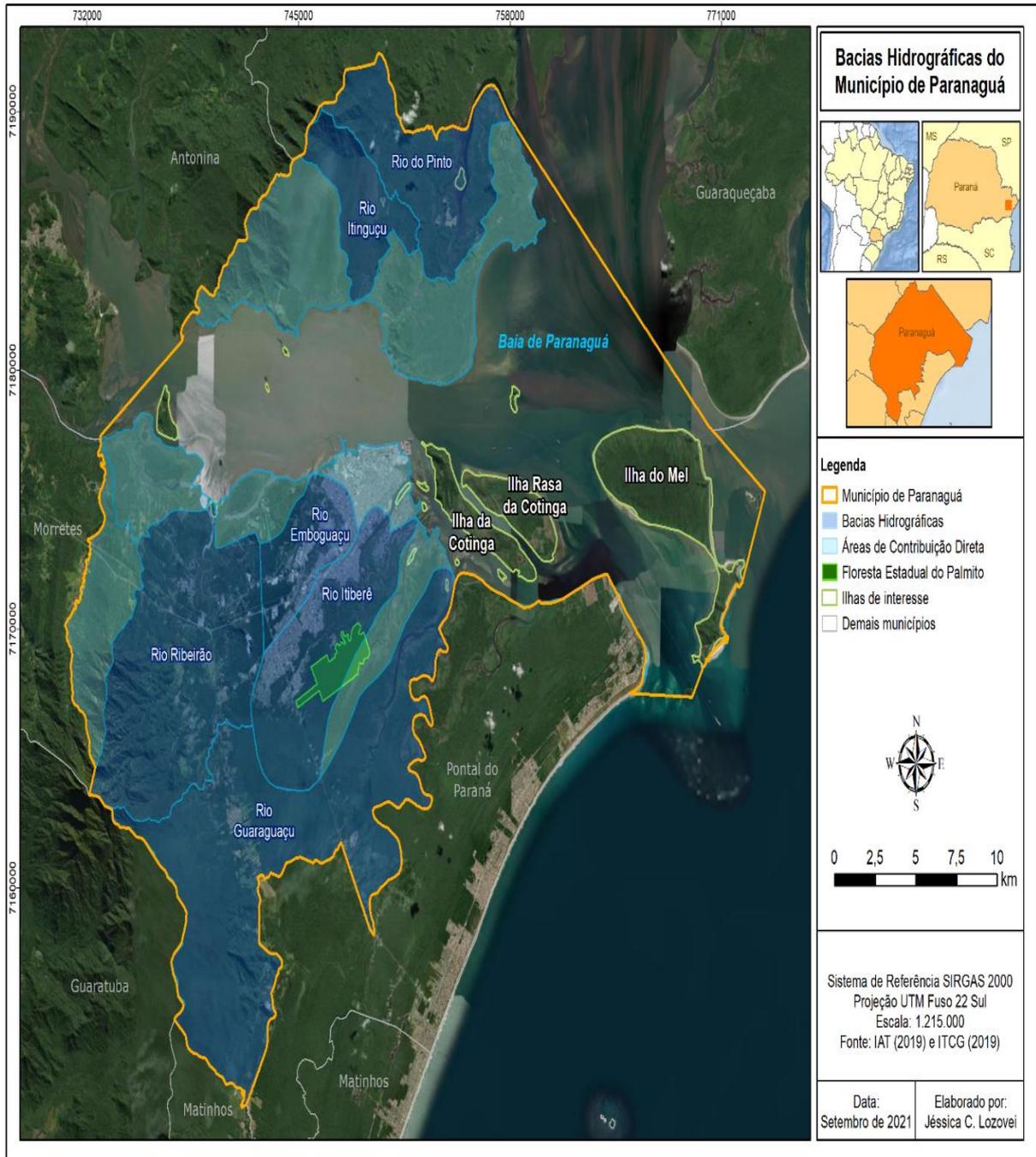
O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá teve sua atualização em (2007) e estabelece que o território urbano abrange 95,15km<sup>2</sup>, concentra 96% da população e está dividido em 56 bairros, que se distribuem ao longo da BR-277 e prolongamentos, sendo os bairros mais populosos: Vila Rute, Padre Jackson, Vila Guarani, Vila Cruzeiro, Porto dos Padres e Vila Paranaguá. O território rural é pouco expressivo: possui onze setores censitários nas áreas rurais e ilhas e dois setores no Distrito de Alexandra, com apenas 4% da população total (IBGE,2000) em um total de 4.992 habitantes.

Desses bairros, segundo o Plano Diretor (2007), Ilha de Valadares, Ponta do Caju e Vila Nilson Neves são áreas irregulares de ocupação, caracterizadas pela ausência de infraestrutura necessária à qualidade de vida da população residente e potenciais áreas de risco ao meio ambiente.

Os aspectos que sintetizam a caracterização do município conforme o Plano Diretor(2007) são: local de início da colonização do território paranaense, sendo influenciada por todos os ciclos econômicos do Estado; posição estratégica com a presença do Porto de Paranaguá e uma ampla rede rodoviária e ferroviária, a qual caracteriza o município como o polo exportador do Paraná; grande número de restrições para a ocupação do território em função da fragilidade ambiental e da localização da área urbana, o que eleva o valor do solo e restringe as alternativas de expansão; características e costumes da população nativa; município receptor da população migrante do estado, que atraída pela prosperidade da atividade portuária, dirige-se a Paranaguá em busca de melhores oportunidades de emprego; beleza ambiental e importância histórica incomparáveis.

Conforme observamos no MAPA 2 a cidade de Paranaguá é um verdadeiro paraíso ecológico, com mangues, Mata Atlântica, rio, mar, diversos ecossistemas diferentes e interligados, sendo de supra importância a preservação da natureza para as futuras gerações.

Figura 2: Mapa das Bacias Hidrográficas



Fonte: IAT, 2019

Paranaguá é muito mais do que o berço da história paranaense, ela é também um berçário imenso da flora e da fauna. A cidade possui três estações ecológicas sendo:

Estação Ecológica da Ilha do Mel: Uma das mais privilegiadas paisagens naturais do Paraná, a Ilha do Mel, é um lugar para lazer, aventura, esportes, contemplação de fauna e flora, além do conhecimento histórico. A Estação Ecológica da Ilha do Mel foi criada por meio do decreto nº.5.454, de 21 de setembro de 1982, com a finalidade de proteger a flora, a fauna e os sambaquis (sítios arqueológicos da ilha), ela possui uma área de 2.240 hectares. A Ilha do Mel foi tombada em 1956 como Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do Paraná (Lei nº.1.211/53).

Estação Ecológica do Rio Guaraguaçu: Essa estação encontra-se na divisa das cidades de Paranaguá e Pontal do Paraná, possui uma fauna e flora bem diversificada, do lado do município de Pontal do Paraná fica a comunidade indígena Guarani M'Bya e a Área de Preservação Arqueológica Sambaqui do Guaraguaçu. Essa estação foi criada conforme a Lei Federal nº. 6.902, de 27 de abril de 1981.

Floresta Estadual do Palmito: Ela abriga um dos maiores remanescentes de palmito que compõe o bioma da Mata Atlântica. É um centro de pesquisa para preservação da espécie, aliado à prática de ecoturismo possuindo uma trilha com 6,5 km cortando todo o parque. Atualmente, o local abriga 200 espécies de aves e de mamíferos como: jaguatiricas, quatis, veados, tatus, papagaios, entre outros.

A hidrografia de Paranaguá por ser uma cidade litorânea apresenta um grande número de rios de águas salinas que desaguam na Baía de Paranaguá, considerada a terceira de maior importância no país pelo seu estuário lacunar, além de ser cercada pela Serra do Mar e pela Mata Atlântica. O abastecimento hídrico de Paranaguá se faz por intermédio dos rios de água doce que cortam a Serra do Mar, processados através da estação de tratamento pela empresa que detém a concessão.

Quadro 2: Rios de Paranaguá

Rios de Paranaguá	
Nome	Localidade
Rio Itiberê	A esquerda banha a cidade de Paranaguá e a direita a Ilha dos Valadares
Rio dos Correias	Ao lado direito da Ilha dos Valadares

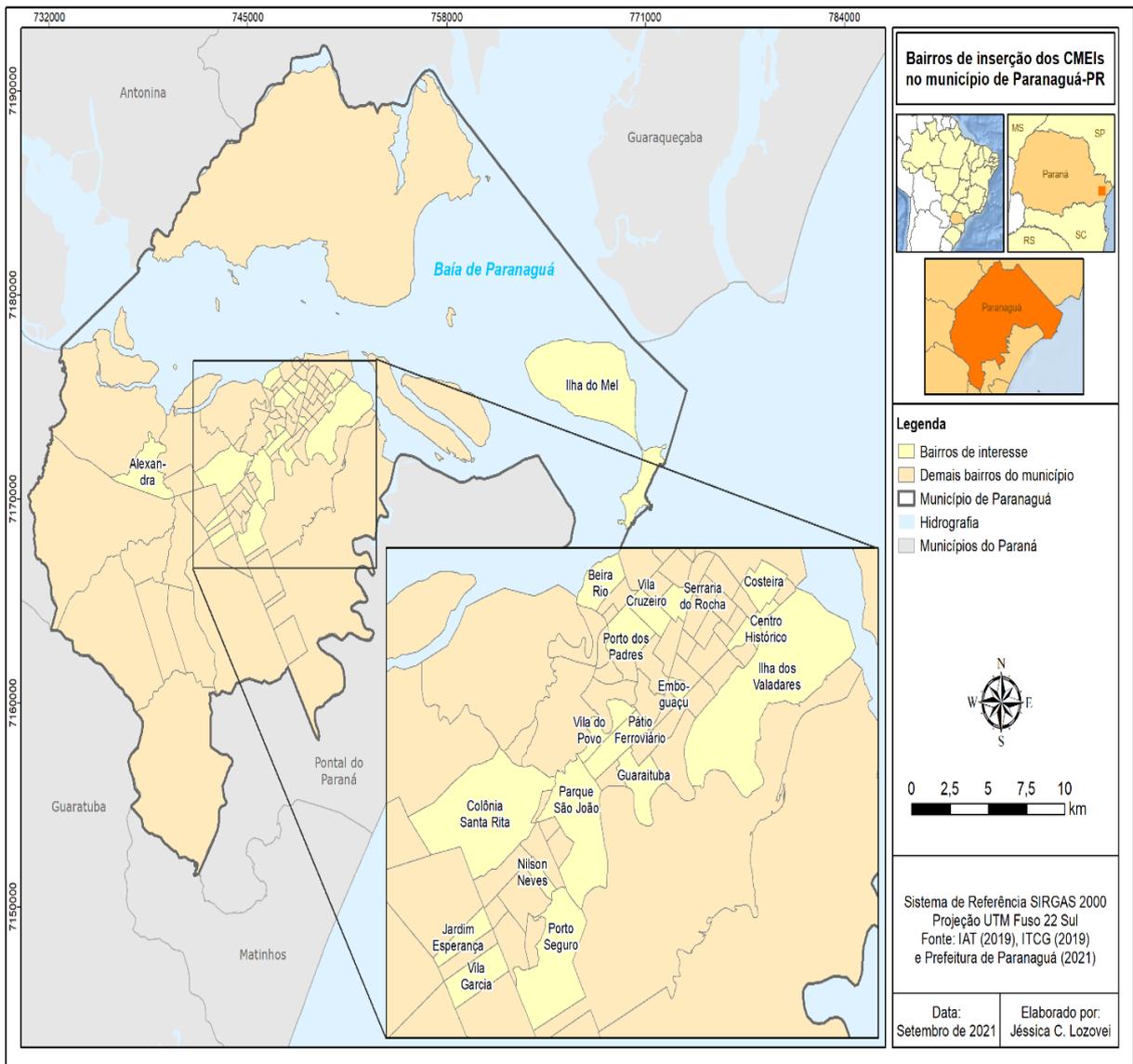
Rio dos Almeidas	Corre paralelo ao Rio dos Correias
Rio Guaraguaçu	Desagua no Rio Itiberê
Rio Maciel	É formado pela desembocadura do Rio Guaraguaçu
Rio Perequê	Também é formado pelo Rio Guaraguaçu
Rio Jabaquara	Baía de Paranaguá
Rio Canavieira	Baía de Paranaguá
Rio Boquera	Baía de Paranaguá
Rio Itinga	Baía de Paranaguá
Rio dos Medeiros	Baía de Paranaguá
Rio do Chumbo	Atravessa toda a cidade e desagua na Baía de Paranaguá no bairro da Costeira
Rio do Cedro	Baía de Paranaguá
Rio Brejatuba	Colônia Maria Luiza
Rio do Salto	Colônia Quintilha
Rio Cambará	Cambará
Rio das Pombas	Colônia Pereira
Rio Branquinho	Colônia Maria Luiza
Rio Branco	Colônia Pereira
Rio Vermelho	Colônia Santa Cruz
Rio Miranda	Colônia Santa Cruz
Rio da Forquilha	Colônia Santa Cruz
Rio Cachoeira	Morro inglês
Rio São Sebastião	Serra da Prata
Rio Jacareí	Serra da Prata
Rio Piedade	Distrito de Alexandra
Rio das Pedras	Distrito de Alexandra

Fonte: Prefeitura de Paranaguá, 2021

A seguir no MAPA 3 mostra o bairro da cidade de Paranaguá-PR e sua

história com os rios ao seu entorno. De todos os rios de Paranaguá, o mais famoso é o Itiberê, antigamente denominado pelos Carijós como Taguaré. Foi às margens desse rio que nossa cidade desenvolveu as primeiras instalações portuárias, esse Rio foi dragado e suas margens modificadas muitas vezes. É um Rio inspirador, já foi homenageado por poetas, escritores e músicos parnanguaras.

Figura 3: Mapa dos Bairros de Paranaguá



Fonte: IAT, 2019

Um dos bairros mais famosos e populosos de Paranaguá é o bairro de Alexandra, os imigrantes chegaram no Paraná em 1875, os pioneiros eram cerca de 50 famílias que vieram da região de Vêneto, na Itália e se instalaram no bairro que

fica a cerca de 15 km de Paranaguá, a estação Ferroviária de Alexandra foi inaugurada em 1883, e ainda conserva seus aspectos originais.

Segundo o plano Diretor (2007), o Distrito de Alexandra, possui 1499 habitantes sendo considerada a maior população rural do município, atualmente conta com uma boa infraestrutura, sendo caracterizada mais como zona urbana do que eu rural.

Devido a este fato o Plano Diretor (2007) em sua Proposta 03 considera:

Alterar e aprovar o Perímetro Urbano de Paranaguá, incluindo o distrito de Alexandra no novo perímetro. O município de Paranaguá necessita encontrar áreas aptas à ocupação, pois grande parte de sua área urbana possui limitações ambientais. Com a falta dessas áreas, a ocupação do território vem sendo feita de forma irregular, justamente sobre essas áreas de preservação permanente que limitam a expansão. O Distrito de Alexandra, próximo ao perímetro da sede do município configura-se como uma área de expansão da urbanização, pois seus terrenos possuem menos restrições ambientais e legais à ocupação, onde se prevê implantação de equipamentos e empreendimento considerados especiais e necessários à estrutura urbana. (PLANO DIRETOR, 2007, p. 36).

O CMEI Edite Amatuzzi de Pinho que fica próximo ao perímetro da sede e faz parte dessa pesquisa, e reafirma o que diz na Proposta 3 do Plano Diretor, apesar de estar próximo a zona rural, a sua localidade parece mais urbana quando visto o seu entorno.

Quadro 3: Bairros de Paranaguá

Lista de Bairros			
Aeroporto	Estradinha	Leblon	Serraria do Rocha
Alexandra	Industrial	Loteamento Yamaguchi	Tuiuti
Alto São Sebastião	Jardim América	Nilson Neves	Vila Alboitt
Alvorada	Jardim Araça	Nove de Julho	Vila Comercíarios
Bockmann	Jardim Esperança	Oceania	Vila Cruzeiro
Campo Grande	Jardim Guaraituba	Padre Jackson	Vila do Caic
Centro Histórico	Jardim Iguaçu	Palmital	Vila do Povo
Cominese	Jardim Jacarandá	Parque Agari	Vila Garcia
Correia Velho	Jardim Ouro Fino	Parque São João	Vila Guadalupe

Costeira	Jardim Paraná	Ponta do Caju	Vila Guarani
Divinéia	Jardim Paranaguá	Porto dos Padres	Vila Itiberê
Dom Pedro II	Jardim Samambaia	Porto Seguro	Vila Paranaguá
Eldorado	Jardim Vale do Sol	Raia	Vila Rute
Embogaçu	João Gualberto	Rocio	Vila São vicente

Fonte: Prefeitura de Paranaguá, 2021.

Ao todos são 11 ilhas, mas 3 se destacam em questões históricas e folclóricas.

Quadro 4: Ilhas de Paranaguá

Ilhas de Paranaguá		
Ilha da Cotinga	Ilha Eufrasina	Ilha Rasa da Cotinga
Ilha dos Valadares	Ilha Ponta de Ubá	Ilha do Mel
Ilha Teixeira	Ilha Amparo	Ilha Europinha/Nacar
Ilha de Piaçaguera	Ilha São Miguel	

Fonte: Prefeitura de Paranaguá, 2021.

Ilha da Cotinga: Significa em tupi-guarani “lugar ou roça de branco”, foi o primeiro local de Paranaguá a ser povoado, a ilha é hoje um ponto turístico, atualmente índios Mbyá Guarani vindos de outras localidades do estado são os nativos da ilha.

Ilha do Mel: Além das belezas naturais que atraem turistas do mundo todo, abriga o Farol das Conchas importante sinalizador para os navios que aportam em Paranaguá.

Ilha dos Valadares: Ela abriga 22 mil moradores, é reduto de manifestações folclóricas típicas da cidade como fandango e o barreado.

Quadro 5: Colônias de Paranaguá

Lista de Colônias	
Colônia Maria Luiza	Colônia Santa Cruz
Colônia Quintilha	Colônia Pereira

Fonte: Prefeitura de Paranaguá, 2021.

Paranaguá possui localidades distantes do centro da cidade, como as colônias que em sua maioria foram fundadas por imigrantes europeus, a maioria dos moradores sobrevive da agricultura e buscam preservar o meio ambiente que vivem desgastando minimamente o solo.

### 3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral através do Currículo Municipal de Educação de Paranaguá SEMEDI (2010), registrou como foi a inauguração do primeiro Centro de Educação Infantil de Paranaguá-PR. O Centro de Educação Infantil (CEI) “Perseverança”, foi inaugurado em 20 de novembro de 1973 sendo então a primeira instituição de educação infantil de Paranaguá. Oito esposas de maçons se reuniram e após fundarem o “Clube da Fraternidade Perseverança”, vendo a necessidade dos pais que necessitavam trabalhar, começaram a atender crianças pequenas. De 1973 até 1984 o atendimento ficou sendo realizado pela rede particular de ensino e nas filantropias e a última etapa da educação infantil (Pré-escola) era ofertada nas escolas municipais e estaduais.

Em 1984 teve início a Fundação Educar, docentes habilitadas davam aulas em residências para um pequeno grupo de crianças. Anos depois, as turmas de pré-escolares foram incluídas nas escolas públicas, em regime de parceria e a Secretaria Estadual de Educação SEED/PR repassava a merenda escolar e o material didático. Apenas em 1995 inaugura-se a primeira Creche Municipal, CMEI “Milena Bonfim” com atendimento integral, o atendimento era assistencialista e priorizava a família de baixa remuneração SEMEDI (2010).

Somente em 2001, teve início o processo de transição para integrar os Centros Municipais de Educação Infantil à Secretaria Municipal de Educação. Atualmente a Rede Municipal de Paranaguá conta com vinte e seis Centros Municipais, atendendo crianças de zero a cinco anos de idade. As turmas de Pré II com crianças de cinco anos são atendidas em alguns CMEI's e nas Escolas Municipais devido a demanda e como forma de garantir a obrigatoriedade no atendimento de crianças a partir os quatro anos de idade.

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral em 2010, em conjunto

com docentes e demais profissionais da educação, reelaboraram O Currículo Municipal de Paranaguá tendo como aporte os seguintes documentos: Currículo Municipal, Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), Currículo do SEFE (Sistema Educacional Família e Escola). A reconstrução da Matrizes Curriculares surgiu através de uma Gestão Democrática e contou com a participação ativa das instituições de ensino infantil e fundamental, as primeiras versões saíram em 2018.

A reformulação do currículo da Educação Infantil foi realizada de forma gradativa com encontros entre pedagogos e docentes da educação infantil, para tal a SEMEDI contou com o apoio da Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá a qual cedeu o espaço para os encontros e a Prof. Dr. Danielle Marafon, professora da Universidade, contribuiu com sua vasta experiência na área. A partir da aprovação do Referencial Estadual do Estado do Paraná em 2018 os currículos municipais passam por adaptações a partir do documento estadual. Desde então os docentes da RME passaram a planejar suas aulas mediante tal documento.

Os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá ofertam vagas para crianças de 0 a 5 anos, o cadastro para as vagas é realizado pelo site da prefeitura e o responsável pode ir acompanhado a disponibilidade da vaga pelo portal da transparência. Devido à grande procura por vagas, poucos CMEI's disponibilizam turmas em período integral conforme mostra o quadro abaixo, salvo o CMEI “Nossa Senhora de Guadalupe” que possui todas as turmas em período integral, os demais CMEI's atendem as crianças em período parcial para contemplar mais crianças e atender assim a demanda do Município.

Quadro 6: Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá

<b>Nome dos CMEI's</b>	<b>Data da inauguração</b>	<b>Quantidade de docentes (monitor e educador)</b>	<b>Possui pedagogo (sim ou não)</b>	<b>Quantidade de turmas e períodos</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Agadil Cabral	24/07/2002	Monitor: 01 Educador: 08	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	87

Anita Canale Raby	29/01/2002	Monitor: 03 Educador: 07	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04	130
Anita Ribeiro Fontes	27/07/2004	Monitor: 02 Educador: 07	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 01	102
Antônio Tortato	17/12/1996	Monitor: 07 Educador: 13	Sim	Manhã: 06 Tarde: 06 Integral: 02	244
Arcelina de Paula	13/04/2010	Monitor: 01 Educador: 09	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04	126
Aurora X. Santos	23/06/2009	Monitor: 01 Educador: 10	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04 Integral: 03	148
Denise Farias Alboitt	22/12/2017	Monitor: 01 Educador: 19	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04 Integral: 04	194
Edite Amatzuzi Pinho	24/07/2004	Monitor: 03 Educador: 08	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04	133
Helena Porto Santos	18/05/2009	Monitor: 02 Educador: 11	Não	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	103
Jurandir R. Lima	27/07/2004	Monitor: 02 Educador: 12	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 01	102
Maria de Lourdes Kossatz	27/07/2004	Monitor: 0 Educador: 06	Não	Manhã: 04 Tarde: 04	129

Milena Bonfim	07/02/1995	Monitor: 02 Educador: 09	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	103
Prefeito Mário Roque	30/04/2016	Monitor: 02 Educador: 09	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04 Integral: 01	154
ProfªRosiane Pinheiro Norato	20/12/2016	Monitor: 0 Educador: 13	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	112
Nadia Iara P. Cunha	07/03/2008	Monitor: 03 Educador: 10	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	98
Nossa Senhora de Guadalupe	03/08/2006	Monitor: 03 Educador: 06	Sim	Integral: 05	51
Nossa Senhora dos Navegantes	04/04/2008	Monitor: 03 Educador: 11	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	140
Nossa Senhora do Rocio	25/05/2009	Monitor: 04 Educador: 09	Sim	Manhã: 03 Tarde: 02 Integral: 02	88
Paulo Freire	20/12/2012	Monitor: 0 Educador: 16	Sim	Manhã: 05 Tarde: 05 Integral: 03	199

Regina Célia Domit	18/05/2009	Monitor: 01 Educador: 13	Sim	Manhã: 03 Tarde: 03 Integral: 02	108
Rosy Mattar da Maia	30/03/2004	Monitor: 04 Educador: 10	Sim	Manhã: 04 Tarde: 04 Integral: 02	162
Ruth CrocettiBaka	20/03/2008	Monitor: 05 Educador: 12	Sim	Manhã: 06 Tarde: 04 Integral: 03	150
SathieMidorikawa	28/07/2011	Monitor: 04 Educador: 18	Sim	Manhã: 06 Tarde: 06 Integral: 04	249
Zuleide Pinto Rosa	15/04/2004	Monitor: 03 Educador: 04	Sim	Manhã: 05 Tarde: 05 Integral: 02	151
Juvelina Neves	03/07/2012	Monitor: 0 Educador: 02	Sim	Manhã: 02 Tarde: 02 Integral: 0	26
Maria de Paula Gonçalves	03/07/2012	Monitor: 0 Educador: 02	Sim	Manhã: 02 Tarde: 02 Integral: 0	25

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá – SEMEDI 2021

Conforme já citado a cidade de Paranaguá possui 26 Centros Municipais de Educação Infantil contando com os 02 CMEI's que estão situados na Ilha do Mel, a

frente da gestão municipal está o Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcelo Roque e como Secretária de Educação a senhora Tenile Xavier, na atual gestão os Centros Municipais bem como as escolas forma divididas e cada uma possui uma supervisora de Polo que auxilia os pedagogos sobre diversos assuntos. Cada CMEI possui um pedagogo que faz o atendimento pedagógico com os docentes, com as crianças e com os responsáveis quando necessário. As estruturas dos CMEI's variam, as mais antigas estão sendo reformadas, as mais novas possuem a mesma arquitetura e as últimas inauguradas já possuem um formato mais amplo.

Para explicitar melhor a estrutura dos CMEI's trataremos no próximo capítulo sobre suas peculiaridades.

#### **4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DOS PEDAGOGOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ**

Busca-se neste item, apresentar a caracterização dos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal de Paranaguá, e o perfil dos pedagogos sujeitos da pesquisa..

O conteúdo das entrevistas semiestruturadas conforme roteiro pré-elaborado (APÊNDICE A), estará exposto nesse capítulo visando atender os objetivos propostos para este estudo.

Os objetivos específicos a serem desenvolvidos nesta parte do estudos buscam conhecer o pedagogo em suas atividades e os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; identificar caracterizando a Educação Ambiental na prática pedagógica do pedagogo dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; descrever as atividades de Educação Ambiental nos eixos do espaço físico, da gestão escolar, da organização curricular e das relações com a comunidade nos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá; indicar os limites e possibilidades para a Educação Ambiental considerando a perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil em Paranaguá.

#### 4.1 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta parte da apresentação dos dados do estudo trataremos do objetivo específico que busca conhecer o pedagogo em suas atividades e os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá, sendo que neste subtítulo apresentaremos a caracterização dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil no contexto das diferentes realidades socioambientais em que estão localizados: área rural; área de ilha; área de manguezal e área portuária.

As fontes de dados são bibliográficas e documentais como: Matriz Curricular da Educação Infantil, Currículo da Educação Infantil de Paranaguá, Projeto Político Pedagógico, Caderno pedagógico, planejamento semanal, diário, sequência didática e documentos sobre a educação ambiental e a educação infantil.

Aqui trataremos da Educação Ambiental considerando o eixo do espaço físico conforme estabelece os instrumentos da política de Educação Ambiental em âmbito nacional e estadual. Já as dimensões da gestão escolar; da organização curricular e da comunidade, também presentes nestas políticas, serão abordadas na sequência desta parte do estudo.

Neste item, apresentaremos a caracterização dos locais da pesquisa, descrevendo os quatro CMEI's selecionados para esta pesquisa, descrevendo as peculiaridades de cada um como: dados históricos de inauguração, localização, espaço físico, comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico e a visão deles sobre educação ambiental a fim de caracterizar o cenário da pesquisa, para tal identificaremos os CMEI's como: Edite Amatuzzi de Pinho (CMEI 1), Nossa Senhora do Rocio (CMEI 2), Nossa Senhora de Navegantes (CMEI 3), Milena Bonfim (CMEI 4).

Quadro 7: Espaço Físico Dos Centros Municipais De Educação Infantil

Indicadores	CMEI 1	CMEI 2	CMEI 3	CMEI 4
1Área interna	Não	Não	Não	Não
2 Área externa adequada	Sim	Não	Sim	Sim
3Área com	Sim	Não	Não	Não

bosques				
---------	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O Manual da Escola Sustentável (2013), fala sobre como o espaço físico deve ser concebido, reafirmando a construção em locais estratégicos que possuam condições as quais garantam:

[...] utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais. (BRASIL, 2013, p. 2)

Quanto ao eixo do espaço físico, os quatro pedagogos fizeram menção a esse aspecto, sendo que um CMEI não possui espaço físico sendo trabalhado apenas uma pequena horta no espaço que possuem, outro CMEI possui um espaço considerável e a área ao entorno também é vasta, os dois últimos estão passando por reforma.

Ao observar os espaços físicos em torno dos CMEI's, percebe-se que em apenas um deles há uma possibilidade reduzida para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, pois o espaço físico é muito pequeno e não há parques no entorno.

Um CMEI se destaca pela biodiversidade que existe em seu entorno auxiliando nas atividades sobre educação ambiental.

Os dois outros CMEI's possuem espaço físico e o entorno é diversificado com parques, rios, bosques, um deles citou sobre as atividades desenvolvidas no CMEI relatando sobre a horta, como fazem o plantio e depois a distribuição para as crianças e famílias como forma de incentivo, também possuem a coleta seletiva e cuidado com o entorno do CMEI.

Quanto a infraestrutura, os CMEI's pesquisados possuem salas amplas e ventiladas, mas o espaço físico acaba sendo limitado, algumas possuem o refeitório com a área de lazer no mesmo ambiente, as salas dos docentes são pequenas, não possuem brinquedoteca e nem sala para contação de histórias, dos quatro CMEI's

pesquisados apenas um CMEI possui caixa de areia na área externa, todos possuem parquinhos na área externa, mas sem cobertura o que limita o uso.

Quanto a acessibilidade, todos os CMEI's possuem rampas, banheiros adaptados e portas amplas que proporcionam acesso aos cadeirantes.

Analisando o que consta no PPP dos CMEI's e o que foi relatado nas entrevistas em relação as atividades propostas, percebe-se que nas instituições pesquisadas há a possibilidade de desenvolver atividades de educação ambiental, seja nas instituições ou nas áreas externas aproveitando o que há no entorno dos CMEI's como: manguezais, rios, parques e bosques ampliando assim as estratégias de ensino.

#### 4.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil “Edite Amatuzzi de Pinho” – Área Rural de Alexandra

O Centro Municipal de Educação Infantil “Edite Amatuzzi de Pinho” foi inaugurado aos vinte e quatro dias do mês de julho de 2004, o bairro possui uma população de 5.083 habitantes (IPARDES 2017). Como observado, o campo desta pesquisa é constituído por instituições localizadas em espaços definidos, sendo este CMEI situado na área rural. Nota-se, sob outro ângulo, que ocorre uma mescla entre o rural e o urbano, a beleza da natureza e a urbanização vindo através das indústrias que estão se estabelecendo nas redondezas.

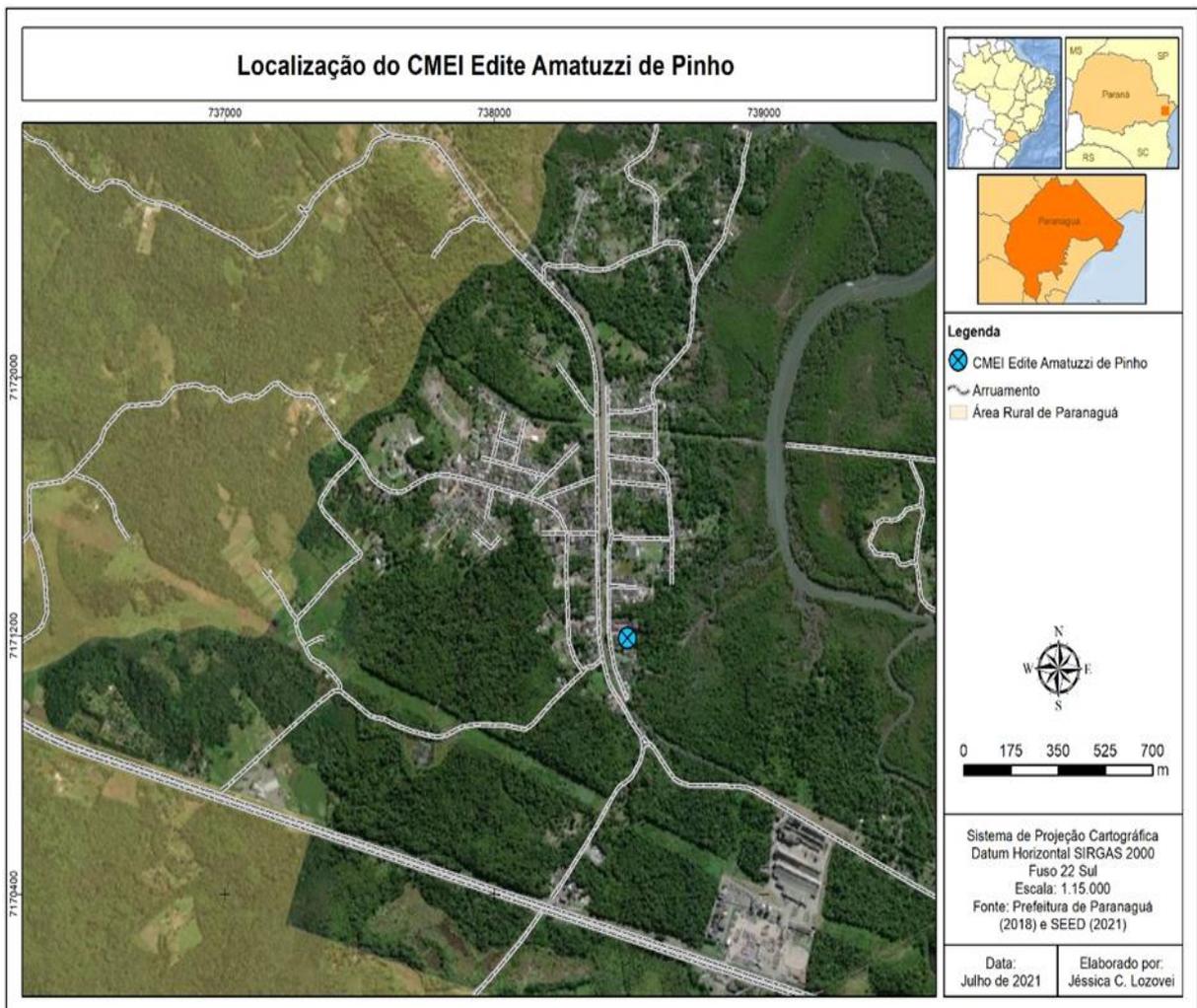
Conforme citado no PPP da instituição, atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores que almejavam por uma instituição de educação infantil, onde seus filhos pudessem ingressar para que receberem atendimento parcial e integral, garantindo à criança um desenvolvimento pleno, facilitando e tranquilizando as mães que necessitavam colaborar no orçamento familiar.

O CMEI 1 fica localizado no bairro Alexandra e possui um fluxo rodoviário e um ferroviário que funciona como porto de interligação entre Paranaguá, Antonina, Morretes e Curitiba desenvolvem-se no local, três comércios ativos com variedades, bares, padarias. Essas atividades comerciais não suprem as necessidades dos moradores, onde muitas vezes tem que se deslocar para as cidades mais próximas.

O bairro onde os CMEI's estão situados, é uma região onde há um misto de ocupação irregular e espaços regularizados. Os espaços de ocupação irregular têm em suas peculiaridades manguezais, rios, áreas de preservação e invasão de terrenos particulares, as casas são pequenas e sem infraestrutura, muitas não possuem energia elétrica e a água é desviada de nascentes o que ocasionam a poluição e a vida da nascente.

Alguns terrenos ficam em áreas isoladas de difícil acesso, por isso, as crianças utilizam o ônibus como transporte escolar que atualmente conta com um auxiliar ajudando as crianças mais novas no deslocamento de forma mais segura, algumas crianças preferem o uso da bicicleta ou a pé com outras crianças.

Figura 4: Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Edite AmatuZZi de Pinho – área rural



Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2018.

No bairro há uma administração que procura atender as necessidades da comunidade. Há um posto de saúde para atender diversas localidades. Encontramos ao lado do CMEI uma escola que divide seu espaço entre o estado e o município, no vespertino funciona com alunos do fundamental I da rede municipal, e no período matutino com alunos do fundamental II do estado e a noite com alunos do ensino médio do estado.

A comunidade por ser no geral carente, espera ter um local para deixar seus filhos, onde eles sejam bem cuidados, alimentados e deem os primeiros passos no processo de alfabetização.

O regime de funcionamento é parcial com quatro turmas no período matutino e quatro turmas no período vespertino entre turmas de: Maternal I Maternal II Pré I, Pré II. O Centro Municipal de Educação Infantil “Edite Amatuzzi Pinho” tem como carga horária de funcionamento oito horas trabalhadas diariamente.

O Centro Municipal de Educação Infantil inicia suas atividades às 7:00 horas da manhã. Os alunos fazem quatro refeições diariamente, às 8:00 horas acontece o desjejum, às 10:30 horas o almoço, às 13:30 horas o lanche da tarde e às 14:30 horas a janta. A merenda é fornecida por uma empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, um grupo de nutricionistas elabora o cardápio e a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação fiscaliza todo esse processo.

A organização de todos os grupos de crianças, indicando cada um deles a faixa etária das crianças, o número de crianças e docentes.

Quadro 8: Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Edite Amatuzzi de Pinho

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº DOCENTE
Maternal I- A	Matutino	07	2
Maternal I- B	Vespertino	14	2
Maternal II – A	Matutino	15	2
Maternal II – B	Vespertino	20	2
Pré I –A	Matutino	22	2
Pré I – B	Vespertino	21	2
Pré II – A	Matutino	10	1

Pré II- B	Vespertino	20	1 1 Estagiária
-----------	------------	----	-------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Quanto a formação dos docentes somente dois docentes dessa instituição fazem curso de libras ofertados pela SEMEDI. Para as demais formações o pedagogo consulta os docentes durante o planejamento da formação, tornando os estudos mais focados nas necessidades da comunidade local. Usa também a experiência de outros docentes para entender os dilemas vividos por quem está nesta posição, e foca sempre no conhecimento didático, pois para que a criança avance o docente precisa conhecer a turma e saber lidar com a diversidade.

#### 4.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Navegantes – Área da Ilha dos Valadares

O Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora dos Navegantes, localizado na Ilha dos Valadares, possui uma população de 22.000 mil habitantes (IPARDES 2017), foi inaugurado aos quatro dias do mês de abril de 2008, na gestão do Prefeito José Baka Filho.

O Porto de Paranaguá anunciou em junho de 2021 a derrocagem de um dos maciços rochosos conhecida por Pedra da Palangana, com o objetivo de aumentar de 12 para 14 metros a profundidade do canal de acesso principal ao porto. A Pedra da Palangana está localizada ao lado da Ilha do Valadares, a 400 metros do centro de Paranaguá, fica no entorno de cinco áreas de preservação ambiental: Parque Estadual da Ilha do Mel, Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Nacional do Superagui, a notícia da derrocagem causou revolta entre os pescadores e ambientalistas preocupados com a poluição sonora que impacta muitas espécies.

Alguns acidentes como o rompimento do oleoduto da Petrobrás, em 2001, e a explosão do navio Vicuña, em 2004, fizeram com que, no primeiro, os pescadores ficassem seis meses sem poder trabalhar e, no segundo, a produção do pescado caísse muito prejudicando diversas famílias. O impacto ambiental causado pela dinâmica portuária interfere no ecossistema de forma constante, seja apenas pela movimentação dos navios ou pela poluição causada por eles.

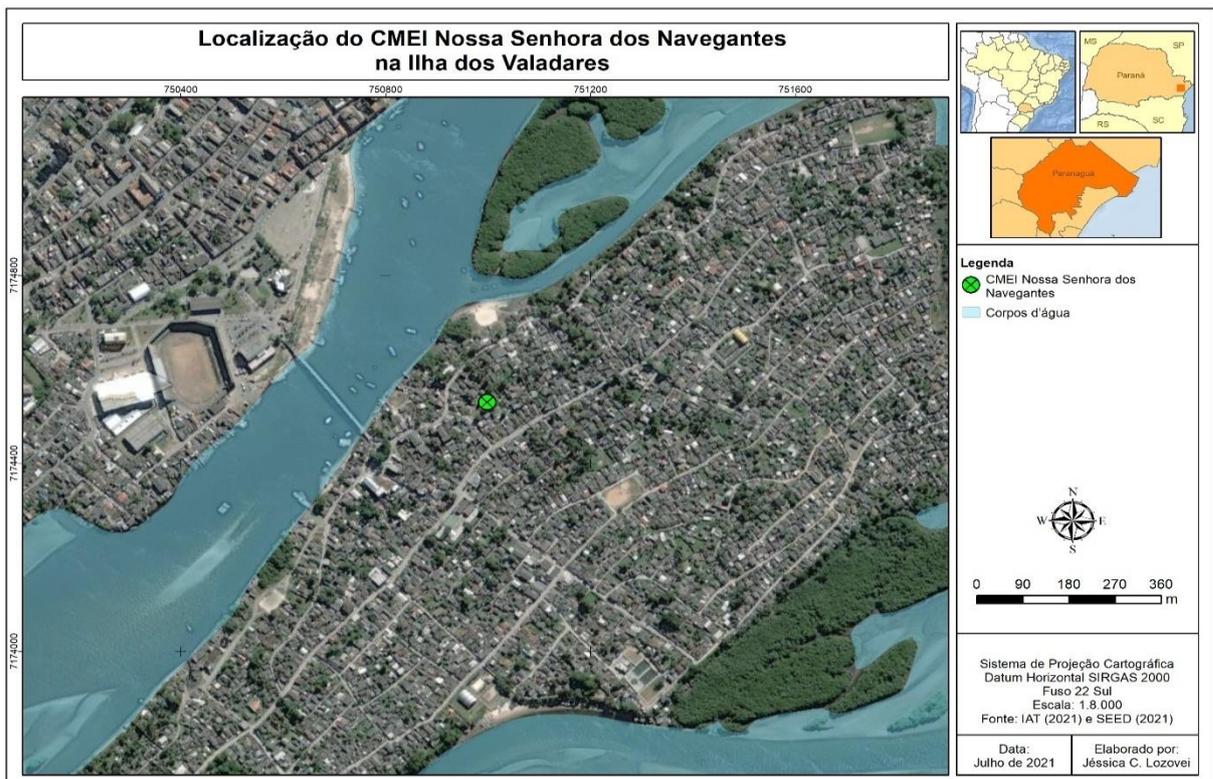
Foi fundado devido à necessidade de um lugar para atender as crianças da comunidade, sendo que a maioria das famílias eram de pescadores, e os familiares necessitavam de um lugar seguro para deixar seus filhos. Recebeu o nome de Nossa Senhora dos Navegantes por ser a protetora dos pescadores.

Devido ao fato de estar situado dentro de uma ilha, suas tradições e costumes regionais permanecem fortes, valorizam a dança, a música que tem como referência o fandango, a pesca e a comercialização de marisco, e o meio de transporte marítimo, para travessia ao continente, que é conhecido como “bateira”. O meio de transporte escolar, utilizado por muitos habitantes, é a charrete, também conhecida como carrocinha.

O CMEI tem como patrono o nome de uma Santa da religião católica, mas o perfil religioso da comunidade escolar é diverso.

A população ainda preserva a cultura das brincadeiras na rua, podemos visualizar crianças soltando pipa, andando de bicicleta etc.

Figura 5: Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Navegantes – área da Ilha dos Valadares



Fonte: IAT, 2021

Os docentes que trabalham diretamente com as crianças conseguem ter uma visão reflexiva sobre a cultura local e a bagagem de conhecimento de cada criança, pelo motivo de muitos serem moradores da região, e toda a equipe docente, tem a ciência do valor do resgate e fortalecimento dos saberes passados por gerações.

A convivência com a comunidade local e a clientela atendida é harmônica, há diálogo e parcerias para projetos, e ações desenvolvidas para melhorias no estabelecimento de ensino, práticas pedagógicas e eventos sociais.

Para que esta ação aconteça, no início do ano letivo, é marcado um encontro com os familiares e assim apresentam a proposta pedagógica, expondo os princípios metodológicos, explicando qual a função da educação infantil e as metas que pretendem alcançar, salientando a importância da parceria da família neste processo.

Quadro 9: Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora de Navegantes

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº DOCENTE
Berçário	Integral	10	04
Maternal I	Integral	15	03
Maternal II	Parcial	20	03
Pré I	Parcial	20	01
Pré II	Parcial	20	01

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Na instituição há um projeto de formação continuada em serviço, intitulado “Espaço dos docentes”, projeto que foi implantado e direcionado pela pedagoga. Nas horas semanais dos docentes destinadas para estudos e planejamento, são realizadas pesquisas de temas relacionados à educação infantil, são registradas e anexadas em uma pasta, a pedagoga acompanha, e dá à devolutiva para os docentes, fazendo com que haja momentos de reflexão das práticas pedagógicas.

A ilha dispõe de só um posto de saúde no centro. O bairro Sete de Setembro fica no centro sul da ilha, é o menos povoado, tem um lixão desativado e a Cooperativa de Reciclagem Nova Esperança, ainda ativa. Parte da cobertura vegetal

está nesse bairro, próximo a esse bairro, existem postos de atendimento bancários, módulo policial e uma subprefeitura. Existem vinte e uma igrejas espalhadas pela ilha: um cemitério, uma praça, um parque do tamanho de uma praça, cancha de futebol e uma associação de moradores. A parte norte e noroeste da ilha, apresenta alguma pavimentação, com piso intertravado; no resto ilha não há ou não foi identificada pavimentação, asfalto ou calçamento (PDDI, 2007). Uma área de conservação está prevista para a região sul da ilha (PARANAGUÁ, 2007). Esses setores censitários ao norte da ilha, englobam a Zona de Ocupação Restrita da área de mangue. O bairro mais populoso é o Itiberê, onde reside a grande maioria dos pescadores que foram morar na ilha a partir de 1950.

#### 4.1.3 Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocio – Área de Manguezal

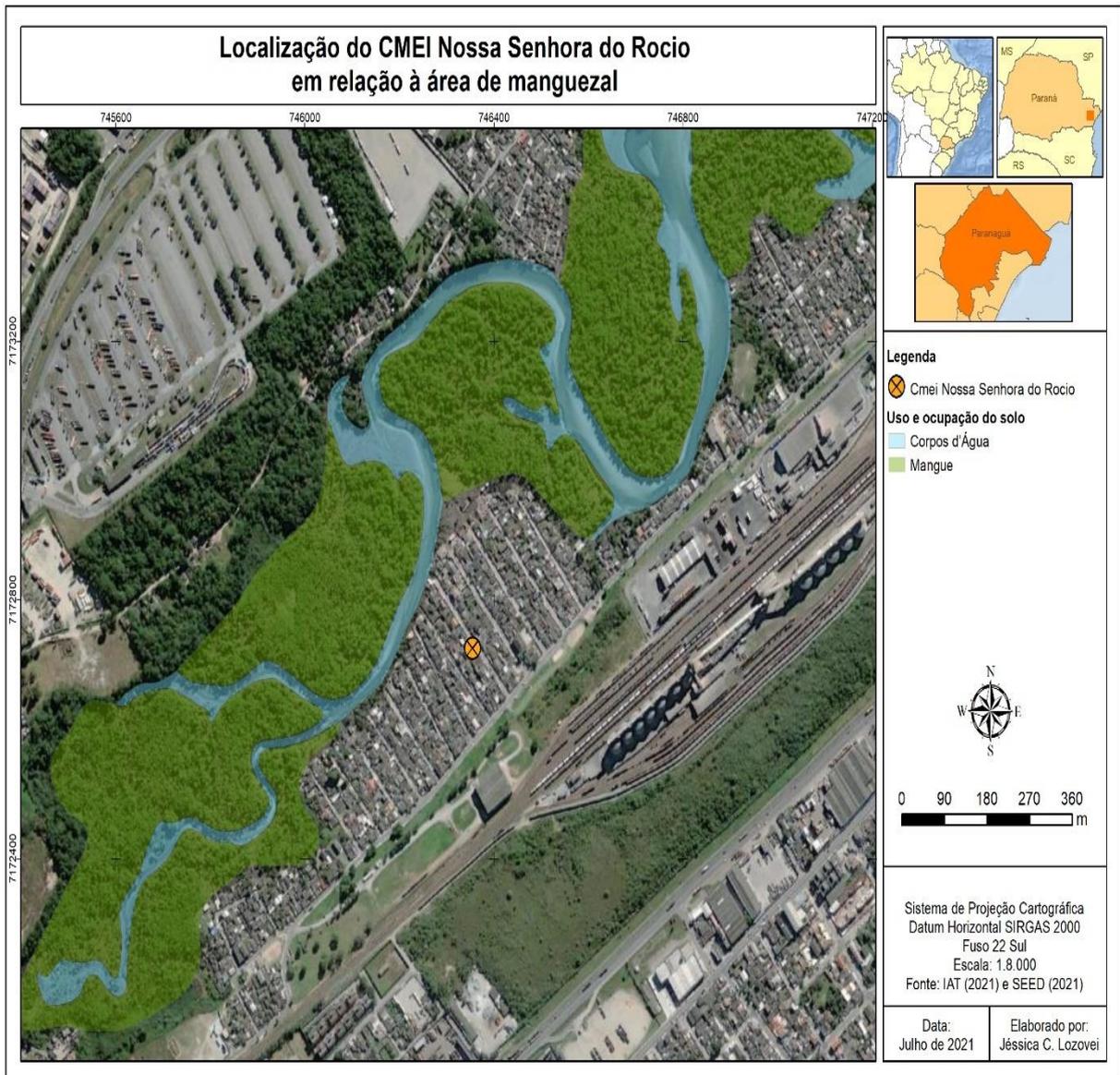
O CMEI Nossa Senhora do Rocio está localizado no bairro Vila do Povo, foi construído em cima da área do manguezal mediante ao desmatamento e aterramento com lixo e restos de construção, os manguezais são áreas de preservação ambiental e considerados como local insalubre para se residir devido à falta de infraestrutura, muitas residências não possuem saneamento básico ocasionando a degradação de ecossistemas naturais.

Um estudo recente para sua tese em doutorado defendida por Marina Reback Garcia(2021) analisou os diferentes tipos de hidrocarbonetos encontrados nos manguezais de Paranaguá os quais podem causar câncer, dados importantes para a população em geral e para quem vive no entorno ou sobrevive da pesca.

Houve a necessidade em proporcionar aos moradores da Vila do Povo e bairros vizinhos, uma instituição capaz de atender crianças pequenas, ou seja, crianças que necessitavam frequentar a primeira etapa da educação básica (Educação Infantil).

Na gestão do prefeito José Baka Filho, o jovem Edil José da Costa Leite Junior doou o terreno para se efetivasse a construção do CMEI e partir dessa escuta a comunidade foi possível atender ao pedido dos moradores da região e em 25/05/2009, foi inaugurado o CMEI “Nossa Senhora do Rocio”.

Figura 6: Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocio – área de manguezal



Fonte: IAT, 2021

Essa instituição respeita o exposto na Resolução nº 05 /2009, que diz ser considerado Educação Infantil o atendimento para crianças de 0 a 5 anos em tempo parcial, a jornada de no mínimo quatro horas diárias e em tempo integral a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, das sete horas e trinta minutos às onze horas e trinta minutos atendemos as turmas parciais do período matutino, das treze horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos atendemos as turmas parciais do período vespertino.

As turmas integrais funcionam das sete horas e trinta minutos às dezessete horas e trinta minutos, compreendendo o tempo total que a criança permaneça na instituição no mínimo sete e não mais que dez horas diárias, neste caso, o teto da hora com a orientação da SEMEDI, contudo a nossa organização em relação ao horário, atende satisfatoriamente todos os alunos.

A organização do tempo e do trabalho pedagógico contemplam a criança como centro do planejamento. Sendo assim, as atividades acontecem de acordo com as necessidades das crianças de crescer e se desenvolver de acordo com sua faixa etária. A questão do banho, alimentação, brincadeiras e toda e qualquer atividade é planejada e realizada no intuito de estimular a autonomia e o sentimento de pertencer da criança. Os materiais e brinquedos são organizados a fim de favorecer a autonomia e estimular a capacidade de expressão da criança. O projeto horta na escola surge pela necessidade de estimular nas crianças a formação de hábitos de consumo de verduras e legumes e raízes, pois em geral, elas não têm o costume de consumir tais alimentos.

Tendo em vista que para a concretização desse projeto, contamos com um espaço ocioso de terreno propício para o cultivo de várias culturas nos fundos do CMEI em uma com boa circulação de ar e luminosidade solar, com água próxima para a irrigação.

Além disso, também, o intuito desse trabalho será promover os ensinamentos às crianças de como cuidar da natureza, firmando na mente destes pequenos conceitos de sustentabilidade.

Quadro 10: Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Nossa Senhora do Rocío.

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº DOCENTE
BERÇÁRIO	INTEGRAL	10	3
MATERNAL I	INTEGRAL	14	2
MATERNAL II A	VESPERTINO	16	2
MATERNAL II B	VESPERTINO	12	2
PRÉ I A	MATUTINO	09	1
PRÉ I B	MATUTINO	16	1
PRÉ I C	MATUTINO	14	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando a maré sobe, a situação chega a ficar perigosa e os cuidados precisam ser dobrados. A mesma situação vive os outros moradores da rua, que fica a poucos metros da Baía de Paranaguá. Esse é o reflexo da pobreza e da falta de planejamento urbano de Paranaguá que, não tendo para onde crescer, foi tomando lugar dos manguezais.

Calcula-se que Paranaguá já perdeu cerca de 40% de seus manguezais, sendo 20% só nos últimos 20 anos. Tamanha é a destruição que nem parece que a vegetação é considerada área de proteção permanente desde 1965.

A cidade de Paranaguá não tem para onde crescer, é cercada pela Baía de Paranaguá, por manguezais e a floresta que são áreas protegidas por lei. O problema existe em praticamente todo o município e os órgãos ambientais enfrentam dificuldades para fazer a fiscalização. O Ibama, por exemplo, conta com sete servidores e dois funcionários terceirizados, sendo que a maior parte deles trabalha diretamente com o setor de exportação de madeira.

#### 4.1.4 Centro Municipal de Educação Infantil Milena Bonfim – Área Urbana/Portuária

O CMEI Milena Bonfim situa-se no bairro da Costeira próximo ao Centro Comunitário em uma localidade central do município de Paranaguá. O bairro da Costeira possui uma comunidade diversificada, onde os seus moradores atuam em diferentes áreas profissionais e diversos níveis de renda familiar.

As funções profissionais misturam-se entre pescadores, autônomos, comerciários, portuários, advogados, docentes, militares, assistente administrativos, serviços gerais, despachante aduaneiro, construtor civil, entre outras. O bairro apresenta ruas de paralelepípedo, com baixo movimento de carros, em suas vias transitam moradores, visitantes e trabalhadores do entorno portuário.

Segundo dados da Prefeitura de Paranaguá (2021). O complexo estuarino de Paranaguá possui área de manguezais de aproximadamente 295 km<sup>2</sup>, dos quais 52,5 km<sup>2</sup> estão localizados no município de Paranaguá. que abriga o mais importante porto do agronegócio brasileiro, responsável por 30 %, de todo o fertilizante importado no Brasil, e em 2020, pela exportação de 14,3 milhões de

toneladas de soja o Porto Organizado de Paranaguá possui área de 443 km<sup>2</sup> que abriga vários empreendimentos públicos e privados fundamentais para a logística do agronegócio nacional.

Mais de 30 mil pessoas invadiram tais áreas de preservação permanente por meio do aterramento com resíduos e construções ilegais sem redes de esgotos. Paranaguá é o município mais antigo do Estado do Paraná e está localizado no Litoral à saída da Baía de mesmo nome a qual compõe uma das mais importantes regiões estuarinas do mundo.

O complexo estuarino de Paranaguá possui área de manguezais de aproximadamente 295 km<sup>2</sup>, dos quais 52,5 km<sup>2</sup> estão localizados no município, destes sendo 14 km<sup>2</sup> na área urbana. Com área total de 826 km<sup>2</sup>, Paranaguá abriga um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo e o mais importante porto do agronegócio brasileiro, sendo responsável por 30 %, de todo o fertilizante importado no Brasil, e tendo movimentado no ano de 2020, 57,3 milhões de toneladas (importações e exportações), das quais 14,3 milhões de toneladas corresponderam à exportação de soja.

O Porto Organizado de Paranaguá possui área de 443 km<sup>2</sup> que abriga, além do cais e do Terminal de Containers, outros empreendimentos públicos e privados fundamentais para a logística do agronegócio e de outros setores da economia nacional. Um dos maiores problemas enfrentados pelo porto tem sido o assoreamento do canal que liga os berços de atracação ao mar aberto, causado pelo depósito de sedimentos advindos da Planície Litorânea e das encostas da Serra do Mar localizados a montante da Baía.

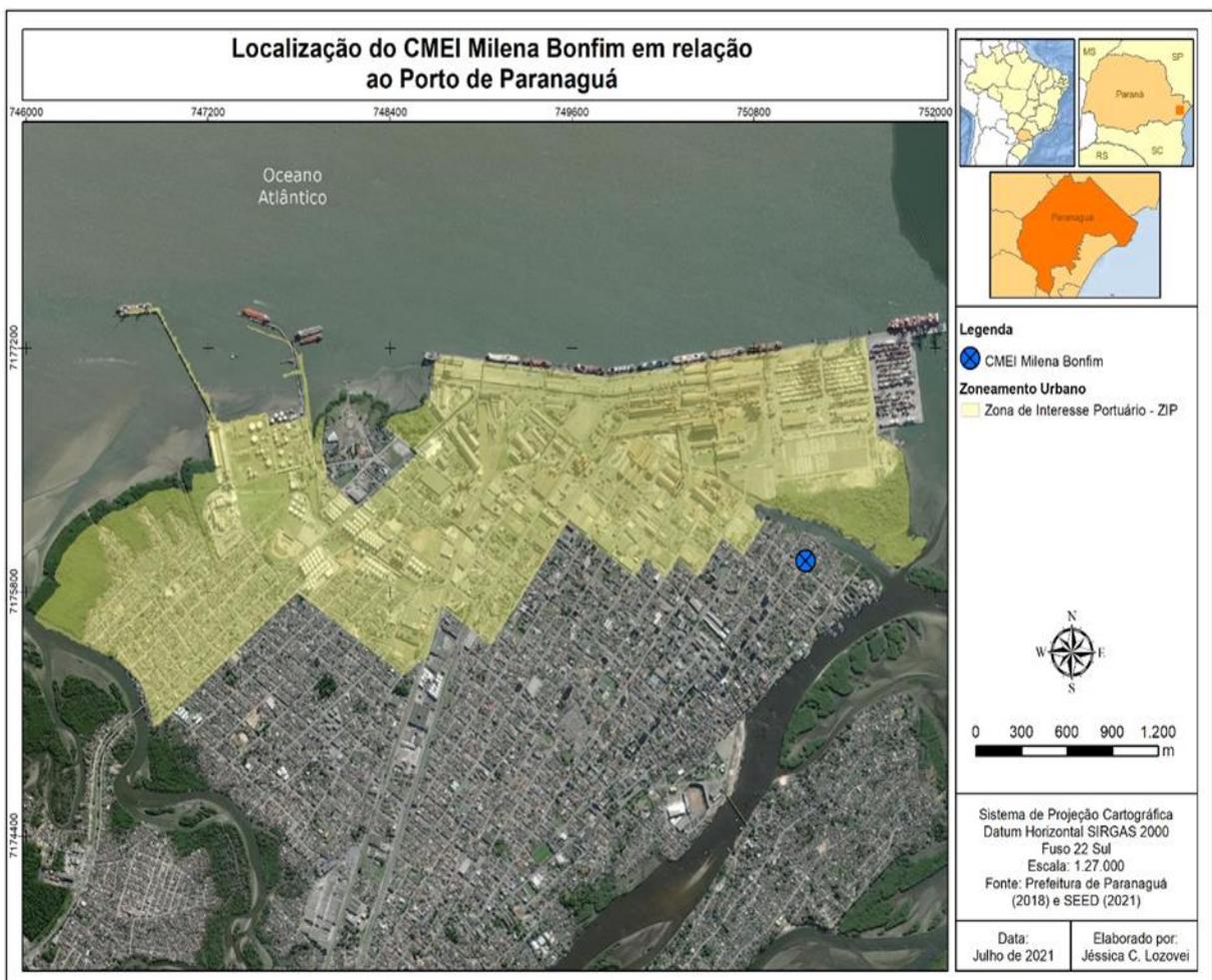
Tal problema tem sido agravado pela acelerada e ilegal invasão dos manguezais localizados em área da união, de preservação permanente, na região urbana de Paranaguá e que se expande também para áreas rurais. Os manguezais são uma formação fitogeográfica única que, dentre outras funções ecológicas, mantêm estabilizado o solo da margem dos rios que sofrem influência das marés.

Estima-se que nos últimos 20 anos, de 2001 a 2021, mais de 30 mil pessoas invadiram as áreas de preservação permanente de manguezais do município de Paranaguá por meio do aterramento com resíduos, construções ilegais, e por obras e serviços, também ilegais, como asfalto, iluminação pública, eletricidade e água

encanada. A inexistência de rede de esgotos tem agravado a degradação que se constitui em flagrante desrespeito à lei e ameaça à expansão e à sustentabilidade das atividades portuárias.

Antiga Casa do Pequeno Trabalhador de Paranaguá, fundada em 09/01/1970, este estabelecimento foi fundado para oferecer às crianças carentes da cidade uma oportunidade de ter um local onde pudessem passar seus dias, se aperfeiçoando em alguma profissão como bordados, marcenaria, artes e brincadeiras, além da alimentação. Abaixo visualizamos no MAPA 7 o CMEI Milena Bonfim.

Figura 7: Mapa do Centro Municipal de Educação Infantil Milena Bonfim – área urbana/portuária



Fonte: Prefeitura de Paranaguá, 2018

Em 07/02/1995, no mandato do prefeito municipal professor Carlos Antônio Tortato e seus secretariados, este estabelecimento foi transformado em um Centro de Educação Infantil para crianças carentes e para auxiliar os pais que tinham

necessidade de trabalhar longe de casa, necessitando assim do apoio escolar do CMEI.

Funcionou neste local até 15/12/2011. Com a necessidade de novas instalações, foi inaugurado o novo prédio da instituição, situado à Rua Rodrigues Alves, s/nº no bairro da Costeira em 16/12/2012 na gestão do prefeito José Baka Filho e da secretária de Educação Elvira Geraldo.

O CMEI está centralizado em uma infraestrutura favorável, pois o bairro oferece algumas condições de urbanização satisfatórias possuindo a instalação de algumas empresas portuárias, igrejas, praças, marinas, supermercados, algumas estruturas de saúde, bem como o Corpo de Bombeiros e a Capitania dos Portos que faz a cidade ser conhecida pelo mundo como um dos maiores portos graneleiros do mundo, infelizmente tal posição nos causa transtornos diários com a poluição sonora causados pelas fábricas e caminhões que circulam em péssimas condições, poluição do ar causados pelas fábricas, a sujeira pelas ruas que deixam o ar fétido e os grãos que ali caem e ficam servem de alimento para animais como ratos e pombos, fato este que é visto por toda a cidade e não apenas no entorno do Porto, causando diversas doenças nas crianças e adultos.

O entorno do CMEI Milena Bonfim é bem cuidado pois contam com a ajuda da comunidade, que tentam prezar pelo bem-estar das crianças.

Quadro 11: Turmas do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá Milena Bonfim

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	Nº DOCENTE
Berçário	Integral	10	2
Maternal 1	Integral	14	2
Maternal 1	Tarde	11	2
Maternal 2	Tarde	19	2
Pré 1	Manhã	07	1
Pré 2	Manhã	18	1
Pré 1	Tarde	20	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

São realizados, na instituição, vários eventos que promovem a participação dos pais, como reuniões coletivas ou particulares. A comunicação entre a família e escola é através da caderneta de recados, Página do CMEI no *facebook* e através de reuniões, particulares e bimestrais dos pais com os docentes a fim de dialogar sobre a educação desenvolvida pela escola), e que norteiam a função dos responsáveis enquanto formadores de opiniões e cidadãos no futuro, trocando ideias e favorecendo a relação família/escola, abrindo espaço para debates, roda de conversas e dúvidas dos pais.

Devido ao avanço dos casos de Contaminação pela *COVID-19*, as aulas foram paralisadas na segunda quinzena do mês de março de 2020, mas somente na primeira quinzena do mês de julho de 2020, iniciamos as aulas remotas, onde para cada turma foi criado um grupo no aplicativo "*WhatsApp*" e desde então vem ocorrendo o atendimento às crianças, onde por meio de vídeo-aulas, os docentes postam uma atividade diária em que a criança com o auxílio de seu responsável realiza esta atividade, fazendo a devolutiva por meio de fotos, ou vídeos validando assim a carga horária anual.

Algumas atividades desenvolvidas no CMEI que englobam o Meio ambiente como: Cuidados com o Planeta, Visita ao Aero parque e Cuidados com o Bairro foram adaptados devido à pandemia da *COVID-19*, visando a qualidade do aprendizado para as crianças.

#### 4.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PEDAGOGOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ

Neste subtítulo apresentaremos a interpretação dos dados do conteúdo das entrevistas, por meio dos relatos das pedagogas no sentido de responder aos dois objetivos específicos relacionados a identificar/caracterizar a Educação Ambiental na prática pedagógica do pedagogo dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá e descrever as atividades de Educação Ambiental nos eixos do espaço físico, da gestão escolar, da organização curricular e das relações com a comunidade nos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá. Aqui trataremos da Educação Ambiental considerando as dimensões da gestão escolar;

da organização curricular e da comunidade, conforme os instrumentos da política de Educação Ambiental em âmbito nacional e estadual.

A educação ambiental é assegurada por Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999 em vários documentos, sobre estes apenas P1 disse conhecer vagamente sobre as Diretrizes Municipais de Paranaguá, os demais documentos sendo eles: Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA) não eram de conhecimentos de nenhum deles.

Quadro 12: Conhecimento de documentos ou materiais pedagógicos sobre educação ambiental os pedagogos afirmaram que:

P1	A prefeitura de Paranaguá tem uma parceria com a Ecovia onde trabalhavam em conjunto o Projeto Ecoviver, projeto que trabalhava bastante com reciclado e transformações dele.
P2	Nenhum
P3	Em formação do Ecoviver, eram atividades ligadas à semana do Meio ambiente, atualmente participando do projeto Comer e brincar avisá-la, incentivando o cultivo das hortaliças.
P4	Não respondeu

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para Kusma (2017, p. 163) “Outro aspecto importante é quando se trabalham temas isolados nas áreas do conhecimento, pois se deixa de trabalhar os saberes na sua totalidade e não se amplia a dimensão do conhecimento”, as atividades propostas na educação infantil sobre educação ambiental precisam ser apresentadas às crianças de forma ampla.

Outra questão apresentada aos pedagogos tratou do seu conhecimento sobre os documentos da Política de Educação Ambiental Nacional e a aplicação de tais políticas em suas práticas pedagógicas. Eles afirmaram que:

Quadro 13: A Educação Ambiental para os Pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá

RPEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconhecimento não limita meu trabalho,</li> <li>- Aprendemos algo novo - prática e didática melhora - profissionais da educação</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gosto do assunto</li> <li>- Gostaria de conhecer</li> <li>- Poder fazer alguma coisa nesse sentido</li> <li>- Formação ou até mesmo um projeto - educação ambiental no CMEI.</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim</li> <li>- Acrescentaria mais embasamento aos conhecimentos.</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não</li> <li>- Conhecimento enriquece a prática docente.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Percebe-se que falta conhecimento sobre os documentos que norteiam a educação ambiental principalmente na educação infantil, a educação ambiental para os pedagogos a princípio é conservadora pois falta embasamento teórico, poucos conhecem algo sobre educação ambiental, porém vemos que também existe o interesse em conhecer mais sobre o assunto e melhorar a sua prática pedagógica.

Nesse sentido vemos que há necessidade de mudar as nossas práticas pedagógicas, ampliar as formações para que a educação ambiental não seja trabalhada de forma isolada e conservadora.

A esse respeito, a pesquisadora Elis Kusma bem destacou que (2017, p. 178):

A posição dos pedagogos quanto ao conhecimento dos diferentes documentos e se isso de alguma maneira influencia em sua atuação pode indicar uma dificuldade em atuar a partir de uma visão mais ampla, que ocorre devido às muitas incumbências que lhe cabem dentro da escola. Esse aspecto foi citado por Pavão et al. (2003, p. 131), que reforçam a importância do preparo do pedagogo e da amplitude de tarefas a serem desenvolvidas por ele na escola, dentre eles, pode-se destacar os planejamentos, o papel de supervisor e orientador educacional e a coordenação pedagógica na instituição. Outro aspecto importante diz respeito àquilo que deve ser trabalho na escola, já que na RME, segundo o currículo da Educação de 2016, indica que além das áreas de

conhecimento, há os Temas Integradores (Direitos Humanos e Cidadania, Educação Ambiental e Tecnologias Digitais), que amplia o acervo a ser desenvolvido junto aos educandos. Isso implica no conhecimento do pedagogo para poder atuar atendendo ao que se coloca na legislação (Rede Municipal e na Federal) e que resulta em uma ação ampla, multidisciplinar e consistente.

Do mesmo modo, dissertou Buczenko (2017, p. 224 e 225):

Diante das verbalizações, percebe-se que a forma como o currículo, a gestão democrática e o espaço físico são pensados, ou seja, de forma desconexa com a realidade socioambiental vivida pela escola e comunidade, assim, pouco se direciona pensar da escola para além de seus muros. A reflexão no entendimento da educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade segundo Loureiro (2006), deixa de existir e os educadores, por sua vez, que deveriam ser considerados como sujeitos fundamentais na formulação pedagógica e das transformações da escola (CALDART, 2012), permanecem como cumpridores de rotinas, reprodutoras de um modo de pensar que pouco ou nada desafia o cotidiano da realidade escolar.

Desta forma, vislumbra-se ser diminuta as noções dos pedagogos a respeito das diretrizes legais que orientam o ensino a respeito da educação infantil, sobretudo no aspecto ambiental, com um entendimento mais pragmático, ao menos *a priori*, havendo, entretanto, interesse a respeito da questão e o entendimento a respeito da relevância desta e da possibilidade de incremento dos métodos pedagógicos, visando uma educação ambiental abrangente e inovadora.

Quadro 14: Conhecimentos dos pedagogos sobre a Política de Educação Ambiental

	Diretrizes Municipais	Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)	Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA)	Outros sobre EA
P1	Não	Não	Não	Um pouco
P2	Não	Não	Não	Um pouco
P3	Um pouco	Um pouco	Um pouco	Um pouco
P4	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Analisando esse quadro 14 acima observamos uma concepção pragmática da educação ambiental, onde há um cuidado superficial do meio ambiente, sem um aprofundamento teórico que embase a prática dos pedagogos conforme visto nos autores, dissertações e teses pesquisados.

Para entendermos um pouco mais sobre a prática pedagógica dos pedagogos referente a educação ambiental o próximo subtítulo relata a prática dos pedagogos especificamente nos CMEI's entrevistados no município de Paranaguá.

No próximo itens apresentaremos a interpretação dos dados relacionados aos eixos do espaço físico, da gestão escolar, da organização curricular e das relações com a comunidade.

#### 4.2.1 Eixos do Espaço Físico

Neste item analisamos os aspectos referentes ao espaço físico, sem desvincular o contexto temático desta dissertação, que se configura pelas práticas pedagógicas “[...] o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social.” (BRASIL, 2012, p. 11-12).

O espaço pode ser aconchegante, pode ser dialógico, afetivo e educativo. Em relação à Educação Ambiental, o eixo educativo permite que os sujeitos partícipes do processo educativo se interconectem com o espaço e sua implícita relação com o meio ambiente de modo a interiorizar ações e práticas mais sólidas, efetivas e duradouras, com vistas à prevenção do meio ambiente, bem como, por sua preservação.

Constatamos que apenas os CMEI's não possuem uma construção pensada para a educação infantil, a construção original não possui materiais ecológicos, não possui isolamento termo acústico, janelas, móveis e espaços internos planejados que contemplem a estatura das crianças, por esse motivo a Secretaria Municipal de Educação decidiu reformar alguns CMEI's, sendo que os CMEI's que participam dessa pesquisa já estão passando por reforma para que os mesmos contemplem tais requisitos tornando-os mais sustentáveis.

Nesse quesito, três CMEI's possuem espaço para reforma e ampliação, sendo que apenas um CMEI não possui espaço físico conforme citado por Moreira (2012,

p. 15) nesse CMEI não há um entorno amigável com áreas livres, pátio descoberto, jardim, horta ou arborização.

Como visto os CMEI's pesquisados possuem quatro realidades diferenciadas, o CMEI situado na zona rural, possui espaço físico e a comunidade ainda apresenta características rurais, possui alguns estabelecimentos e a seu entorno conta com a bela vista da Mata Atlântica. O CMEI da área portuária está sendo reformado e sua nova estrutura visa contemplar as crianças em sua totalidade, a área externa é grande e propícia para a realização de vários projetos ambientais, seu entorno possui fábricas, marinas, manguezais, ilhas e o porto de Paranaguá. O CMEI da ilha está em fase final da reforma e ampliação, a área em seu entorno é excelente, muitos projetos poderão ser desenvolvidos com parceria entre o CMEI e a comunidade que é muito participativa, o CMEI está situado próximo a área de manguezal e a preservação faz parte da comunidade pesqueira, seu entorno possui alguns estabelecimentos, do CMEI podemos observar a bela vista da Baía de Paranaguá. O CMEI na área de manguezal não possui espaço para ampliação, sua construção já foi feita em cima de aterro da área do mangue, a área externa é bem restrita, o entorno do CMEI possui fábricas e alguns estabelecimentos.

Notadamente, conforme visto nos PPP's, falta uma articulação entre o contexto espacial onde os CMEI's estão localizados e o nível de importância dado à questão ambiental, sobretudo, na ausência de uma concepção de Educação Ambiental nos referidos documentos (PPP). A Secretaria Municipal de Educação, poderia propor uma prática problematizadora, articulada aos contextos locais onde os CMEI's estão inseridos, voltadas à Educação Ambiental.

A brincadeira e a exploração sempre estão presentes. O que nos leva a perceber a carência da possibilidade de reflexão que, conforme aponta Moreira (2012):

[...] a qualidade dos relacionamentos que ocorrem na escola determina muito do que os estudantes serão quando adultos, do ponto de vista da aquisição de valores, visão de mundo, práticas sociais significativas e transformadoras. No momento em que as atenções se voltam para a melhoria de qualidade da educação no Brasil, o debate sobre sustentabilidade pode dar novo significado ao valor da escola. Afinal, a escola molda o presente e o futuro dos jovens que passam por ela, dos

profissionais que a fazem funcionar, das famílias que confiam a ela a tarefa de contribuir com a educação de seus filhos. (MOREIRA, 2012, p. 10)

Nesse contexto, os questionamentos elencados colocam em ação os sujeitos na busca por respostas aos problemas, a fim de aclarar o significado das realidades para as pessoas que estão associadas. No interior dessa busca, o projeto se consolida em direção à condução teórica da ação socioambiental (um saber-ação).

A criança se torna protagonista, e é convidada a refletir. Nessa concepção, conforme assinalam Saheb e Rodrigues (2016, p. 9): “[...] as questões ambientais devem primeiramente ser significativas para as crianças, e em se tratando de Educação Infantil, devem partir da observação do ambiente no qual estão inseridos”.

Nesta perspectiva, se trata de uma postura crítica, engajada ao esforço de explicitar as preocupações com os aspectos socioambientais das relações humanas, ou seja, dos sujeitos entre si, e com o ambiente onde vivem.

Os estudos de Kusma (2017, p. 142) contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirmar que “as escolas nas quais se desenvolveu a pesquisa têm características muito semelhantes, pois se diferem apenas nos espaços externos relacionados às áreas verdes.”

Esta autora constatou em sua pesquisa, através do eixo espaço físico definir qual o bairro mais populoso da cidade de Curitiba e que este se encaixava nos critérios da sua pesquisa.

As pesquisas de Tavares contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirmar que existe em seu local de pesquisa:

01 pátio coberto (utilizado para práticas pedagógicas e como refeitório das crianças), 02 solários e espaço externo no qual se encontram parque, caixa de areia, calçadas, área verde com gramado e horta e uma “casinha” utilizada nas brincadeiras. (TAVARES, 2016, p. 83)

Esta autora verificou em sua pesquisa que as salas estão organizadas em cantos de atividades diversificadas composta por diferentes materiais disponibilizados pelos professores de acordo com a prática pedagógica proposta.

Os estudos de Back contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirma que:

O entorno amigável se refere à relação do prédio com as áreas livres, como: pátio descoberto e outros espaços de uso coletivo (jardins, horta) e, também, os espaços do entorno imediato, o bairro, a área central de uma comunidade indígena ou propriedades circundantes quando se situa na zona rural. Neste aspecto, assinala a autora, a interação entre os espaços – instituição, entorno, comunidade quando harmoniosa, resulta em convívio social mais prazeroso, considerando que tal dinâmica pode ser planejada com vistas a diminuir as barreiras entre o interior da escola e os arredores (BACK, 2021, p.145)

Esta autora averiguou em sua pesquisa, que as ações com vistas ao espaço sustentável se configuram de forma simples e tímida, além de não se constituir regra, uma vez que, dos cinco espaços, campo desta pesquisa, apenas um deles apresentou uma iniciativa de se tornar espaço sustentável.

A pesquisa de Prosdócimo (2022, p. 111) contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirma que se faz necessário:

O primeiro contato com o campo de pesquisa para obtenção de dados sobre a história, espaço físico, quadro de alunos/funcionários e o Projeto Político-Pedagógico de cada ambiente e entrevistas com os professores que atuam nos CEIs municipais [...]. (PROSDÓCIMO, 2022, p. 111).

Esta autora constatou em sua pesquisa a importância de destacar:

A história, a composição, a organização e a estrutura do município de Curitiba, a região metropolitana da qual é parte integrante, as rodovias que interligam e dão acesso aos municípios vizinhos, assim como o aterro sanitário do município, a rede de abastecimento de água, o conceito de bacia hidrográfica e as principais políticas públicas federal, estadual e municipal que visam proteger os recursos hídricos. (PROSDÓCIMO, 2022, p. 111).

Destacando a relevância de conhecer as bacias hidrográficas que compõem o estado do Paraná, o município de Curitiba e as especificidades da regional de Santa Felicidade, suas bacias e sub-bacias hidrográficas próximas aos CEIs investigados.

Os estudos de Vieira (2016, p. 45) contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirmar que se faz necessário um espaço que seja cedido pelas escolas que possibilite a interação e comunicação entre os participantes e pesquisadora.

Esta pesquisadora constatou em sua pesquisa a ocorrência a moderação do grupo e também anotou algumas observações com relação a: interações grupais, as vivências, posicionamentos dos atores, os consensos, os dissensos, os silêncios, a

dinâmica interacional e variações intergrupais, conforme orientações de Gatti (2012) bem como a opinião sobre a técnica utilizada de trabalho em grupo com sujeitos da escola e a matriz aplicada.

Os estudos de Barreto (2021, p. 79) contribuem para a compreensão deste eixo do espaço físico ao afirmar que se faz necessário um espaço que seja devem ser consideradas todas as variáveis que permeiam o processo de ensino, tais como atividade-fim, espaço físico, mobiliário, recursos profissionais da área pedagógica e do ensino, recursos disponíveis para o ensino, organização funcional da instituição, entre várias outras.

Esta autora verificou em sua pesquisa, que o padrão de qualidade deve ser coerente com as finalidades da instituição, mas deve estar coeso com os padrões desejados pela sociedade da qual faz parte. Sintetizando, a instituição deve ser avaliada constantemente, fornecendo dados para que os gestores direcionem as ações em prol da garantia da qualidade positiva da aprendizagem dos estudantes.

Portanto, tem-se que a grande parte dos CMEI's pesquisados no presente estudo não possui espaço físico apto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao ensino da educação ambiental como um todo, bem como, da sustentabilidade, e ainda, a integração dos alunos com a sociedade, de modo a propiciar um ambiente de aprendizagem conjunto.

De igual forma, observa-se que em outras instituições, analisadas pelos mencionados pesquisadores, a situação é semelhante aos dados encontrados nesta pesquisa (ou em São José dos Pinhais), sendo a ausência de espaço físico em CMEI's e Escolas notória, acarretando, de modo panorâmico, na dificuldade de implementação de senso de coletividade entre o alunado e a sociedade, assim como, no lapso de atividades de grande valor e que demandam locais consideravelmente amplos, como horta e compostagem.

Sendo assim, verifica-se que a limitação do eixo espaço físico em instituições de ensino é elemento comum entre estas, ensejando em adversidades para a implementação de atividades de grande valia, e, por conseguinte, da deficiência do ensino no tocante a questões ambientais.

#### 4.2.2 Eixo da Gestão Escolar

Esta parte trata da Gestão Escolar e como consiste em sua organização dentro das instituições de ensino. A gestão escolar, envolve a prática escolar, e conforme bem apontou Vieira (2007, p. 61) a elaboração desta “[...] uma proposta pedagógica é a primeira e principal das atribuições da escola”.

De acordo a LDB, Art.12, Incisos I a IV

I-Elaborar e executar sua proposta pedagógica;  
 II-administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;  
 III- segurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;  
 IV-velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; (BRASIL, 1996).

Conforme instrui a mencionada norma legal (1996), vemos a importância da gestão escolar em organizar os recursos materiais, financeiros e de pessoal. Contando com a ajuda de todos os profissionais de maneira democrática, buscando a participação da comunidade em prol de proporcionar um ensino de qualidade.

O eixo da gestão, de acordo com o Manual Escola Sustentável (2013) concebe-se como:

[...] compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente (BRASIL, 2013, p. 2).

[..] a gestão cuida e educa, pois encoraja o respeito à diversidade, a mediação pelo diálogo, a democracia e a participação. Com isso, o coletivo escolar constrói mecanismos mais eficazes para a tomada de decisões. (BRASIL, 2012, p. 11-12).

Em Paranaguá na RME os pedagogos de CMEI's atuam de forma diferente dos pedagogos do ensino fundamental onde a função do pedagogo se divide entre o pedagogo orientador e o pedagogo coordenador.

Os pedagogos dos CMEI's fazem as duas funções, dando suporte à prática pedagógica dos docentes e as questões relacionadas ao currículo, além do preenchimento de fichas e encaminhamentos ao Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE) e ao Conselho Tutelar quando se faz necessário.

Os pedagogos são responsáveis pelas conversas formais (reuniões) ou informais (entrada ou saída das crianças) com os pais e responsáveis, as quais ficam arquivadas na pasta de cada criança quando necessário, o relatório individual das turmas do Pré I ou II que vão para o ensino básico são enviados a SEMEDI e eles encaminham para à escola, assim o pedagogo da instituição já tem um parecer descritivo sobre a criança e sua vivência no CMEI.

Os pedagogos dos CMEI's participam do Conselho Escolar, da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), das tomadas de decisões junto com o corpo docente, os Conselhos de Classe são trimestrais e ocorrem durante dia letivo durante a hora-atividade, os docentes comentam como anda o desenvolvimento da criança, seus avanços e dificuldades, é realizado a anotação de tudo em ata para formalizar e em fichas para posteriormente anexar nas pastas das crianças, os encaminhamento são realizados a partir do Pré I ou quando há um fator agravante que comprometa a criança.

O pedagogo possui muitas atribuições dentro dos CMEI's, seja auxiliando os docentes, as crianças, os responsáveis, preparando formações ou preenchendo documentos burocráticos.

Os PPP dos CMEI's pesquisados apontam uma gestão democrática, são reformulados sempre que necessário por docentes, pais, servidores e pessoas da comunidade, com o envolvimento de todos é possível buscar ações que contemplam a comunidade onde estão inseridos e o Currículo Municipal de Educação de Paranaguá, toda vez que o PPP é reformulado precisa ser encaminhado à SEMEDI para eventual vistoria das coordenadoras de Polo.

Neste tocante, Kusma (2017, p. 90) bem pontuou que:

A gestão escolar e o Projeto Político-Pedagógico necessitam do envolvimento coletivo do grupo educacional, para que sejam mecanismos norteadores e transformadores da prática. Quanto à perspectiva da Educação Ambiental, a gestão caracteriza-se pela troca de ideias entre os profissionais da escola, especialmente o pedagogo, que é um profissional articulador da teoria e da prática e que deve buscar uma prática pedagógica consistente, diferenciada, que envolva a comunidade escolar e seu entorno, com vistas à valorização da vida em toda a sua amplitude.

Neste sentido, destaca Buczenko (2017, p. 225), que:

Pensar em uma escola sustentável é considerar o movimento histórico que envolve o currículo, a gestão democrática e a luta por um espaço físico que materialize sua forma de ser, prevalecendo o socioambiental, em que o sujeito está em conexão com o meio ambiente, a natureza, da qual não é mandatário e, sim, parte integrante e, principalmente, sabedor de sua finitude, caso desconsidere a importância do equilíbrio necessário entre o ser humano e a natureza para a permanência da vida humana no planeta.

Destarte, consigna-se que a gestão democrática é fortemente objetivada no ambiente escolar, tendo em vista sua notória relevância no que diz respeito a educação ambiental, posto a utilização de elementos intrínsecos da comunidade no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas a tal matéria.

Quadro 15: Compreensão de prática pedagógica pelos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criança é um ser que se constrói – cidadania</li> <li>- Precisa ser criança</li> <li>- Precisa ter tempo para brincar</li> <li>- Tempo para poder ser criança</li> <li>- Precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive</li> <li>- reafirma-se - a concepção de criança como cidadã</li> <li>- Sujeito histórico - criador de cultura</li> <li>- Educação ter - grau de qualidade - exige para as demais etapas da educação</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática que precisa - constantemente estudando</li> <li>- Atualizando para poder acompanhar as mudanças</li> <li>- É uma prática que tenho que estar buscando sempre</li> <li>- Poder acompanhar - é necessário para a profissão</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propostas viáveis aos docentes</li> <li>- E crianças - realidade do bairro e das famílias</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não respondeu</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ao longo da história da educação, tem-se discutido como ocorrem as formações, bem como a questão de se as teorias apresentadas nessas formações

são eficazes nas múltiplas ações das práticas em sala de aula, garantindo a qualidade no processo de ensino aprendizagem.

O planejamento é realizado quinzenalmente como sequência didática conforme orientação dada pela (SEMEDI conforme relato das pedagogas e os documentos para elaboração são: Currículo Municipal de Paranaguá e BNCC. Somente P3 disse que o PPP contempla a educação ambiental durante o ano letivo e é aprofundado durante a semana de meio ambiente, as demais disseram que não contempla.

No tocante ao PPP, Kusma (2017, p. 95) bem assinala que:

O projeto político-pedagógico, quando bem elaborado, busca alcançar uma educação transformadora aos indivíduos, oportunizando melhor qualidade de ensino. Para Resende (2008, p. 92), a construção de um projeto político-pedagógico, por melhores que sejam seus fundamentos e propostas, não é garantia de que a instituição tenha seus problemas resolvidos e transforme-se numa instituição de qualidade, mas esse projeto pode indicar aos profissionais que o tiverem como base de sua atuação docente uma visão ampla dos problemas educacionais, buscando no coletivo superá-los e ampliar seus horizontes na construção de uma proposta diferenciada de trabalho. Ao se construir o projeto político-pedagógico, todos os profissionais devem opinar democraticamente e propiciar a eliminação de qualquer autoritarismo, a fim de estabelecer um trabalho coletivo, em que não que sejam desconsideradas as hierarquias e descentralizados os poderes decisórios.

A esse respeito, Buczenko (2017, p. 230) ponderou:

Como se percebe nas verbalizações das professoras entrevistadas, há desconexões entre a materialidade social vivida pela escola e seu público e a abordagem dada à EA, seja em relação à APA de manancial, seja no tocante à condição de escola localizada no campo. Embora condições muito propícias para um trabalho de vertente crítica, transformadora e emancipatória, em que a EA e a E Cainham-se em vários aspectos, como se salientou na terceira seção desta pesquisa, persiste ainda uma abordagem de EA dentro da macrotendência conservadora e pragmática e, em relação à EC, o conflito entre o urbano e o rural, que dificulta, por sua vez, a construção de uma identidade de escola localizada no campo.

Quadro 16: Incentivo à Educação Ambiental o Centros Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	- Sim
P2	- Não - Possuímos o projeto - não foi colocado em prática

P3	- Sim - Docentes são multiplicadores junto às crianças - Das práticas de cuidado - área de mangue - Com o lixo descartado no entorno
P4	- Sem resposta

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Analisando a sua prática como pedagogo em relação a educação ambiental, você mudaria algo? A pedagoga (P2) disse “eu sinto falta de um trabalho voltado para a educação ambiental que contemple a nossa realidade”, para (P3) “sim, gostaria de difundir e ampliar mais projetos relacionados”, (P1) respondeu que sim.

A esse respeito, Prosdócimo (2022) afirma que:

Contudo, como vimos de uma tradição de ensino que necessita preencher esse espaço com conteúdo, a educação passa a ser automaticamente “conteudista”, como alguns autores chamam. Verificamos que na prática pedagógica os conteúdos existem como forma de organizar o planejamento. Evidenciamos, também, que a Prática de EA e disciplina de EA se confundem, o que ocorre porque, dentro da cultura escolar, ela responde às características de uma disciplina, tem professores específicos, que criaram os seus conteúdos com base no currículo e que trocam e fazem listas de conteúdo. Entre os temas desenvolvidos pelas professoras participantes, houve uma grande variedade e destacamos aqui os mais mencionados. P1 relata desenvolver: “lixo, desmatamento, preservar, flores, natureza, árvores, plantas, meio ambiente, cadeia alimentar, horta, educação ambiental. (PROSDOCIMO, 2022, p. 199)

Insta ainda salientar a conclusão perquirida por Kusma (2017) que:

O projeto político-pedagógico, quando pensado e elaborado por todos os profissionais da escola, visa uma prática educacional diferenciada, na qual todos se enxergam como parte dessa construção. Deve estar presente a intencionalidade de que realmente o projeto efetive-se e que não seja simplesmente uma burocracia escolar, mas que este possa ser vivenciado no âmbito escolar. (KUSMA, 2017, p. 92)

Desta forma, entende-se que a despeito de intentos para a inclusão da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico, tem-se que esta é de incumbência do próprio pedagogo, norteado por uma gestão democrática, que objetive o ensino de questões ambientais aliada as particularidades da comunidade.

Quadro 17: Educação Ambiental para os pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil no período de pandemia Covid-19

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Começou (2020) o distanciamento - muitas dificuldades - adaptação das famílias e dos docentes -mexer com instrumentos tecnológicos - novidade para muitos - segundo ano de <i>Home Office</i>- essa ferramenta, auxiliando no trabalho pedagógico.</li> <li>- Bom aproveitamento o ano passado</li> <li>- Neste ano melhorando - planejamento - resgatar as famílias ausentes</li> <li>- Chegar no final do ano - resultado satisfatório</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fez um trabalho - árduo - desenvolvimento das crianças</li> <li>- Não é a mesma coisa que o presencial - tem diferença</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Período conflitante para famílias</li> <li>- Para a de baixo rendimento financeiro</li> <li>- Sem nenhuma acessibilidade aos meios digitais</li> <li>- Dificultou o rendimento escolar</li> <li>- Contrapartida existem as famílias comprometidas</li> <li>- Se esforçam para ajudar seus filhos</li> <li>- Aprendendo e redescobrimo - a educação infantil</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Momento difícil para todos</li> <li>- Crianças aprendem brincando e interagindo</li> <li>- Dependeu da participação da família</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A criança é um ser em constante construção e aprende interagindo, ou seja, para a criança brincar é aprender de forma lúdica, conforme o relato das pedagogas foi um momento difícil para todos e aprendizado dependeu muito da participação da família, algumas se esforçaram para participar, enquanto outras não demonstraram tanto comprometimento com o aprendizado da criança, apesar da dificuldade todos os docentes buscaram oportunizar atividades lúdicas.

Os estudos de Kusma (2017, p. 134) contribuem para a compreensão deste eixo gestão escolar ao afirma que o pedagogo atua diretamente na formação docente e oportuniza a reflexão acerca das questões educacionais uma vez que os docentes analisam suas práticas e possibilitam o desenvolvimento de novas ações.

Esta pesquisadora constatou em sua pesquisa que se reitera a importância do pedagogo na esfera educacional, como articulador e mediador da prática pedagógica.

Os estudos de Tavares (2016, p. 84) contribuem para a compreensão deste eixo gestão escolar ao afirmar que, o planejamento das práticas pedagógicas no CMEI acontece em diferentes etapas: proposta pedagógica, plano de ação, planejamento anual, planejamento diário e roteiro semanal.

A pesquisa de Back (2021, p. 165) contribui para a compreensão deste eixo gestão escolar ao afirmar que do ponto de vista da gestão escolar verifica-se que os professores organizam suas práticas pedagógicas a partir dos documentos que têm em mãos, incluindo a BNCC e, tais documentos como está se analisando, é carente de uma concepção de Educação Ambiental mais ampliada e consciente das determinações das condições objetivas (políticas, econômicas, culturais e sociais) e subjetivas (atuação consciente do ser humano – transforma ou conserva).

Tal carência poderia ser mitigada ao passo que, no processo de gestão, se visualizasse esforços em pesquisa, estudos, busca por formação continuada e em serviço e, mesmo de maior envolvimento da comunidade junto à instituição, o que não foi evidenciado. A questão ambiental é vista e concebida como um conteúdo a ser tratado; não há a percepção da questão, enquanto, uma problemática social muito mais ampla, sobretudo, pelas peculiaridades (APA e área rural), locais em que se inserem.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, as práticas pedagógicas na Educação Infantil voltadas à Educação Ambiental, também como espaço de atuação da gestão, quando analisadas numa perspectiva de Educação Ambiental crítica, carecem de intencionalidade.

Os estudos de Prosdócimo (2022, p. 195) contribuem para a compreensão do eixo gestão escolar ao afirma que determinantes que mais influenciam na prática pedagógica dos professores, com relação aos documentos norteadores, à gestão escolar, aos materiais didáticos, ao espaço físico, à comunidade, ou às avaliações externas, aliados à Deliberação 04/2013, conforme as três dimensões da Educação Ambiental: Espaço físico, Gestão Democrática e Organização Curricular.

A autora evidenciou que, para que uma escola seja sustentável, é necessário um conjunto de elementos para a sua efetivação, pois, muitas vezes, nota-se vontade em desenvolver uma prática de Educação Ambiental transformadora por parte dos professores, mas, em contraponto, são muitos os desafios e as dificuldades a serem superadas, como a falta de formação inicial e continuada, por exemplo, bem como o descaso e a desvalorização da temática pela gestão escolar.

A pesquisa de Vieira (2016, p. 51) contribuem para a compreensão do eixo gestão escolar ao afirma que cooperativo na escola; ouvir a comunidade para a tomada de decisões; promover o respeito com o outro e consigo mesmo; manter a escola aberta aos fins de semana para a comunidade usufruir.

A autora constatou em sua pesquisa que, todos informaram que tiveram oportunidade de expressar sua opinião no grupo e que suas expectativas foram superadas.

Os estudos de Barreto (2021, p. 111) contribuem para a compreensão do eixo gestão escolar ao afirma que, diante do panorama normativo e da história da educação brasileira, faz-se necessário o entendimento da relação entre gestão escolar, participação democrática e autonomia nas escolas públicas, na medida em que as interações sociais, culturais e políticas são determinantes destes conceitos.

A autora define em sua pesquisa que, entende-se por gestão escolar um conjunto de ações promovidas com a participação e a colaboração de grupo de pessoas envolvidos com o processo de aprendizagem, composto por diretor, vice-diretor, pedagogos, professores, funcionários e família.

A gestão escolar envolve as obrigações administrativas e pedagógicas, enfim, toda a rotina educacional relevante para o cumprimento do currículo e incentivo para a participação da comunidade. A liderança do gestor é importante para agregar a escola em sua totalidade, na busca da aprendizagem, desenvolver a autonomia e a responsabilidade de todos os envolvidos no ambiente escolar.

Desta forma, compreende-se que o eixo da gestão escolar apresenta diversos pontos em comum, tanto entre os diferentes CMEI's pesquisados, quanto em comparação as instituições de ensino objeto de pesquisa por parte dos citados autores, tendo em vista, a importância dada a comunidade e ao desenvolvimento da criança como ser autônomo, embora integrado a sociedade, destacando-se ainda

esforço para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao ensino da educação ambiental.

Em uma análise em conjunto, percebe-se que a despeito do papel do pedagogo variar entre os CMEI's e Escolas objeto de análise na presente pesquisa e em demais estudos realizados por outros docentes, há diversas similitudes entre estes, especialmente quanto a necessidade de uma gestão multifocal, com valor a comunidade.

#### 4.2.3 Eixos da Organização Curricular

Neste eixo da organização curricular busca-se compreender as possibilidades para inserir a Educação Ambiental nas práticas pedagógicas da escola. Para tanto, buscou-se identificar a presença de elementos relacionados à educação ambiental nos PPP's dos CMEI's.

O documento Manual Escola Sustentável do MEC (2013), contribui para esclarecer que o currículo trata da:

Inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global. (BRASIL, 2013, p. 2)

A rede Municipal de ensino de Paranaguá possui um Currículo e todos os CMEI's pesquisados relataram seguir o Currículo Municipal e as Diretrizes Curriculares no planejamento, atendendo aos indicativos do Art. 14, inciso II, da Deliberação Estadual nº 4/2013, que trata da “[...] inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da educação básica”, o que indica a presença do tema como conteúdo dos componentes curriculares apenas P3 citou o PPP na elaboração do planejamento, mas foi observado pela pesquisadora que todos os PPP possuem diferenças na fundamentação teórica e nas concepções adotadas.

Quanto à indicação sobre como a Educação Ambiental é tratada nos PPP's, ficou claro que ainda é abordada de uma forma transversal, não caracterizando como conteúdo, P1, P3 e P4 comentaram sobre projetos da SEMEDI e empresas

parceiras que abordam a educação ambiental, mas já não fazem parte das formações atualmente, apenas P1 faz um curso ofertado pela SEMEDI sobre alimentação saudável no decorrer desse ano.

O CMEI onde P3 atua possui projetos voltados ao meio ambiente, os projetos são contemplados no PPP e nos planejamentos dos docentes durante todos os anos letivos, salientou o projeto ambiental no rio chumbo que fica próximo ao CMEI buscando a compreensão do sujeito e do meio onde está inserido aliando a teoria à prática, pois só se protege aquilo que se conhece.

Os CMEI's desenvolvem vários projetos como: sacola viajante, teatro, horta, cultura parnanguara, erradicação do trabalho infantil, evidenciando desse modo que há a preocupação de cada instituição e de sua comunidade em propor ações que contemplem o aprendizado significativo da criança assegurando os aspectos cognitivos, sociais, motores e afetivos das crianças.

A concepção de currículo expressa os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação, embasados pela instituição, ou mesmo pela Rede Municipal de Educação e seu Sistema de Ensino, expressando os interesses, culturas e demandas da comunidade onde esta inserido.

Artigo 26 da LDB/1996, define que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

Podendo ocorrer a flexibilização dos currículos, conforme a necessidade da comunidade como visto no CMEI da ilha em que se trabalha o resgate o Fandango, no CMEI da zona rural é possível “apropriado às reais necessidades e interesses dos alunos” (BRASIL, 1996). Sendo assim analisamos que os PPP's ainda não atendem ao completamente o que está estabelecido na política educacional.

As análises nos mostram que há a implicação do determinante externo Souza (2016) sobre as práticas e a BNCC (2017), porém, o PPP de três CMEI's não orienta a prática.

Entretanto, observando os planejamentos constatamos que as práticas pedagógicas em sala de aula ou nas áreas externas não contemplam a formação integral da criança.

Os estudos de Kusma (2017, p. 88) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, evidencia-se preocupação com as necessidades específicas de cada instituição e de sua comunidade, mas também a abertura a diferentes propostas em cada escola. Isso possibilita vislumbrar uma percepção de que a educação vai além do trabalho em sala de aula e que a formação do educando deve abranger os aspectos cognitivos, sociais, motores e afetivos.

Esta autora analisou em sua pesquisa que o número de propostas desenvolvidas nas escolas, preocupa o fato de que poucas apresentam estratégias que levam a um aprendizado e conseqüentemente a um processo de reflexão dos educandos e da comunidade frente a questões importantes para todos. À medida que isso ocorre, perde-se uma oportunidade significativa de construir, com os educandos, uma consciência sobre os problemas que afetam o meio ambiente e a vida.

Os estudos de Tavares (2016, p. 95) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, considerando as Diretrizes Curriculares um documento orientador para prática pedagógica que apresenta, salienta-se a necessidade de estudos e consultas às Diretrizes Curriculares que embasam a educação infantil, tanto nacional, quanto municipal, pois são documentos que orientam o planejamento da prática pedagógica e precisam estar articulados como estudos realizados pelos professores no CMEI.

Esta pesquisadora constatou em sua pesquisa que, faz-se necessário que os professores tenham formação inicial e continuada, e possam atender as perspectivas ambientais e refletir sobre suas práticas pedagógicas.

Os estudos de Back (2021, p. 169) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, a concepção de currículo expressa os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação, substanciados pelo marco teórico assumido pela instituição, ou mesmo pela Rede, e Sistema de Ensino e, de igual modo, expressa os interesses, anseios e demandas advindas de uma dada comunidade local, que se concretiza em sala de aula.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, ser possível relacionarmos as tendências e abordagens em Educação Ambiental, os dados, quando analisados sob a perspectiva da fonte da qual são retirados para o Plano de Trabalho Docente dos professores, nos reportam à questão pontuada pelos teóricos visitados nesta tese, que dizem respeito ao fato de que a prática expressa uma concepção de educação, e esta ser implicada por determinantes externos e internos.

Diante disso, buscamos os fundamentos postos na Proposta Curricular para a Educação Infantil, considerando que todo o fundamento teórico desta Proposta está nos PPP's. Na PCEI (2020) encontramos que, o currículo envolve todas as práticas educativas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil, tais como: as práticas de alimentação; os projetos didáticos desenvolvidos junto às crianças; as práticas de sono/descanso; a organização dos tempos-rotina, entre outras.

As pesquisas de Prosdócimo (2022, p. 185) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, as incorporações de tal disciplina nos currículos escolares apontaram demandas, carências, potencialidades e necessidades, reafirmando as propostas: interdisciplinar, multidisciplinar e transversal. É descrito pela autora como sendo interdisciplinar uma disciplina específica agregada às demais, multidisciplinar como a Educação Ambiental integrada a outras disciplinas e o modelo transversal como um investimento para romper a fragmentação.

Esta pesquisadora constatou em sua pesquisa que, a Prática de EA e disciplina de EA se confundem, o que ocorre porque, dentro da cultura escolar, ela responde às características de uma disciplina, tem professores específicos, que criaram os seus conteúdos com base no currículo e que trocam e fazem listas de conteúdo.

Os estudos de Veira (2016, p.66) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, contempla as ações pedagógicas propostas pela escola para o desenvolvimento e potencialização da educação ambiental. Os indicadores desta dimensão são: Organização curricular: são considerados a inclusão da educação ambiental no Projeto Político Pedagógico – PPP, a contemplação dos conteúdos concernentes a educação ambiental nos instrumentos de planejamentos proposta pedagógica curricular – PPC e plano de trabalho docente – PTD, o

planejamento conjunto de forma interdisciplinar, multidisciplinar para a promoção de ações socioambientais previstas.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, o Currículo: pensar em um currículo integrado; desenvolver atividades pedagógicas com propostas e metodologias diferenciadas; estimular os estudantes a pesquisar e buscar e criar novos conhecimentos ou estudar um objeto já conhecido sob uma perspectiva diferente; aproveitar o tempo escolar para realização de atividades, oficinas atrativas de reflexão e ação; que aprofundem o conhecimento da temática socioambiental que seja relevante para a comunidade escolar.

Os estudos de Barretos (2021, p.154) contribuem para a compreensão deste eixo currículo ao afirmar que, assim como coordenar a organização do trabalho pedagógico junto ao coletivo de profissionais da unidade, no acompanhamento dos processos educativos relativos ao currículo, planejamento e avaliação, na formação continuada, nas relações com as famílias e no fortalecimento da gestão democrática.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, a concepção de sociedade, educação e prática de ensino escolhida pelo professor vai nortear o currículo e o planejamento de suas atividades, entre elas a tarefa escolar.

Desta forma, compreende-se ser ponto comum entre os CMEI's objeto do presente trabalho e entre os CMEI's e Escolas analisados por outros pesquisadores que, apesar de uma base curricular comum, os PPP's apresentam fundamentações divergentes, o que não é necessariamente negativa, ressaltando as características próprias de cada entidade para o desenvolvimento do PPP.

Destaca-se ainda ser convergente a importância do PPP para a elaboração do trabalho pedagógico, sendo de extrema relevância que o currículo seja dotado de caráter prático, não deixando, evidentemente, de priorizar a formação contínua do aluno como cidadão, bem como, de práticas relativas a educação ambiental como elementos que norteiam o eixo da organização curricular.

#### 4.2.4 Eixo da Comunidade

Neste eixo de comunidade apresentaremos alguns aspectos referentes aos CMEI's pesquisados e as relações destes com a comunidade. Visto que a

comunidade e seu entorno consiste num dos indicadores de análise, ao tratarmos neste de localidades com muitas peculiaridades de interesse às temáticas da Educação Ambiental.

Os CMEI's pesquisados possuem características únicas, sendo critérios de escolha do local de pesquisa ao se buscar a representatividade dos CMEI's localizados em diferentes realidades socioambientais da cidade e suas comunidades.

O CMEI Edite Amatuzzi Pinho que está situado na Alexandra, fica na zona rural, bem próximo a zona urbana, é o bairro mais afastado do centro da cidade, seu entorno possui a beleza da Serra do Mar, rios, manguezais, chácaras, a comunidade é bem participativa nas tomadas de decisões, nas reuniões e apresentações.

O CMEI Nossa Senhora do Rocio, fica situado no bairro vila do povo, numa área de invasão bem próximo ao mangue, quando a maré está alta a água chega na entrada do CMEI, sua construção não possui espaço para ampliação pois possui casas ao redor, limitando algumas ações do CMEI, a comunidade em si é bem participativa conforme a pedagoga citou sempre estão presentes quando chamados, seja para reuniões, apresentações ou assuntos diversos.

O CMEI Nossa Senhora dos Navegantes, está situado na ilha dos Valadares, possui uma vista encantadora com o rio Itiberê no seu entorno, fica próximo ao centro da cidade e a comunidade é participativa e atuante, as crianças que estão no CMEI variam entre filhos de pescador, lojistas e comerciante, o espaço físico é bom e permite ampliação.

O CMEI Milena Bonfim, está situado no bairro Costeira, área nobre da cidade que fica próxima ao Porto, ao manguezal, rios e algumas indústrias, muitas das crianças são filhos de pessoas que trabalham no comércio local, mas a comunidade local é ativa nas decisões.

Quadro 18: Relação com a comunidade para os pedagogos dos centros Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade é muito boa</li> <li>- Tranquila e participativa</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Famílias carentes</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Famílias com estrutura melhor</li> <li>- Clientela diversificada</li> <li>- Um lado tem o mangue - do outro empresa</li> <li>- Posto de saúde</li> <li>- Academia ao ar livre</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- área geográfica do bairro é rodeada pelo rio do chumbo e rio Itiberê (área de mangue)</li> <li>- E região portuária/empresas/comercial/ residencial</li> <li>- População é de comerciantes/empresários/pescadores/trabalhadores portuários</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMEI em uma ilha - próxima a cidade</li> <li>- Acesso por uma passarela</li> <li>- Comunidade - se sustenta por trabalhadores do comércio local/ área portuária/pesca artesanal.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As práticas pedagógicas contemplam a faixa etária de cada criança conforme o currículo, sendo desenvolvido projetos na semana do meio ambiente e conscientização com as crianças. Quando questionadas sobre a participação dos responsáveis ou da comunidade nesses projetos, a (P1) disse que não, (P2) disse que a família já participou em outro projeto de leitura e exposição de cartazes, mas nada sobre meio ambiente, (P3) as reuniões de Conselho escolar, reuniões trimestrais e nas amostras dos trabalhos e (P4) fazemos calendários com datas já programadas para participação da família nos projetos, para que se programem, pois muitos precisam se ausentar do serviço. Apenas P3 mostrou elementos da educação ambiental crítica e emancipatória, construindo um aprendizado com as crianças, docentes, familiares e comunidade, garantindo o aprendizado das crianças e dos demais. O envolvimento entre o CMEI e a comunidade facilita no desenvolvimento das atividades que envolvem o meio ambiente.

Quadro 19: Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelas pedagogas dos Centros Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	- Semana do meio ambiente
P2	- Docentes trabalham voltadas ao meio ambiente -Um tema, um planejamento - “a água”

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Feito em cima do meio ambiente</li> <li>- Nada específico</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confeção de brinquedos recicláveis com alunos</li> <li>- Conscientização sobre o lixo</li> <li>- Cultivo de mudas de alface</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento - base - vivência das crianças</li> <li>- Contempla tema - o conhecimento do local onde habitam</li> <li>- Importância da preservação</li> <li>- É necessário a criança conheça o local</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O aprender em diferentes ambientes reforça o aprendizado, aliar a teoria a prática faz com que o aprendizado tenha significado para a criança, principalmente quando envolve o meio em que vive.

Neste sentido, tem-se que, segundo Prosdócimo (2022):

[...]a educação enquanto prática social, aprimoramento e emancipação humana, atua no desenvolvimento da cultura e nos valores culturais criados e recriados a partir de diferentes saberes [...] assim, procuramos defender que a educação ocorre em diferentes locais, permanentemente ao longo da vida, de maneira formal e informal, e em seus diferentes aspectos, cultural, social, emocional, histórico, político, entre outros. Contudo, para muitas pessoas, entre elas familiares, professores e gestores, a Educação Integral possui uma visão de complementar o ensino regular, tendo como principal característica o reforço escolar nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Ainda é comum a falta de valorização e de reconhecimento de suas verdadeiras possibilidades práticas da ampliação no tempo escolar. Com relação ao desenvolvimento de projetos voltados à Educação Ambiental, algumas professoras relataram na entrevista se sentirem engessadas diante dos conteúdos preestabelecidos no currículo a serem trabalhados, enquanto outras alegaram ter autonomia suficiente e apoio da gestão para desenvolverem seus projetos. (PROSDÓCIMO, 2022, p. 183 e 184).

Back (2017, p. 180) destaca ainda que a compreensão do meio ambiente como um conceito peculiar resulta em métodos de aprendizagem disto antes e categorizados, sendo necessário o entendimento de que o meio ambiente e a comunidade interagem e que as práticas adotadas pelo ser humano apresentam consequências.

Quadro 20: Projeto sobre o meio ambiente desenvolvidos pelos Centros Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim</li> <li>- Todo ano com Feira - empresas em prol do meio ambiente</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não conheço</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não respondeu</li> </ul>
P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecoviver</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Com relação a projeto de meio ambiente desenvolvido pelo Município de Paranaguá apenas (P1) comentou sobre a Feira que existe sobre meio ambiente e que envolve as empresas que atuam no Município, (P4) citou o projeto Ecoviver desenvolvido pela concessionária Ecovia.

Dos quatro CMEI's pesquisados apenas o (P3) possui projeto voltado ao meio ambiente sendo desenvolvido no CMEI, o primeiro é o acompanhamento da horta, oferecida à família como incentivo à alimentação saudável e a parceria que envolve docentes, crianças e família com a coleta de latinhas (gincana ecológica).

Quadro 21: Atividades de sustentabilidade desenvolvidas nos Centro Municipais de Educação Infantil

PEDAGOGOS	SÍNTESE DOS RELATOS
P1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não</li> </ul>
P2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço interno – projeto - aulas voltarem - colocar em prática horta</li> <li>- Trabalhar - cuidado ao meio ambiente</li> <li>- Espaço físico é reduzido</li> <li>- E alta é preparação para a gente</li> <li>- Uma formação voltada ao meio ambiente</li> <li>- Formação continuada da secretaria de educação</li> <li>- Não temos nada que ampare</li> <li>- Nos apoie para trabalhar -meio ambiente no CMEI</li> <li>- Possa fazer formação com os docentes</li> <li>- Conscientizar as crianças</li> </ul>
P3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMEI passa por obras de ampliação e reforma</li> <li>- Após o retorno das aulas serão novos projetos</li> <li>- Com o espaço físico acessível</li> </ul>

P4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMEI está em construção</li> <li>- Nova estrutura</li> <li>- Não foi habitada pelas crianças</li> </ul>
----	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil publicado pelo MEC (BRASIL, 2009) no indicador 2.2, relata sobre a interação da criança com a natureza:

As professoras possibilitam contato e brincadeiras das crianças com animais e com elementos da natureza como água, areia, terra, pedras, argila, plantas, folhas e sementes? A instituição leva as crianças a conhecer e a explorar, de forma planejada, os diferentes espaços naturais, culturais e de lazer da sua localidade? (BRASIL, 2009, p.41)

Tudo começa a partir do que a criança traz de casa, o planejamento faz com que o docente tenha uma noção do que vai ensinar, mas as vezes quando se pergunta sobre o assunto às crianças elas nos surpreendem com o domínio do assunto.

É importante saber o que a criança sabe sobre aquele assunto, deixar a criança a vontade, dar segurança para que ela fale o que pensa, não o que queremos ouvir, isso é ser crítico e é o tipo de educação que buscamos, talvez na aula seja pensado em trabalhar com folhas.

Mas naquele dia a criança diz “não, eu quero brincar com água”, o docente pode mudar o planejamento e partir da vontade da criança falar sobre a importância da água para todos. Aproveitando o espaço onde o CMEI está inserido, ir ao Manguezal ou quem sabe até numa nascente d’água como existe em Alexandra, são aprendizados lúdicos e com significado que as crianças levam para casa e para a vida.

Conforme reafirma Tavares (2016)

O ambiente interno ou externo, sendo considerado como recurso pedagógico na educação infantil, precisa ser desafiador, organizado para possibilitar a exploração pela criança, despertando a curiosidade, desenvolvendo a imaginação e proporcionando a interação entre elas. (TAVARES, 2016, p. 55)

Trabalhar com crianças pequenas é um desafio divertido e prazeroso, porque a criança aprende a partir de pequenas coisas, mas as atividades não podem ser longas, as aulas práticas fora do ambiente de sala de aula são uma boa alternativa para o aprendizado dessa faixa etária, durante a pandemia da *COVID-19*.

A prática pedagógica para Barreto (2021)

A prática pedagógica vai exigir do professor e do pedagogo uma constante reflexão, pois poderão ser envolvidos nos fatores determinantes e se esquecerem do objetivo principal de suas funções que é promover o desenvolvimento da aprendizagem significativa e crítica de seus alunos. (BARRETO, 2021, p. 60).

Os docentes buscaram formas alternativas para realizar o planejamento com a ajuda da família contemplando o currículo e para isso inovaram, algumas trabalharam com materiais não estruturados, reciclados e a reutilização da água, através da brincadeira sempre há uma intencionalidade.

Os estudos de Kusma (2017, p. 128) contribuem para a compreensão deste eixo comunidade ao afirmar que, através do Projeto-Guarda-Rios de Curitiba pretende desenvolver um trabalho acompanhado por meio de uma proposta ecológica, cujo objetivo é “[...] conservar o planeta começando por nossa casa, nossa rua, nossa escola, nosso bairro, nossa cidade”. Acredita-se que é possível obter água limpa nos rios se as pessoas cuidarem das nascentes, córregos e riachos que desembocam nesses rios.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, os conteúdos só têm sentido para aquele que aprende quando se estabelece a relação do porquê aprender, dessa forma, os conceitos explorados têm maiores chances de serem assimilados, difundidos e colocados em prática de maneira positiva, transformadora, respeitando a vida em todos os espaços e toda criação.

Os estudos de Back (2021, p. 145) contribuem para a compreensão deste eixo comunidade ao afirmar que, o entorno amigável se refere à relação do prédio com as áreas livres, como: pátio descoberto e outros espaços de uso coletivo (jardins, horta) e, também, os espaços do entorno imediato, o bairro, a área central de uma comunidade indígena ou propriedades circundantes quando se situa na zona rural. Neste aspecto, assinala a autora, a interação entre os espaços – instituição, entorno, comunidade quando harmoniosa, resulta em convívio social mais

prazeroso, considerando que tal dinâmica pode ser planejada com vistas a diminuir as barreiras entre o interior da escola e os arredores.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, a realidade do espaço concreto, ou seja, os CMEI's, espaço constituído enquanto campo desta pesquisa, nos permite visualizar, de um lado, o quanto há de elementos que poderiam consolidar uma relação espaço-natureza mais harmônica e, por outro, o quanto esses quesitos são pouco explorados pela comunidade, pois conforme descrito na obra ***Desemparedamento da infância***: Conforme Barros (2018, p. 14), “[...] o distanciamento atual entre as crianças e a natureza emerge como uma importante crise do nosso tempo”. Com isso, não se está a afirmar que não há relação entre a comunidade dos CMEI's, campo desta pesquisa, com a natureza, mas, de destacar que esse é um aspecto pouco explorado quando analisamos as possibilidades ao entorno.

Os estudos de Prosdócimo (2022, p. 83) contribuem para a compreensão deste eixo comunidade ao afirmar que, por meio da Educação Ambiental, temos a possibilidade de consolidar a consciência e a cidadania planetária, individual e coletiva, unindo a teoria e a prática, a escola e a comunidade num mesmo objetivo.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, nesse sentido, tanto professor, gestores, estudantes, familiares e a comunidade têm a responsabilidade e o exercício da cidadania com a Educação Ambiental e não somente os profissionais dentro da escola. Levando em consideração que a Educação Ambiental acontece em todo lugar, preconiza-se que além do ambiente escolar, ela acontece em casa, na sua comunidade e nas relações interpessoais.

Os estudos de Vieira (2016, p. 69) contribuem para a compreensão deste eixo comunidade ao afirmar que, o conjunto de técnicas usadas para o desenvolvimento de metodologias participativas com representantes da comunidade escolar – professores, alunos, funcionários e equipe pedagógica – possibilitou vivência e aprendizagem do trabalho em grupo e contribuíram para a construção coletiva de uma ferramenta para ser utilizada nas escolas em processos participativos. Assim, podemos pronunciar que as metodologias participativas contribuem significativamente para o fortalecimento e potencialização do campo da educação ambiental.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, a escola, enquanto um espaço educador sustentável, deve promover ações de educação ambiental com a participação de todos os atores da escola e com o engajamento da comunidade de forma contínua.

Os estudos de Barreto (2021, p. 118) contribuem para a compreensão deste eixo comunidade ao afirmar que, nesta construção, ressalta a autonomia e valorização dos profissionais da educação e da própria comunidade escolar, edificando com primor um dos objetivos da escola, que é promover a emancipação de seus entes.

Esta autora constatou em sua pesquisa que, esse envolvimento da comunidade na elaboração, execução e avaliação do PPP projetará sentimento de pertencimento de grupo e não somente uma ação administrativa entre os integrantes.

Destarte, tem-se que os CMEI's como local deste estudo no contexto da participação da comunidade, caracteriza-se por desenvolver ações solidárias na grande maioria dos casos, ressalvado que a limitação de espaço físico dificulta o desenvolvimento de atividades relativas ao meio ambiente, apesar de algumas práticas pedagógicas serem voltadas a esta questão, em apreço as características próprias de cada instituição.

Os resultados obtidos pelos autores estudados, a despeito destes analisarem Escolas e CMEI's distintos, foram semelhantes, notadamente aos pesquisados pela autora, quanto ao aprendizado de matérias atinentes a comunidade e a possibilidade de desenvolvimento de práticas sustentáveis, que não carecem de grandes recursos financeiros, sempre com grande destaque a integração e apoio da comunidade, com a valorização de tal eixo por meio de um conjunto de métodos visando meios de participação da sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como questão norteadora: Como a Educação Ambiental está caracterizada na prática dos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá? Investigando a presença de elementos da Educação Ambiental na prática pedagógica dos pedagogos da educação infantil dos CMEI's pesquisados.

O objetivo geral da investigação visou compreender a Educação Ambiental e suas aproximações com à Educação Infantil no contexto das práticas pedagógicas dos pedagogos dos Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá.

Conforme dados coletados em documentos e das entrevistas verificamos que a educação ambiental está contemplada na proposta pedagógica de apenas um dos CMEI's pesquisados, para alguns pedagogos faltou informação e formação sobre o assunto, no geral a educação ambiental ainda não é compreendida em sua perspectiva crítica pelos pedagogos que atuam nos CMEI's e a prática pedagógica continua tendo como base a concepção conservadora, sendo necessário uma mudança.

Para que seja proporcionada a criança uma visão crítica do contexto socioambiental precisamos que ela esteja contemplada na proposta pedagógica da instituição assegurando o direito de aprendizagem da criança em relação ao meio ambiente, mas para isso faz-se necessário que os pedagogos tenham conhecimento das políticas educacionais que abrangem a concepção crítica da educação ambiental através de formação inicial e continuada tanto para os pedagogos como para os docentes.

O primeiro objetivo específico iniciou conhecendo o perfil dos pedagogos dos CMEI's pesquisados da RMEP. Na pesquisa vimos que a idade varia bastante, a distância entre a residência e o local de trabalho não é algo que prevaleça durante a escolha, sendo uma com dois quilômetros e outro com cinquenta e cinco quilômetros, a escolha de vaga na RMEP é realizada através de alguns critérios como: disponibilidade de vaga, matrícula mais antiga, idade e geralmente ocorre no final ano letivo para que não atrapalhe o andamento pedagógico da instituição.

Os pedagogos consideram que há falta de formação inicial e continuada

ofertada pela RMEP. Durante a coleta de dados vimos que a educação ambiental não faz parte da grade curricular da graduação em pedagogia e as formações fornecidas pela RME ainda são poucas para a demanda de pedagogos, principalmente porque a maioria das formações nessa área são ofertadas para o ensino fundamental.

Dos pedagogos entrevistados, apenas um mostrou ter mais conhecimento sobre educação ambiental e busca aplicar em sua instituição, outro está em formação continuada pela RME sobre educação alimentar, os demais demonstram interesse pelo assunto.

Desse modo vemos que a formação sobre educação ambiental faz falta para que seja desenvolvida a prática pedagógica, sendo necessárias formações sobre as concepções da educação infantil e da educação ambiental.

O segundo objetivo caracterizou a Educação Infantil no contexto dos CMEI's e suas aproximações em relação à Educação Ambiental caracterizando as práticas pedagógicas dos pedagogos dos CMEI's da RMEP.

Nesse objetivo vimos que os pedagogos possuem amplo conhecimento na sua área de atuação, realizam atendimento com as crianças, com os docentes e com os responsáveis, preenchem fichas, leem os pareceres descritivos, auxiliam nos portfólios, dão formações durante a hora-atividade do docente, ou seja, realizam várias funções mesmo sem possuírem o direito a hora-atividade para realizar o seu próprio planejamento, fato esse que deixa os pedagogos por diversas vezes sobrecarregado com suas obrigações e parte burocrática.

O Currículo Municipal deve ser contemplado nos planejamentos conforme orientação da SEMEDI conforme a faixa etária da criança, os planejamentos são visitados tanto pelos pedagogos quanto pela supervisora de Polo.

O terceiro objetivo indicou as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental no cenário dos CMEI's pesquisados e suas conexões com o currículo, espaço físico e gestão democrática com participação da comunidade. Dentre os CMEI's que participaram da pesquisa, dois estão passando por reforma, um possui uma área externa boa, mas sem estrutura, e o último não possui área externa, nem pátio externo, apenas a área do refeitório.

A gestão democrática faz parte de todos os CMEI's pesquisados conforme

relatado nas entrevistas, algumas tomadas de decisões são realizadas com o apoio da comunidade, gestores e docentes. Apenas um CMEI pesquisado mostrou trabalhar durante o ano letivo com educação ambiental focando na sustentabilidade conforme o Currículo Municipal de Educação e de forma democrática através de reuniões com a família, docentes e crianças traçam o planejamento, os demais ainda não contemplam essa prática pedagógica.

A maioria dos pedagogos dos CMEI's não conhecem a política da educação ambiental, não tiveram essa disciplina na graduação e não tiveram formação sobre o tema por parte da SEMEDI, desse modo não realizam discussões sobre a mesma.

Como pedagoga atuante em CMEI posso relatar a minha experiência, concordo com os colegas pedagogos que foram entrevistados quando dizem que não há formação sobre educação ambiental para a educação infantil. A educação ambiental ainda parece um tema distante da educação infantil, nossa prática é exaustiva, não ter direito a hora-atividade e substituir os docentes com certeza nos sobrecarrega, mas não consigo deixar de pensar que podemos e devemos ser mais ativos e atuantes apesar de todos os obstáculos que encontramos em nossa prática pedagógica.

Os limites e possibilidades para a Educação Ambiental considerando a perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil em Paranaguá são, portanto, limitadas com relação aos conhecimentos dos pedagogos sobre educação ambiental, porém as possibilidades de desenvolvimento das práticas pedagógicas é algo que pode ocorrer com a participação da comunidade. Desse modo consideramos que a educação ambiental ainda precisa ser integrada na prática pedagógica da educação infantil neste município.

## REFERÊNCIA

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Portal de Periódicos da Anped**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca?keys=>. Acesso em: 24 maio 2020.

ANTUNES, B.; MORVAN, I. Entre Mangues e Navios: Destruição e Impactos Ambientais causados pelo Porto de Paranaguá. **Jornal Comunicação**, UFPR, Paraná, 2021. Disponível em: Entre mangues e navios: a destruição e os impactos ambientais causados pelo Porto de Paranaguá (ufpr.br). Acesso em: 23 set. 2022.

BACK, G. C. **Educação ambiental na educação infantil**: percursos, processos e práticas evidenciadas em centros municipais de educação infantil. 249 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2021.

BARRETO, S. **A tarefa escolar e as concepções da prática pedagógica do professor e do pedagogo da rede municipal de ensino de Curitiba**, Curitiba: UTP, 2021.

BDTD. Biblioteca Digital Teses e Dissertações. **Portal de periódicos da BDTD**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 24 maio 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 05 de out. de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 25 jun. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm). Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à

Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília DF: 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 28 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/scfie.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 nov. 2021.

BUCZENKO, G. **Educação ambiental e educação do campo**: o trabalho do coordenador pedagógico em escola pública localizada em área de proteção ambiental. Curitiba: UTP, 2017.

CARVALHO, I. C. M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, M.; PAIVA, I. (Orgs.). **Práticas coletivas na escola**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

BGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil em Síntese**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: 13 nov. 2020.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa [online]. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005. Disponível em: [scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTYdvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt](http://scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTYdvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 13 nov. 2020.

JACOBI, P.R. **Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental**. O Mundo da saúde. [online]. São Paulo: p. 524-531, out/dez. 2006. Disponível em [http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo\\_saude/41/01\\_educacao\\_ambiental.pdf](http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/41/01_educacao_ambiental.pdf). Acesso em: 22 jun. 2015.

KRAMER, S. (org.) **Profissionais de educação infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KUSMA, E. N. **Educação ambiental**: a prática do pedagogo em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba. 2017. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

LAYRARGUES P. P.; LIMAG. F.C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade** [online]. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

LIMA, G. F.C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. (Org.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, C. F. B.; COSTA, C. A. S. **Educação ambiental crítica e interdisciplinaridade**: a contribuição da dialética materialista na determinação conceitual. Terceiro Incluído [online]. Goiás, vol. 3, n.1, p. 1-22, jan./jun, 2013, art. 34. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/27316>. Acesso em: 01 nov. 2020.

LOUREIRO, C.F.B. e LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental nos anos 90.

Mudou, mas nem tanto. In: **Políticas Ambientais**, 2001.

NADAL, B. G. Prática pedagógica: a natureza do conceito e formas de aproximação. In: SILVA, M. C. B. (Org.). **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**.

Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. p. 15-37.

OBSERVATÓRIO JUSTIÇA E CONSERVAÇÃO. O Impacto de um Porto. **Jornal Justiça e Conservação**, Cidadania e Ciência. Paraná, 22 abr. 2020. Disponível em: O impacto de um porto – Observatório de Justiça e Conservação (justicaeco.com.br). Acesso em: 23 set. 2022

OLIVEIRA, Z. M. R. **Creches**: Crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ:Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Z. R. de O. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PABIS, N. A. **O trabalho do pedagogo na escola pública do Paraná**. Curitiba: UTP, 2014.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**. Paranaguá, PR: IPARDES, 2020.

PARANÁ. **Lei nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013**. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. Curitiba, 2013. Palácio do Governo. Curitiba, PR: 11 jan. 2013. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17505-2013-parana-institui-a-politica-estadual-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-de-educacao-ambiental-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PARANÁ. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF: 28 abr. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 15 abr. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Curitiba, PR: SEMA, 2013. Disponível em: [https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio\\_ambiente/material-didatico/Revista\\_Bacias\\_Hidrograficas\\_2015.pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/meio_ambiente/material-didatico/Revista_Bacias_Hidrograficas_2015.pdf). Acesso em: 15 abr. 2021.

PARANAGUÁ. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos. Instituto Águas do Paraná. **Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea**. Produto 05: Diagnóstico do Uso e Ocupação da Terra. Curitiba, PR: COBRAPE/AGUÁS DE PARANAGUA, 2019. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/1nA95E2rCqJY8WorVsEgtt\\_iR5\\_vfcdkB/view](https://drive.google.com/file/d/1nA95E2rCqJY8WorVsEgtt_iR5_vfcdkB/view). Acesso em: 15 abr. 2021

PARANAGUÁ. **Conselho Municipal de Educação**. Deliberação nº03/2009. Paranaguá, PR: COMED, 2009.

PARANAGUÁ. **Lei Complementar nº 113 de 22 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o plano de cargos, carreira e Remuneração do magistério público municipal de Paranaguá, e dá outras providências. Palácio São José. 22. dez. 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2009/11/113/lei-complementar-n-113-2009-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreira-e-remuneracao-do-magisterio-publico-municipal-de-paranagua-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PARANAGUÁ. **Lei Complementar nº 46 de 11 de maio de 2006**. Institui plano de carreira, cargos e vencimentos do pessoal do poder executivo do município de Paranaguá e dá outras providências. Palácio São José, 11. mai. 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2006/4/46/lei-complementar-n-46-2006-dispoe-sobre-o-regime-juridico-estatutario-dos-servidores-do-municipio-de-paranagua-suas-autarquias-e-fundacoes-publicas>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PARANAGUÁ. **Lei Complementar nº 60 de 23 de agosto de 2007**. Institui o plano diretor de desenvolvimento integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município de Paranaguá e dá outras providências. Palácio São José. 23. ago. 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-Paranagua-pr>. Acesso em: 07 jun. 2021.

PARANAGUÁ. **Lei nº 3.468 de 23 de junho de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Paranaguá e dá outras providências. Câmara Municipal de Paranaguá, 23. jun. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/paranagua/lei-ordinaria/2015/347/3468/lei-ordinaria-n-3468-2015-dispoe-sobre-a-aprovacao-do-plano-municipal-de-educacao-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=3468>. Acesso em: 28 set. 2020.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal de Paranaguá. **Plano Municipal Básico de Paranaguá/PR**. Volume II. Gestão Ambiental, Paranaguá, 2011. Disponível em: Microsoft Word - V - PMSB\_FINAL - VOLUME II (paranagua.pr.gov.br). Acesso em: 23 set. 2022.

PARANAGUÁ. Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. Departamento de Educação Infantil. **Currículo da Educação Infantil de Paranaguá**. Paranaguá, PR: SEMEDI, 2020.

PROSDÓCIMO, N. S. N. **Educação Ambiental em Centros de Educação Integral Municipal de Ensino Fundamental de Curitiba**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022.

RODRIGUES, D. G.; ANDREOLI, V. M. Desafios e Perspectivas das Ações Educativo-Ambientais na Educação Infantil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 130-148, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2247/1438>. Acesso em: 23 set. 2022.

ROSA, M. A. ;CARNIATTO, I. Política de educação ambiental do Paranáe seus desafios. **Revista Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p. 339-360, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5547/3455>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SAHEB, D; Rodrigues, D.G. A Educação Ambiental na Educação Infantil: limites e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa [online]**. São Luís, v. 23, n. 1, p. 81-94, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index>. Acesso em: 4 nov. 2021.

SANTOS, V. **Memória histórica de Paranaguá e seu município**. Curitiba: Secção de História do Museu Paranaense, 1951.

SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

TAVARES, T. E. S. **Educação ambiental na prática pedagógica dos Professores de um centro municipal de educação Infantil de Curitiba**. 2016. 210 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

TIRIBA, L. Crianças, Natureza e Educação Infantil. **CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Rio de Janeiro, PUC. Disponível em: <gt07-2304.pdf> ([anped.org.br](http://anped.org.br)). Acesso em: 23 set. 2022

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ. **Normas técnicas: elaboração e apresentação de trabalhos acadêmico-científicos/Universidade Tuiuti do Paraná**. 3.ed. Curitiba: UTP, 2012.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daniely do Rosário mestranda da Universidade UTP, estou convidando você, a participar de um estudo intitulado: **Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr.**

Visto que a Educação Ambiental em nossos Centros de educação infantil é de supra importância venho através desse estudo verificar através da problemática: Em que medida a Educação Ambiental esta presente na prática dos Pedagogos na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá?

- a) O objetivo desta pesquisa é Analisar Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação -Infantil de Paranaguá-Pr.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que responda algumas perguntas relacionadas à sua prática pedagógica e ambiental.
- c) Para tanto você deverá comparecer para a entrevista no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855, conforme data e horário pré-estabelecido.
- d) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer mais profundamente Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação Infantil de Paranaguá e a conscientização para a preservação do meio ambiente. Além de refletir sobre a importância da prática pedagógica dos pedagogos com relação a educação ambiental para o município. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Rubrica:  
  
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

- e) A pesquisadora Daniely do Rosário responsável por este estudo poderá ser localizada no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855 e-mail: [d.png@hotmail.com](mailto:d.png@hotmail.com) no horário das 13:30 às

17:30h para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, a pesquisadora Daniely do Rosário e sua orientadora prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arlete Rosa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

h) Os textos obtidos por meio dos questionários e entrevistas serão utilizados unicamente para essa pesquisa e serão destruídos após o prazo de cinco anos.

Rubricas:   
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

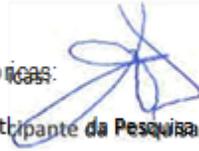
k) A sua participação nesse estudo não acarretará custos, não sendo necessário ressarcir gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente da sua participação nesta pesquisa, você também tem o direito de ser indenizado(a) pelo pesquisador(a), bem como a ter o direito a receber assistência de saúde gratuita, integral e imediata.

l) Em caso de algum dano psicológico o pesquisado terá a garantia do tratamento gratuito na Clínica de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná perante quaisquer desconfortos ocasionados pelo estudo, a clínica está situada na Rua Sidney Antônio Rangel Santos, número 245, Bairro: Santo Inácio, Telefone: (41)3331-7836/3331-7846, CEP:82.010-330. Você não renunciará de seus direitos legais ao assinar este termo de consentimento, incluindo o direito de pedir indenização por danos resultantes de sua participação no estudo.

m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos os participantes da pesquisa.

n) A garantia do pesquisador que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668 / e-mail: comitedeetica@utp.br. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 245, Sala 04 - Bloco PROPPE. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

Rubricas:	
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal	_____

Eu, Terezinha de Fátima M. Skodowski li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

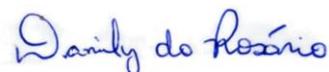
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, 30 de setembro de 2020.

Terezinha de Fátima M. Skodowski



Daniely do Rosário



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daniely do Rosário mestranda da Universidade UTP, estou convidando você, a participar de um estudo intitulado: **Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr.**

Visto que a Educação Ambiental em nossos Centros de educação infantil é de supra importância venho através desse estudo verificar através da problemática: Em que medida a Educação Ambiental esta presente na prática dos Pedagogos na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá?

- a) O objetivo desta pesquisa é Analisar Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação -Infantil de Paranaguá-Pr.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que responda algumas perguntas relacionadas à sua prática pedagógica e ambiental.
- c) Para tanto você deverá comparecer para a entrevista no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855, conforme data e horário pré-estabelecido.
- d) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer mais profundamente Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação Infantil de Paranaguá e a conscientização para a preservação do meio ambiente. Além de refletir sobre a importância da prática pedagógica dos pedagogos com relação a educação ambiental para o município. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Rubricas:  Participante da Pesquisa / ou responsável legal _____
---

- e) A pesquisadora Daniely do Rosário responsável por este estudo poderá ser localizada no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855 e-mail: [d.png@hotmail.com](mailto:d.png@hotmail.com) no horário das 13:30 às

17:30h para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, a pesquisadora Daniely do Rosário e sua orientadora prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arlete Rosa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

h) Os textos obtidos por meio dos questionários e entrevistas serão utilizados unicamente para essa pesquisa e serão destruídos após o prazo de cinco anos.

Rubricas:  
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_



k) A sua participação nesse estudo não acarretará custos, não sendo necessário ressarcir gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente da sua participação nesta pesquisa, você também tem o direito de ser indenizado(a) pelo pesquisador(a), bem como a ter o direito a receber assistência de saúde gratuita, integral e imediata.

l) Em caso de algum dano psicológico o pesquisado terá a garantia do tratamento gratuito na Clínica de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná perante quaisquer desconfortos ocasionados pelo estudo, a clínica está situada na Rua Sidney Antônio Rangel Santos, número 245, Bairro: Santo Inácio, Telefone: (41)3331-7836/3331-7846, CEP:82.010-330. Você não renunciará de seus direitos legais ao assinar este termo de consentimento, incluindo o direito de pedir indenização por danos resultantes de sua participação no estudo.

m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos os participantes da pesquisa.

n) A garantia do pesquisador que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668 / e-mail: comitedeetica@utp.br. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 245, Sala 04 - Bloco PROPPE. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

<p>Rubricas:</p> <p>Participante da Pesquisa e/ou responsável legal _____</p> 
---

Eu, Andrieli de Fátima Burak li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

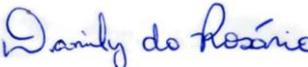
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, 05 de outubro de 2020.

Andrieli de Fátima Burak

1.  \_\_\_\_\_

Daniely do Rosário



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daniely do Rosário mestranda da Universidade UTP, estou convidando você, a participar de um estudo intitulado: **Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr.**

Visto que a Educação Ambiental em nossos Centros de educação infantil é de supra importância venho através desse estudo verificar através da problemática: Em que medida a Educação Ambiental esta presente na prática dos Pedagogos na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá?

- a) O objetivo desta pesquisa é Analisar Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação -Infantil de Paranaguá-Pr.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que responda algumas perguntas relacionadas à sua prática pedagógica e ambiental.
- c) Para tanto você deverá comparecer para a entrevista no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855, conforme data e horário pré-estabelecido.
- d) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer mais profundamente Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação Infantil de Paranaguá e a conscientização para a preservação do meio ambiente. Além de refletir sobre a importância da prática pedagógica dos pedagogos com relação a educação ambiental para o município. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

Rubricas:  
  
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

- e) A pesquisadora Daniely do Rosário responsável por este estudo poderá ser localizada no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855 e-mail: [d.png@hotmail.com](mailto:d.png@hotmail.com) no horário das 13:30 às

17:30h para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, a pesquisadora Daniely do Rosário e sua orientadora prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arlete Rosa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

h) Os textos obtidos por meio dos questionários e entrevistas serão utilizados unicamente para essa pesquisa e serão destruídos após o prazo de cinco anos.

Rubricas:   
Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

k) A sua participação nesse estudo não acarretará custos, não sendo necessário ressarcir gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente da sua participação nesta pesquisa, você também tem o direito de ser indenizado(a) pelo pesquisador(a), bem como a ter o direito a receber assistência de saúde gratuita, integral e imediata.

l) Em caso de algum dano psicológico o pesquisado terá a garantia do tratamento gratuito na Clínica de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná perante quaisquer desconfortos ocasionados pelo estudo, a clínica está situada na Rua Sidney Antônio Rangel Santos, número 245, Bairro: Santo Inácio, Telefone: (41)3331-7836/3331-7846, CEP:82.010-330. Você não renunciará de seus direitos legais ao assinar este termo de consentimento, incluindo o direito de pedir indenização por danos resultantes de sua participação no estudo.

m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos os participantes da pesquisa.

n) A garantia do pesquisador que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668 / e-mail: comitedeetica@utp.br. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 245, Sala 04 - Bloco PROPPE. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

Rubricas  Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____
--

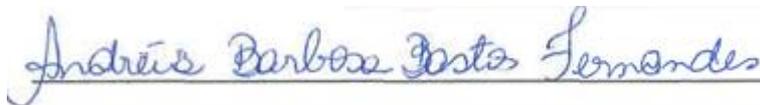
Eu, Andréia Barbosa Bastos Fernandes li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

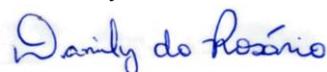
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, 08 de outubro de 2020.

Andréia Barbosa Bastos Fernandes



Daniely do Rosário



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daniely do Rosário mestranda da Universidade UTP, estou convidando você, a participar de um estudo intitulado: **Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr.**

Visto que a Educação Ambiental em nossos Centros de educação infantil é de supra importância venho através desse estudo verificar através da problemática: Em que medida a Educação Ambiental esta presente na prática dos Pedagogos na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá?

- a) O objetivo desta pesquisa é Analisar Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação -Infantil de Paranaguá-Pr.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que responda algumas perguntas relacionadas à sua prática pedagógica e ambiental.
- c) Para tanto você deverá comparecer para a entrevista no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855, conforme data e horário pré-estabelecido.
- d) Os benefícios esperados com essa pesquisa são conhecer mais profundamente Educação ambiental na prática do Pedagogo na Educação Infantil de Paranaguá e a conscientização para a preservação do meio ambiente. Além de refletir sobre a importância da prática pedagógica dos pedagogos com relação a educação ambiental para o município. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

<p>Rubricas: </p> <p>Participante da Pesquisa e/ou responsável legal _____</p>
---

- e) A pesquisadora Daniely do Rosário responsável por este estudo poderá ser localizada no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe” Rua: Avenida Atílio Fontana S/N – Vila Santa Maria, Paranaguá-Pr, CEP 83.200-000. Telefone (41) 3420-2855 e-mail: [d.png@hotmail.com](mailto:d.png@hotmail.com) no horário das 13:30 às 17:30h para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, a pesquisadora Daniely do Rosário e sua orientadora prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Arlete Rosa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.
- h) Os textos obtidos por meio dos questionários e entrevistas serão utilizados unicamente para essa pesquisa e serão destruídos após o prazo de cinco anos.

<p>Rubricas: </p> <p>Participante da Pesquisa e /ou responsável legal _____</p>
---

- k) A sua participação nesse estudo não acarretará custos, não sendo necessário ressarcir gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente da sua participação nesta pesquisa, você também tem o direito de ser indenizado(a) pelo pesquisador(a), bem como a ter o direito a receber assistência de saúde gratuita, integral e imediata.
- l) Em caso de algum dano psicológico o pesquisado terá a garantia do tratamento gratuito na Clínica de Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná perante quaisquer desconfortos ocasionados pelo estudo, a clínica está situada na Rua Sidney Antônio Rangel Santos, número 245, Bairro: Santo Inácio, Telefone: (41)3331-7836/3331-7846, CEP:82.010-330. Você não renunciará de seus direitos legais ao assinar este termo de consentimento, incluindo o direito de pedir indenização por danos resultantes de sua participação no estudo.
- m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos os participantes da pesquisa.
- n) A garantia do pesquisador que os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos.

o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668 / e-mail: comitedeetica@utp.br. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 245, Sala 04 - Bloco PROPPE. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

<p>Rubricas: </p> <p>Participante da Pesquisa e/ou responsável legal _____</p>
---

Eu, Bárbara C. S. Mendes li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

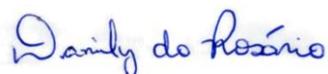
Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, 13 de outubro de 2020.

Bárbara C. S. Mendes



Daniely do Rosário



## APÊNDICE A

### ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PEDAGOGOS DE CMEIS

**Tema:** Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr

#### **Problemática**

Em que medida a educação ambiental (EA) está presente na prática dos pedagogos dos CMEI's da rede municipal de ensino de Paranaguá (RMEP)?

#### **Objetivogeral**

Analisar a educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil nos quatro CMEI's pesquisados.

#### **Objetivo específico**

Conhecer a Educação Ambiental na perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil;

Respostas diretas:

1. Naturalidade e idade – Morretes, 34 anos
2. Estado civil, com ou sem filhos – Solteira sem filhos
3. Quando concluiu o curso de graduação e qual curso? Pedagogia 2008, Ed. Física Licenciatura 2016, Ed. Física Bacharelado 2018
4. Possui Pós Graduação? - Sim
5. Qual? - Pedagogia Empresarial, Neuropsicopedagogia
6. Quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino de Paranaguá – 10 Anos
7. Quanto tempo trabalha nesse CMEI que está lotada – 10 anos
8. Qual era sua atividade de trabalho antes de entrar na rede de ensino de Paranaguá – Comerciante
9. Você mora próximo do CMEI em que trabalha. Qual seu meio de transporte de sua casa até o CMEI – Não, moro na cidade vizinha, Morretes, uso meu carro para fazer o trajeto ate o CMEI.
10. Experiência no magistério? - Não
11. A quanto tempo atua como pedagogo na educação infantil? – 10 anos
12. Em sua formação, teve disciplina específica sobre educação ambiental?(sim, qual?ou não)E educação infantil, você teve formação continuada – Não recordo em ter estudado sobre educação ambiental na faculdade. Na educação infantil a formação continuada é constante porém não nesse tema.
13. Nos cursos de formação continuada da RME, você já recebeu formação sobre educação ambiental? (Sim, qual? ou não) - Não
14. Com relação a educação ambiental, você conhece alguma concepção?(sim, qual? ou não) - Não
15. Você já deu alguma formação para os docentes sobre educação ambiental?(sim

ou não) - Não

16. Você conhece os documentos abaixo que tratam sobre educação ambiental?  
Assinale com X para sim ou deixe em branco

( ) Diretrizes Municipais

( ) Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

( ) Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA)

17 Quais documentos ou materiais você conhece de educação ambiental

18 Quais atividades você já participou de educação ambiental

- A prefeitura de Paranaguá tem uma parceria com a Ecovia onde trabalhavam em conjunto o Projeto ECOVIVER, projeto que trabalhava bastante com reciclado e transformações do mesmo.

Resposta livre:

19. Para você, o fato de conhecer ou não as Leis e documentos referentes a educação ambiental interferem na prática do pedagogo?

- O desconhecimento sobre educação ambiental não limita meu trabalho, todavia quando aprendemos algo novo nossa prática e didática melhora quanto profissionais da educação.

### Objetivo específico

✓ Analisar a Educação Infantil no contexto dos CMEI's e suas aproximações em relação à Educação Ambiental;

Respostas Livres:

1. Qual o seu conceito para prática pedagógica - A criança é um ser que se constrói, sua cidadania e, neste processo, precisa *ser criança*, precisa ter tempo para brincar, tempo para poder ser criança. Dessa maneira, ela precisa ser compreendida como um ser complexo e contextualizado frente à realidade em que vive. Reafirma-se, assim, a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico, criador de cultura, devendo sua educação ter o mesmo grau de qualidade que se exige para as demais etapas da educação.

2. Como ou em que você se baseia para propor as práticas sobre educação ambiental? – Vivência e observações pela comunidade.

3. Como o planejamento da atividade pedagógica é realizado? Semanal, quinzenal ou mensal? – O planejamento é quinzenal havendo uma sequência didática

4. Quais documentos são utilizados na elaboração do planejamento? – Currículo Municipal

5. O PPP do seu CMEI contempla formação sobre educação ambiental? - Não

6. Quanto à organização curricular, você que atua como pedagogo(a) incentiva a inserção da educação ambiental? - Sim

7. Analisando a sua prática como pedagogo (a) em relação à educação ambiental, você mudaria algo? - Sim

8. Quais atividades e materiais que você desenvolveu para os alunos durante o período de pandemia – Tentamos ao máximo trabalhar ludicidade com todas as faixas etárias, não exigindo materiais elaborados para as famílias para que não houvesse o

deslocamento das suas casas. Os materiais utilizados nas atividades foi explorado o que as famílias tinham em casa, materiais reciclados e adaptação dos mesmos.

9. Qual sua avaliação sobre esse período de atividades e aproveitamento das crianças

- Em 2019, quando começou o distanciamento, tivemos muitas dificuldades em adaptação das famílias e dos educadores, mexer com instrumentos tecnológicos e várias ferramentas era novidade para muitos. No nosso segundo ano de Home Office ambos estavam familiarizados com essa ferramenta, auxiliando no trabalho pedagógico.

Tivemos um bom aproveitamento o ano passado e neste presente ano estamos melhorando a cada planejamento para resgatar as famílias ausentes para chegar no final do ano com um resultado satisfatório.

### **Objetivo específico**

✓ Avaliar as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental no cenário dos CMEI's pesquisados e suas conexões com o currículo, espaço físico, gestão democrática e relação com a comunidade.

Respostas Livres:

1. Como é a comunidade ao redor e o bairro onde o CMEI está inserido? – A comunidade é muito boa, tranquila e participativa.
2. Como a educação ambiental é trabalhada no seu CMEI? Pode citar algum tema que tenha feito parte do planejamento. – Semana do meio Ambiente
3. Com relação as práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental, elas contemplam todas as faixas etárias conforme o Currículo? - Sim
4. Em seu CMEI, há reuniões com os responsáveis a fim de envolver a comunidade escolar em projetos voltados ao meio ambiente? – Não
5. Em quais momentos a família participa dos projetos desenvolvidos? – Poucos, os projetos desenvolvidos no CMEI são pensados mais nas crianças.
6. Você conhece algum projeto voltado ao meio ambiente desenvolvido na cidade de Paranaguá que contemple o meio ambiente. Quais? Sim, Todo ano existe uma Feira com várias empresas envolvidas em prol do meio ambiente.
7. Tem algum projeto de Educação Ambiental ou voltado para o meio ambiente sendo desenvolvido no seu CMEI? – Não
8. Já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental em parceria com os demais docentes? Com as crianças e família? Ou Comunidade? - Não
9. Como você avalia a articulação entre educação ambiental e a prática do pedagogo (a) da educação infantil em sua realidade escolar? – A didática seria muito mais rica e valorizada.
10. Há em seu CMEI alguma inovação em relação ao espaço físico, buscando difundir uma cultura de sustentabilidade? - Não

## **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PEDAGOGOS DE CMEIS**

**Tema:** Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr

### **Problemática**

Em que medida a educação ambiental (EA) está presente na prática dos pedagogos dos CMEI's da rede municipal de ensino de Paranaguá (RMEP)?

### **Objetivogeral**

Analisar a educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil nos quatro CMEI's pesquisados.

### **Objetivo específico**

Conhecer a Educação Ambiental na perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil;

Respostas diretas:

17. Naturalidade e idade- Paranaguá 47
18. Estado civil, com ou sem filhos -casada, 3 filhos
19. Quando concluiu o curso de graduação e qual curso? 1996, pedagogia
20. Possui Pós Graduação? sim
21. Qual? Psicopedagogia
22. Quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino de Paranaguá- 10 anos
23. Quanto tempo trabalha nesse CMEI que está lotada- 9 anos
24. Qual era sua atividade de trabalho antes de entrar na rede de ensino de Paranaguá
25. Você mora próximo do CMEI em que trabalha. Qual seu meio de transporte de sua casa até o CMEI -Sim, não uso nenhum meio de transporte
26. Experiência no magistério? 10 (anos)
27. A quanto tempo atua como pedagogo na educação infantil? 10 anos
28. Em sua formação, teve disciplina específica sobre educação ambiental? Não (sim, qual? ou não) E educação infantil, você teve formação continuada: Apenas no Ecoviver
29. Nos cursos de formação continuada da RME, você já recebeu formação sobre educação ambiental? (Sim, qual? ou não) Não
30. Com relação a educação ambiental, você conhece alguma concepção?(sim, qual? ou não) - Não possuo embasamento teórico, apenas de leituras cotidianas, revistas , jornais, livros relacionados
31. Você já deu alguma formação para os docentes sobre educação ambiental?(sim ou não)- sim, com relação à incentivo e criação de horta no CMEI
32. Você conhece os documentos abaixo que tratam sobre educação ambiental? Assinale com X para sim ou deixe em branco  
( ) Diretrizes Municipais

( ) Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

( ) Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA)

17 Quais documentos ou materiais você conhece de educação ambiental-Não

18 Quais atividades você já participou de educação ambiental

Resposta livre: Em formação do Ecoviver, atividades ligadas à semana do Meio ambiente, atualmente participando do projeto Comer e brincar(Avisa-lá), incentivando a cultivo de hortaliças.

19. Para você, o fato de conhecer ou não as Leis e documentos referentes a educação ambiental interferem na prática do pedagogo? Sim, acrescentaria mais embasamento aos conhecimentos.

### **Objetivo específico**

✓ Analisar a Educação Infantil no contexto dos CMEI's e suas aproximações em relação à Educação Ambiental;

Respostas Livres:

8. Qual o seu conceito para prática pedagógica: Utilizar propostas viáveis aos educadores e crianças dentro da realidade do bairro e das famílias.

9. Como ou em que você se baseia para propor as práticas sobre educação ambiental? Procuramos conscientizar sobre cuidados com a natureza, com o lixo, plantio e reciclagem.

10. Como o planejamento da atividade pedagógica é realizado? Semanal, quinzenal ou mensal? Quinzenal

11. Quais documentos são utilizados na elaboração do planejamento?Currículo e BNCC

12. O PPP do seu CMEI contempla formação sobre educação ambiental?Sim, durante o ano e aprofundamos com a semana do meio ambiente.

13. Quanto à organização curricular, você que atua como pedagogo(a)incentiva a inserção da educação ambiental? Sim, nossos educadores são multiplicadores junto às crianças das práticas de cuidado com área de mangue, e com lixo descartado no entorno.

14. Analisando a sua prática como pedagogo (a) em relação à educação ambiental, você mudaria algo? Sim, gostaria de difundir e ampliar mais projetos relacionados.

15. Quais atividades e materiais que você desenvolveu para os alunos durante o período de pandemia: Realizamos confecção de brinquedos recicláveis com os alunos,conscientização sobre o lixo e cultivo de mudas de alface.

16. Qual sua avaliação sobre esse período de atividades e aproveitamento das crianças: Um período conflitante para algumas famílias, principalmente para a de baixo rendimento financeiro,algumas sem nenhuma acessibilidade aos meios digitais; o que dificultou o rendimento escolar; em contrapartida existem as famílias comprometidas que se esforçam para ajudar seus filhos, aprendendo e redescobrimdo com a educação infantil.

### Objetivo específico

✓ Avaliar as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental no cenário dos CMEI's pesquisados e suas conexões com o currículo, espaço físico, gestão democrática e relação com a comunidade.

Respostas Livres:

11. Como é a comunidade ao redor e o bairro onde o CMEI está inserido? A área geográfica do bairro é rodeada pelo rio do Chumbo e rio Itiberê (área de mangue), e região portuária, empresas, comercial e residencial, a população é de comerciantes, empresários, pescadores e trabalhadores portuários.

12. Como a educação ambiental é trabalhada no seu CMEI? Pode citar algum tema que tenha feito parte do planejamento. -Realizamos confecção de brinquedos recicláveis com os alunos, conscientização sobre o lixo e cultivo de mudas de alface.

13. Com relação às práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental, elas contemplam todas as faixas etárias conforme o Currículo? Sim, as práticas são desenvolvidas de acordo com as faixas etárias.

14. Em seu CMEI, há reuniões com os responsáveis a fim de envolver a comunidade escolar em projetos voltados ao meio ambiente? Sim,

15. Em quais momentos a família participa dos projetos desenvolvidos? Nas reuniões de Conselho escolar, reuniões trimestrais e nas amostras dos trabalhos.

16. Você conhece algum projeto voltado ao meio ambiente desenvolvido na cidade de Paranaguá que contemple o meio ambiente. Quais?

17. Tem algum projeto de Educação Ambiental ou voltado para o meio ambiente sendo desenvolvido no seu CMEI? Sim, do acompanhamento do crescimento da horta, oferecida à família como incentivo da alimentação saudável.

18. Já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental em parceria com os demais docentes? Com as crianças e família? Ou Comunidade? Sim, Coleta de latinhas (Gincana ecológica)

19. Como você avalia a articulação entre educação ambiental e a prática do pedagogo (a) da educação infantil em sua realidade escolar? O pedagogo tenta na medida do possível e da sua realidade realizar, inovar e atingir o engajamento da comunidade escolar e familiar.

20. Há em seu CMEI alguma inovação em relação ao espaço físico, buscando difundir uma cultura de sustentabilidade? No momento o CMEI passa por obras de ampliação e reforma, porém após o retorno das aulas serão repensados novos projetos, de acordo com o espaço físico acessível.

## **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PEDAGOGOS DE CMEIS**

**Tema:** Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr

### **Problemática**

Em que medida a educação ambiental (EA) está presente na prática dos pedagogos dos CMEI's da rede municipal de ensino de Paranaguá(RMEP)?

### **Objetivo geral**

Analisar a educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil nos quatro CMEI's pesquisados.

### **Objetivo específico**

Conhecer a Educação Ambiental na perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil;

Respostas diretas:

1. Naturalidade e idade 39 anos natural de Paranagua
  2. Estado civil, com ou sem filhos: Casada, 1 filha
  3. Quando concluiu o curso de graduação e qual curso? 2009 Pedagogia
  4. Possui Pós Graduação? \_\_\_\_ Sim 3 especializações
  5. Qual? Metodologia do ensino de artes, Coordenação Pedagógica e Educação Infantil
  6. Quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino de Paranaguá  
10 anos
  7. Quanto tempo trabalha nesse CMEI que está lotada - 10 anos
  8. Qual era sua atividade de trabalho antes de entrar na rede de ensino de Paranaguá-Professora da rede privada
  9. Você mora próximo do CMEI em que trabalha. Qual seu meio de transporte de sua casa até o CMEI  
Moro distante, vou de carro
  10. Experiência no magistério? 14 (anos)
  11. A quanto tempo atua como pedagogo na educação infantil? 10 anos
  12. Em sua formação, teve disciplina específica sobre educação ambiental? (sim, qual? ou não) E educação infantil, você teve formação continuada ( Não)
  13. Nos cursos de formação continuada da RME, você já recebeu formação sobre educação ambiental? (Sim, qual? ou não) NÃO
  14. Com relação a educação ambiental, você conhece alguma concepção? (sim, qual? ou não) Não
  15. Você já deu alguma formação para os docentes sobre educação ambiental? (sim ou não) NÃO
  16. Você conhece os documentos abaixo que tratam sobre educação ambiental?  
Assinale com X para sim ou deixe em branco
- ( ) Diretrizes Municipais
- ( ) Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

( ) Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA)

17 Quais documentos ou materiais você conhece de educação ambiental

18 Quais atividades você já participou de educação ambiental

Resposta livre:

19. Para você, o fato de conhecer ou não as Leis e documentos referentes a educação ambiental interferem na prática do pedagogo?

NÃO, mas todo o conhecimento enriquece a prática docente

### **Objetivo específico**

- ✓ Analisar a Educação Infantil no contexto dos CMEIs e suas aproximações em relação à Educação Ambiental;

Respostas Livres:

1. Qual o seu conceito para prática pedagógica
2. Como ou em que você se baseia para propor as práticas sobre educação ambiental?
3. Como o planejamento da atividade pedagógica é realizado? Semanal, quinzenal ou mensal?
4. Quais documentos são utilizados na elaboração do planejamento?
5. O PPP do seu CMEI contempla formação sobre educação ambiental?
6. Quanto à organização curricular, você que atua como pedagogo(a) incentiva a inserção da educação ambiental?
7. Analisando a sua prática como pedagogo (a) em relação à educação ambiental, você mudaria algo?
8. Quais atividades e materiais que você desenvolveu para os alunos durante o período de pandemia
9. Qual sua avaliação sobre esse período de atividades e aproveitamento das crianças

Observação: Sem respostas nas perguntas acima

### **Objetivo específico**

- ✓ Avaliar as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental no cenário dos CMEIs pesquisados e suas conexões com o currículo, espaço físico, gestão democrática e relação com a comunidade.

Respostas Livres:

1. Como é a comunidade ao redor e o bairro onde o CMEI está inserido?  
O CMEI está inserido em uma ilha muito próxima a cidade, onde há acesso por uma passarela, a comunidade que ali vive, se sustenta por trabalhadores do comércio local, da área portuária e alguns da pesca artesanal.
2. Como a educação ambiental é trabalhada no seu CMEI? Pode citar algum tema que tenha feito parte do planejamento.  
O planejamento tem como base também a vivência das crianças, o que contempla este tema para os pequenos, é o conhecimento do local onde habitam e a importância da preservação do mesmo. E para que isso aconteça, é necessário

que a criança conheça o local.

3. Com relação as práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental, elas contemplam todas as faixas etárias conforme o Currículo? Sim.

4. Em seu CMEI, há reuniões com os responsáveis a fim de envolver a comunidade escolar em projetos voltados ao meio ambiente? Não.

5. Em quais momentos a família participa dos projetos desenvolvidos?

Fazemos calendarios com datas já programadas para participação da família nos projetos, para que se programem, pois muitos precisam se ausentar do serviço.

6. Você conhece algum projeto voltado ao meio ambiente desenvolvido na cidade de Paranaguá que contemple o meio ambiente. Quais? ECOVIVER.

7. Tem algum projeto de Educação Ambiental ou voltado para o meio ambiente sendo desenvolvido no seu CMEI? Não.

8. Já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental em parceria com os demais docentes? Com as crianças e família? Ou Comunidade? Não.

9. Como você avalia a articulação entre educação ambiental e a prática do pedagogo (a) da educação infantil em sua realidade escolar? Sem resposta.

10. Há em seu CMEI alguma inovação em relação ao espaço físico, buscando difundir uma cultura de sustentabilidade?

O CMEI está em construção, está nova estrutura ainda não foi habitada pelas crianças.

## **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PEDAGOGOS DE CMEIS**

**Tema:** Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-Pr

### **Problemática**

Em que medida a educação ambiental (EA) está presente na prática dos pedagogos dos CMEI's da rede municipal de ensino de Paranaguá(RMEP)?

### **Objetivo geral**

Analisar a educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil nos quatro CMEI's pesquisados.

### **Objetivo específico**

Conhecer a Educação Ambiental na perspectiva crítica e emancipatória e seus reflexos na Educação Infantil;

Respostas diretas:

33. Naturalidade e idade\_\_\_São José Dos Pinhais, 57 anos
  34. Estado civil, com ou sem filhos\_\_\_casada, tem filhos
  35. Quando concluiu o curso de graduação e qual curso? 2009 pedagogia
  36. Possui pós graduação?\_\_\_ sim
  37. Qual?\_\_\_\_\_ organização pedagógica da escola
  38. Quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino de Paranaguá 2018
  39. Quanto tempo trabalha nesse CMEI que está lotada 2020
  40. Qual era sua atividade de trabalho antes de entrar na rede de ensino de Paranaguá? Trabalhava numa loja de material de construção
  41. Você mora próximo do CMEI em que trabalha. Qual seu meio de transporte de sua casa até o CMEI 3 KM de carro
  42. Experiência no magistério?\_\_\_ (anos) 10 anos
  43. A quanto tempo atua como pedagogo na educação infantil?\_\_\_3
  44. Em sua formação, teve disciplina específica sobre educação ambiental?(sim, qual?ou não)E educação infantil, você teve formação continuada não
  45. Nos cursos de formação continuada da RME, você já recebeu formação sobre educação ambiental? (Sim, qual? ou não)não
  46. Com relação a educação ambiental, você conhece alguma concepção?(sim, qual? ou não)não
  47. Você já deu alguma formação para os docentes sobre educação ambiental?(sim ou não)não
  48. Você conhece os documentos abaixo que tratam sobre educação ambiental? Assinale com X para sim ou deixe em branco
- ( ) Diretrizes Municipais vagamente
- ( ) Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)Não
- ( ) Diretrizes Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA)Não
- 17 Quais documentos ou materiais você conhece de educação ambiental Nenhum

18 Quais atividades você já participou de educação ambiental Nenhuma

Resposta livre:

19. Para você, o fato de conhecer ou não as Leis e documentos referentes a educação ambiental interferem na prática do pedagogo? Olha, eu de fato gosto do assunto e gostaria de conhecer para poder fazer alguma coisa nesse sentido, uma formação ou até mesmo um projeto voltado a educação ambiental no CMEI.

### **Objetivo específico**

✓ Analisar a Educação Infantil no contexto dos CMEIs e suas aproximações em relação à Educação Ambiental;

Respostas Livres:

17. Qual o seu conceito para prática pedagógica?

Olha é uma prática que vc precisa estar constantemente estudando e se atualizando para poder acompanhar as mudanças enfim, é uma prática que no meu ver eu tenho que estar buscando sempre mais para poder acompanhar o que é necessário no caso para a minha profissão

18. Como ou em que você se baseia para propor as práticas sobre educação ambiental?

Eu so fiz pesquisa de como trabalhar com horta na educação infantil, o que era importante e o que era necessário nessa faixa etária da educação infantil

19. Como o planejamento da atividade pedagógica é realizado? Semanal, quinzenal ou mensal? Quinzenal

20. Quais documentos são utilizados na elaboração do planejamento? Currículo municipal de Paranaguá

21. O PPP do seu CMEI contempla formação sobre educação ambiental? Não

22. Quanto à organização curricular, você que atua como pedagogo(a) incentiva a inserção da educação ambiental?

Não, possuímos o projeto mas ele não foi colocado em prática por causa da pandemia

23. Analisando a sua prática como pedagogo (a) em relação à educação ambiental, você mudaria algo?

Eu sinto falta de um trabalho voltado para a educação ambiental até porque nós temos o mangue aqui perto e seria interessante

8. Quais atividades e materiais que você desenvolveu para os alunos durante o período de pandemia? Não tivemos

9. Qual sua avaliação sobre esse período de atividades e aproveitamento das crianças?

Olha, assim, digamos que a gente fez um trabalho bastante árduo em busca do desenvolvimento da crianças no entanto não é a mesma coisa que o presencial, tem diferença

### **Objetivo específico**

✓ Avaliar as práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental no cenário dos CMEIs pesquisados e suas conexões com o currículo, espaço físico,

gestão democrática e relação com a comunidade.

Respostas Livres:

21. Como é a comunidade ao redor e o bairro onde o CMEI esta inserido? Nós temos famílias carentes, no entanto também temos famílias com uma estrutura melhor, sendo uma clientela diversificada, de um lado tem o mangue, do outro empresa, posto de saúde, uma academia ao ar livre

22. Como a educação ambiental é trabalhada no seu CMEI? Pode citar algum tema que tenha feito parte do planejamento.

Na verdade, as professoras trabalham com algumas coisas voltadas ao meio ambiente, um tema, um planejamento como por exemplo “a água” todo ele feito em cima do meio ambiente, mas nada especifico, nada além disso

23. Com relação as práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental, elas contemplam todas as faixas etárias conforme o Currículo? Sim.

24. Em seu CMEI, há reuniões com os responsáveis a fim de envolver a comunidade escolar em projetos voltados ao meio ambiente? Não.

25. Em quais momentos a família participa dos projetos desenvolvidos?

A família já participou em projeto de leitura, foi feito um livro, cartazes, banner, daí a família veio conhecer

26. Você conhece algum projeto voltado ao meio ambiente desenvolvido na cidade de Paranaguá que contemple o meio ambiente. Quais?

Não, não conheço

27. Tem algum projeto de Educação Ambiental ou voltado para o meio ambiente sendo desenvolvido no seu CMEI? Não tem

28. Já desenvolveu algum projeto de Educação Ambiental em parceria com os demais docentes? Com as crianças e família? Ou Comunidade?

Não, anterior a mim, eu sei que teve um projeto, as professoras levaram as crianças para conhecer o mangue, pra ver o lixo que a comunidade deixam a céu aberto, na rua, em qualquer lugar, de forma inadequada, como forma de conscientizar as crianças

29. Como você avalia a articulação entre educação ambiental e a prática do pedagogo (a) da educação infantil em sua realidade escolar?

Na verdade, a gente não trabalha com a educação ambiental, até porque o nosso espaço físico não temos nem se quer uma árvore dentro do espaço físico do cmei, não temos, não fizemos nenhum trabalho relacionado a isso

30. Há em seu CMEI alguma inovação em relação ao espaço físico, buscando difundir uma cultura de sustentabilidade?

No espaço interno então temos um projeto digitado esperando as aulas voltarem para colocar em prática a nossa horta, porque queremos trabalhar com alguma coisa voltada com o cuidado ao meio ambiente, basicamente é isso, nosso espaço físico é muito reduzido. Na verdade o que falta é uma preparação para a gente, uma formação voltada ao meio ambiente, uma formação continuada por parte da nossa secretaria de educação, nós não temos nada que nos ampare, que nos de, nos apoie pra gente trabalhar com essa questão do meio ambiente no cmei para que a gente possa fazer uma formação com os docentes e assim conscientizar as crianças.